Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura **Número: 116**

IV Sessão Legislativa **Horta, Quarta-Feira, 30 de Novembro de 2011**

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes (substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado António Pedro Costa)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos

A sessão iniciou-se com a continuação da discussão da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 35/2011 – "Plano Anual Regional para 2012"** e da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 34/2011 – "Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2012".**

Usaram da palavra os Srs. Deputados José San-Bento *(PS)*, Clélio Meneses *(PSD)*, Aníbal Pires *(PCP)*, Luís Silveira *(CDS/PP)*, António Pedro Costa *(PSD)*, José Gaspar Lima *(PS)*, Duarte Freitas *(PSD)*, Berto Messias *(PS)*, bem como os Srs. Subsecretário Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação

Externa *(Rodrigo Oliveira)* e Subsecretário Regional das Pescas *(Marcelo Pamplona).*

Proferiram intervenções finais os Srs. Deputados Paulo Estêvão *(PPM)*, Aníbal Pires *(PCP)*, Mário Moniz *(BE)*, Artur Lima *(CDS/PP)*, Duarte Freitas *(PSD)*, Berto Messias *(PS)* e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores *(Carlos César).*

Na generalidade e em votação final global a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 35/2011 – "Plano Anual Regional para 2012"** foi aprovada por maioria.

No Programa 16, e sobre a proposta de alteração apresentada pelo PPM, relativamente à acção 16.13.1, proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Sobre o Programa 21, relativamente à proposta de alteração apresentada pelo PSD sobre a acção 21.4.2 usaram da palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes *(PSD)* e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Sérgio Ávila).*

Após a votação final global proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão *(PPM).*

Em seguida, iniciou-se a votação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 34/2011 – "Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2012",** a qual também foi aprovada na generalidade e em votação final global por maioria.

No debate na especialidade e relativamente a algumas propostas de alteração apresentadas, usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires *(PCP)*, Francisco César *(PS)*, Paulo Estêvão *(PPM)*, Artur Lima *(CDS/PP)*, Duarte Freitas *(PSD)*, Berto Messias *(PS)*, o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Sérgio Ávila)* e o Sr. Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro).*

Terminada a votação proferiram declarações de votos os Srs. Deputados Aníbal Pires *(PCP)*, Zuraida Soares *(BE)*, Paulo Estêvão *(PPM)* e Artur Lima *(CDS/PP).*

Seguiu-se a votação da **Proposta de Resolução n.º 5/2011 – "primeira revisão do Orçamento Ordinário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2012",** apresentada pela Mesa da Assembleia Legislativa, a qual foi aprovada por maioria.

Por unanimidade foi aprovado o **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projecto de Resolução n.º 62/2011 – "prorrogação do prazo para a apresentação do relatório final por parte da Comissão Eventual para o estudo e elaboração das propostas legislativas necessárias ao desenvolvimento e operacionalização da terceira revisão do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores",** apresentado por um grupo de deputados;

Submetido à votação o **Projecto de Resolução n.º 62/2011 – "prorrogação do prazo para a apresentação do relatório final por parte da Comissão Eventual para o estudo e elaboração das propostas legislativas necessárias ao desenvolvimento e operacionalização da terceira revisão do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores",** apresentado por um grupo de deputados, foi aprovado por unanimidade.

Por fim, seguiu-se a votação da **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de Novembro,** a qual foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 3 horas e 5 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, muito bom dia.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que as Sras. e Srs. Deputados ocupassem os seus lugares.

Vamos naturalmente iniciar os nossos trabalhos com a chamada.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Paula Garcia **Lemos**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Alberto Valadão **Vaz**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Hernâni Hélio **Jorge**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

João Oliveira **Teves**

Joe Valadão Rego

José Gaspar Rosa de **Lima**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José de Sousa **Rego**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Lizuarte Manuel **Machado**

Manuel Herberto Santos da **Rosa**

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nélia Maria Brito **Nunes**

Paula Cristina Dias **Bettencourt**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Pedro Rebelo **Costa**

António Lima Cardoso **Ventura**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Francisco da Silva **Álvares**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Francisco Salvador **Fernandes**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Mark Silveira **Marques**

Paulo Jorge Silva **Ribeiro**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

Partido Popular ***(CDS/PP)***

Abel Jorge Igrejas **Moreira**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro **Moniz**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)
Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)
Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados o que significa que temos quórum.
Declaro aberta a sessão pode entrar o público.
Vamos iniciar os nossos trabalhos, continuando com o debate na generalidade dos documentos provisionais do Plano e Orçamento para 2012.
De acordo com a nossa lista de inscrições tem agora a palavra para uma intervenção o Sr. Subsecretário Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa.
Subsecretário Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa *(Rodrigo Oliveira):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Neste importante e solene momento em que, na Casa-Mãe da Autonomia, debatemos o último Plano de Investimentos da corrente legislatura, gostaria, naturalmente, de começar por dirigir uma saudação especial a todas as Senhoras e Senhores Deputados.
A acção do X Governo dos Açores, na área dos assuntos europeus e cooperação externa, tem correspondido, efectivamente, ao compromisso assumido de assegurarmos uma presença forte, visibilidade e liderança no âmbito da Europa das Regiões e das relações exteriores.
Referindo-me apenas ao espaço temporal do último ano, o Governo dos Açores esteve na linha da frente da criação de espaços de cooperação e de afirmação da Região: - fomos membros fundadores da rede mundial "R20 – Regiões para a Acção Climática" e do "Pacto das Ilhas" da Europa, ambos constituindo, não apenas compromissos de grande visibilidade e importância institucional, mas

também vias que permitirão atrair investimento e o acesso privilegiado a financiamento.

Demonstramos, por outro lado, a capacidade de liderança dos Açores e dos Açorianos. Com é sabido, assumimos, até Setembro passado, a Presidência da Comissão das Ilhas (que agrega as 24 regiões insulares da Europa) e continuamos a desempenhar – com resultados elogiados e reconhecidos por todos – as presidências do programa de mobilidade Eurodisseia (que agrega agora mais de 50 regiões) e do Observatório Europeu da Mobilidade Profissional da ARE, trabalho que continuaremos em 2012, a par de uma presença sempre activa, em outros programas e grupos de trabalho, da CRPM, da ARE e outros organismos, como a já aqui falada NEREUS - Associação Europeia das Regiões da Europa que utilizam Tecnologia Espacial.

Os Açores colocam-se, também, no centro das discussões mais importantes da Europa das Regiões, pois trouxemos à Região, à ultraperiférica Europeia, as mais importantes reuniões dos organismos de cooperação inter-regional - como o Bureau Político da CRPM (que agrega 160 regiões) e, ainda na semana passada, a Assembleia Geral da ARE (270 regiões e cerca de 350 participantes).

No espaço Atlântico, demos igualmente passos decisivos e inovadores, ao assinarmos a criação (com os Governos da República Portuguesa e do Reino de Espanha, bem como da República de Cabo de Verde e dos Governos Regionais da Madeira e das Canárias) da "Cimeira dos Arquipélagos da Macaronésia", um fórum cujos trabalhos técnicos, presentemente liderados por Cabo Verde, permitirão dar um novo impulso ao relacionamento multilateral deste espaço insular que nos é próximo e prioritário.

Ainda sobre Cabo Verde, em 2011 desenvolvemos a cooperação bilateral, por exemplo, na área das comunidades regressadas e exploramos novas possibilidades nas vertentes económica e comercial, atenção que será reforçada em 2012, muito em particular, no quadro da presidência da Conferência das RUP.

Ainda no campo da cooperação externa, em 2012 daremos novos passos no que toca às províncias do Canadá, através do desenvolvimento das perspectivas de

cooperação política com Mannitoba e Ontário, e, principalmente, da implementação do acordo de cooperação, recentemente assinado, entre os Açores e o Quebeque, uma convenção de mobilidade e estágios profissionais, no âmbito do programa Eurodisseia.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No âmbito específico dos assuntos da União Europeia, é reconhecido que trabalhamos empenhadamente na defesa dos interesses açorianos, através de encontros com maior notoriedade -como com o Presidente da Comissão Europeia, os Comissários de Política Regional, da Agricultura ou das Pescas e Assuntos do Mar - mas também – e na sua maior parte – através de contactos, reuniões, do estabelecimento de redes de informação, promoção e divulgação, preparação e apresentação de posições que não são, nem devem, ser tão visíveis nem mediáticas. O Governo dos Açores não trabalha para a notícia, para as manchetes de jornais ou para a demagogia fácil mas para a defesa dos Açores, dos Açorianos e dos seus interesses na Europa!

Deputado João Costa *(PSD):* Qual Governo dos Açores?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Durante 2011, intervimos e contribuímos, naturalmente, e em parceria, na fase preparatória de documentos estruturantes como a Estratégia para o Atlântico (que, num momento inicial de redacção, hesitava na inclusão ou não das RUP do Atlântico), no relatório Solbes sobre "As RUP e o Mercado Interno" ou nas propostas sobre o futuro da política de coesão da União Europeia.

Relativamente a esta última, foi com satisfação que assistimos ao reconhecimento de posições dos Açores e das Regiões Ultraperiféricas, como sejam a manutenção da taxa máxima de co-financiamento, bem como da alocação específica FEDER para os sobrecustos das RUP.

Mas este é um trabalho contínuo, sendo certo que os debates no Parlamento e Conselho Europeus serão determinantes e apelam a uma postura de

responsabilidade e empenhamento na defesa dos superiores interesses da Região e do País.

Em 2012, com na presidência da Conferência das RUP, continuaremos empenhadamente a trabalhar na melhoria e aperfeiçoamento, em defesa dos nossos interesses, das propostas legislativas para o quadro 2014-2020, com destaque para a Comunicação da Comissão sobre as RUP, que será lançada no primeiro semestre de 2012.

Mas a Presidência das RUP terá outros momentos altos, que contarão com a participação do Governo dos Açores, em particular o II Fórum RUP, que acolherá centenas de participantes em Julho em Bruxelas, e a Conferência Anual de Presidentes, que decorrerá aqui, no Faial, em Setembro de 2012.

Na Região estruturamos um programa que promove a aproximação dos açorianos aos assuntos da União Europeia, com iniciativas em diversas áreas e uma atenção especial aos jovens para promoção, por exemplo, dos clubes europeus e a formação de professores.

Do mesmo modo, em 2012, as Regiões Ultraperiféricas serão uma das primeiras regiões da Europa a avançarem para a criação de uma Plataforma S3, uma proposta inovadora da Comissão Europeia, anunciada em Junho passado.

Estaremos, uma vez mais, em 2012, na linha da frente!

Os Açores desempenham este papel porque o seu Governo acredita nas suas políticas e as regiões da Europa e instituições da Europa reconhecem o trabalho que tem sido efectuado pelo Governo, o sucesso das políticas e a exemplaridade do seu rigor.

Cito, por isso e a terminar, o Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, quando recentemente afirmou - aos representantes de 270 regiões da Europa que estiveram reunidas em Ponta Delgada -, que os Açores são “uma excelente ilustração do êxito da politica regional nomeadamente em matéria de economia sustentável e de modernização dos sectores tradicionais, além do contributo que a politica regional deu para a melhoria do nível de vida das populações”.

No final da presente legislatura, poderemos certamente afirmar – como já hoje o fazemos – que o X Governo dos Açores levou, efectivamente, o nome dos Açores mais longe na Europa.

Entretanto, continuará a mover-nos – e acima de tudo - uma determinação inabalável na defesa dos interesses dos Açores e um orgulho imenso em sermos Europeus do Atlântico!

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Aceitam-se pedidos de esclarecimento à intervenção do Sr. Subsecretário.

Creio não existir.

Assim sendo passamos à intervenção seguinte.

Dou a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado João Costa *(PSD):* Saímos da Europa e passamos para a Câmara Municipal de Ponta Delgada!

Deputado Mark Marques *(PSD):* Já vão com 78 vezes!

Vamos ver se o Sr. Deputado vai contribuir para a estatística!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos deixar o Sr. Deputado José San-Bento fazer a sua intervenção.

Deputado José San-Bento *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Terminará dentro de algumas horas a análise ao Orçamento e ao Plano de Investimentos da Região para o próximo ano.

Documentos ambiciosos e de mérito cuja apreciação nos permite afirmar, com realismo, que nós vamos enfrentar, superar e vencer os grandes desafios e as dificuldades que viveremos em 2012.

Eventualmente nunca terá sido tão pertinente trazer ao debate nesta Assembleia as questões Europeias.

Relembremos o sonho fundador da nossa Europa. A que acreditamos, a que defendemos e a que temos ajudado a construir nos últimos anos.

A 10 de Agosto de 1952 na Câmara Municipal da cidade do Luxemburgo foi assinado o Tratado de Constituição da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, organização antecessora da CEE e da União Europeia.

Nessa cerimónia, discursando perante os responsáveis dos seis países fundadores dessa importante organização, Jean Monet, dirigindo-se ao Burgomestre da Cidade, afirmou "Pela nossa parte, sabeis que faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para que esta primeira incarnação da Europa que é a nossa Comunidade tenha êxito e encontre novos desenvolvimentos. Estamos convictos de que, pouco a pouco, conseguiremos vencer as resistências e as desconfianças mutuas, e que a aspiração popular à unidade da Europa acabará por triunfar e ser uma realidade"

E assim foi. Nos cinquenta anos seguintes o espírito progressista e visionário do seu principal mentor cumpriu-se. Durante esse período a Europa construi-se, integrou-se e alargou-se, a um nível inimaginável em 52, assente num sentimento de sucesso mútuo de várias nações que se tornaram mais fortes e mais prósperas unindo os seus destinos.

Toda a construção da UE foi baseada num esforço para substituir a ruinosa e sangrenta rivalidade da história europeia, e também a ameaça soviética, por uma nova lógica assente nos interesses mútuos.

Porém, depois de Abril de 2010, com o agudizar da crise da dívida soberana grega, resultante do intervencionismo estatal que salvou o colapso da economia após a grande crise de 2008, a União foi gradualmente mergulhando naquela que é consensualmente considerada a maior crise de sempre da construção europeia.

Deputado Francisco César *(PS):* Muito bem!

O Orador: A Europa está em transe. Parece ter esquecido a sua História, os seus Valores e perdido a sua convicção mais profunda: a ideia de um destino comum e partilhado por todos os Povos da Europa em nome da Paz, da Liberdade, da Democracia e da Prosperidade.

O atual litígio político sobre os custos da administração da moeda única está a ameaçar o futuro da Europa.

Hoje a União europeia é sinónimo de crise e de incerteza.

As principais economias europeias gerem o dia-a-dia em vez de atuar decisivamente para combater uma ameaça comum. Custa-nos muito ver grandes países governados por políticos pigmeus.

Voltou a haver grandes e pequenos, ricos e pobres, Norte e Sul, centro e periferia.

É nessa Europa dominada pelos egoísmos nacionais que as Regiões Ultra Periféricas, como os Açores, adquiriram um inesperado estatuto de genuínos e legítimos intérpretes das causas fundacionais do projeto de construção europeia.

É uma enorme responsabilidade para a qual os Açores estão particularmente atentos e cujo planeamento do Governo para o próximo ano acautela.

Dizemo-lo com muito orgulho: a nossa Região tem dado um contributo relevante para o aprofundamento da construção europeia e está hoje em condições de reforçar esse papel.

Ainda na passada semana o Sr. Presidente do Governo deu prova disso em Ponta Delgada na sessão de abertura da Assembleia-Geral da Assembleia das Regiões da Europa.

É importante que os açorianos ganhem plena consciência de que hoje o seu Presidente, conjuntamente com Jean Claude Juncker, pertence a um grupo muito restrito de chefes de governo europeus, no ativo, que podem ser apontados como verdadeiros defensores, convictos e coerentes, do aprofundamento da integração europeia. Neste caso são pequenas regiões ou países governados por gigantes da política.

É por isso também que o GPPS afirma com orgulho que se os Açores são hoje indiscutivelmente uma região europeia de pleno direito, em muito o devem ao prestígio do Presidente Carlos César e ao mérito dos seus sucessivos governos, como aliás atesta o próprio Presidente da Comissão Europeia.

Mas a participação dos Açores na construção europeia comporta um vasto património que muito nos orgulha.

Nós temos memória. Nós recordamos as declarações de um ex-Secretário Regional da Presidência aqui neste Parlamento há 5 anos atrás, perante o espanto incrédulo do PSD, …

Deputado João Costa *(PSD):* Quem será?

O Orador: … de que "Os Açores serão das primeiras Regiões da Europa a dar um contributo para o Livro Verde da Política Marítima Europeia".

Não só fomos dos primeiros como até demos dos mais influentes contributos ao referido Documento, facto testemunhado e salientado por inúmeros países europeus, organizações e também por um ex-emigrante em Bruxelas que hoje está aqui entre nós.

O mérito dessa iniciativa é partilhado por muitos. Por cientistas, estudiosos, instituições e associações. Também pelo Governo e naturalmente pelo PS-Açores. Mas é inegável o contributo decidido, corajoso e de grande visão política do responsável político, à data, pelos Assuntos Europeus: o Dr. Vasco Cordeiro. Atualmente Secretário Regional da Economia do X Governo e no próximo ano, tenho a certeza, Presidente do XI Governo dos Açores depois de vencer as próximas eleições Regionais.

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

Deputado João Costa *(PSD):* Também tinham a certeza que ia ganhar a Câmara de Ponta Delgada!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas se na Europa os Açores são hoje uma Região respeitada e admirada, não sendo, como a Madeira, confundidos com nenhum arquipélago grego, nem por isso deixamos de viver um inédito e estranho paradoxo.

Um paradoxo que simboliza o sucesso da nossa inserção na Europa como Região Ultra Periférica mas também um atestado de miopia política ao atual Governo do País.

Atualmente, face à postura insensível e displicente do atual Governo da República em relação aos interesses das Autonomias, particularmente no que

diz respeito ao cumprimento de funções de soberania ou de organização dos serviços do Estado, os Açores vivem o paradoxo de ter de despender mais energia e mais tempo a sensibilizar o Governo da República, ou o inquilino do Palácio de Belém, para as questões regionais do que a influenciar a Comissão Europeia ou o Parlamento Europeu no mesmo sentido.

Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta é uma realidade que muito lamentamos e que também tem implicações a outros níveis que interessa referir.

No ensino do português nas nossas comunidades, por exemplo, que continuará a ser suportadas mais pelos pais das crianças de descendência açoriana nos EUA e no Canadá e menos pelo Governo Central do nosso País. Mais pelos Governo Regional, através da importante rede de Casas dos Açores, e pelo movimento associativo das nossas comunidades do que pelo Governo da República portuguesa.

Nesta como em muitas outras áreas o Governo do País vai por mau caminho. É o governo da austeridade exemplar. Da sociedade de utilizadores pagadores. Do Estado social "low cost".

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

O Orador: Da exaltação das virtudes da pobreza. Um Governo que toma o País por uma empresa.

Deputada Benilde Oliveira *(PS):* Muito bem!

O Orador: Convém lembrar que uma empresa pode selecionar colaboradores de acordo com o seu próprio critério. Um Governo, como o concebemos, tem a obrigação de contar com todos os cidadãos. É uma diferença abissal mas que deve ser bem vincada.

É por isso da maior importância para nós, Sr. Secretário Vasco Cordeiro, a afirmação que o sr ontem aqui fez neste Plenário. "Nós não deixamos ninguém para trás".

Deputado João Costa *(PSD):* O Sr. Secretário não está a ouvi-lo!

O Orador: Mas neste debate do Plano e Orçamento quem ficou para trás foi mesmo a oposição em especial o PSD.

O PSD ainda não percebeu, ao fim destes anos todos e com a vasta experiência que conta de oposição, que a credibilidade não se apregoa, constrói-se. A autonomia não se trafica, defende-se.

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

O Orador: E a dignidade da nossa Terra não se pondera, afirma-se.

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

O Orador: O PSD ainda não compreendeu que na política a liderança, o rigor e a coerência não são troféus que se adquirem no estrangeiro. São valores essenciais da Política que devem estar sempre, sempre mesmo, sujeitos ao escrutínio popular.

Não se pode dizer e depois não fazer. Nem muito menos fazer e depois esconder que se fez.

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

O Orador: Sabemos bem que há áreas de maior dificuldade e setores em que muitas pessoas culpam o governo por responsabilidades que este, sejamos justos, manifestamente não tem. Há setores de atividade com indicadores negativos não pelo governo ser incompetente mas sim apesar do governo ser competente. O que é bem diferente.

Deputado Francisco César *(PS):* Muito bem!

O Orador: Enquanto na generalidade dos países da União Europeia se aprovam orçamentos fortemente restritivos. Numa altura em que a Assembleia da República aprova um orçamento de austeridade colossal nós, aqui nos Açores, estamos perante um Orçamento Regional para 2012 que tem a capacidade: de proteger as famílias e as pessoas em dificuldades; de estimular a atividade empresarial; e de dinamizar setores do mercado de emprego.

É pois um Orçamento de solidariedade, investimento e emprego. Algo que vários partidos da oposição procuraram ignorar ostensivamente durante as

várias semanas de trabalho e preparação que a análise desses documentos comportou.

Este não é o Orçamento que a nossa oposição diz que é.

As oposições ignoraram a realidade, a circunstância, os constrangimentos e agora preparam-se para rejeitar os objetivos, as estratégias e as soluções. Fazem mal! Fazem muito mal!

Mas os Açorianos sentem e sabem que o PS e o seu Governo compreendem as dificuldades e exploram, ao limite, todas as possibilidades de melhor defender os Açores e servir os açorianos.

Mesmo na dificuldade e na desesperança há motivos de confiança e animo.

E a nossa determinação, ambição e vontade de vencer são claros fatores de confiança e de animo.

Esta não é altura para baixar os braços e deixar as desesperança vencer.

Este é o momento de assumir as nossas responsabilidades e avançar com confiança e coragem.

Deputado João Costa *(PSD):* Nota-se! É o que os senhores têm feito mais!

O Orador: Mas este é também o tempo em que se aproxima a hora em que o PS dará mais preponderância a uma nova geração.

Uma geração que sendo nova não está sozinha. Sendo criativa valoriza a experiência. E sendo inovadora preza a tradição.

É uma geração em que os Açorianos podem confiar.

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

O Orador: É uma geração que não namorou à janela mas que sabe bem que esse tempo existiu e que há gente desse tempo que já mandou sem mérito e que mesmo assim quer voltar a mandar.

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

O Orador: Mas esses tempos já passaram. O progresso faz-se olhando em frente e não andando para trás.

Tempos de uma renovada ambição, de um novo futuro, de uma nova geração.

Como imortalizou o grande Victor Hugo - "não há nenhum poder no mundo que possa travar uma ideia quando chegou o seu tempo".

Esse tempo está a chegar! E nos vamos vencer, com os açorianos e pelos Açores!

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados não sei se há pedidos de esclarecimento à intervenção do Sr. Deputado José San Bento.

Creio que não.

Assim sendo passamos para a intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"*Se os Açores estão a passar ao lado da crise que afetou o país, bem como da crise internacional (...), isso aconteceu mercê das políticas em devido tempo adotadas pelo Governo do Partido Socialista*". Onde é que foi dito? Santa Maria; Quando? 8 de Outubro de 2008; Por quem? Carlos César.

15 de Novembro de 2011, Carlos César diz que "há uma situação de agravamento do desemprego provocada, em primeiro lugar, pelas medidas que estão a ser tomadas pelo Governo de Lisboa e, em segundo, por questões que têm a ver com a total paralisia da banca".

Afinal, a crise chegou e, afinal, não houve nem há medida do Governo Regional que a tivesse evitado ou a atenue.

Primeiro, o Governo existiria e autoproclamava-se o maior porque, incapaz de conhecer a realidade, achava que as coisas não iam correr muito mal; depois, o Governo… passa a não existir porque as coisas correram mal.

Aquela velha pecha de alguns: a culpa própria fica sempre melhor nas costas dos outros.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Muito bem!

O Orador: No caso, a irresponsabilidade na Política.

No primeiro momento, a falta de responsabilidade de tomar medidas, depois, a falta de responsabilidade de assumir as consequências da falta delas.

De facto, a crise não só chegou aos Açores, como chegou de forma mais intensa do que em muitos outros lugares.

Deputados António Marinho e João Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: A dita "crise" que é, nem mais nem menos, o principal sintoma do absoluto colapso de um sistema ou modelo politico implementado em vários países ou regiões do denominado "mundo ocidental".

Modelo que está a pôr em causa Estados, Sociedades e Economias por esse mundo fora.

Um modelo assente numa acção do Estado desresponsabilizante e diminuidora dos cidadãos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Um modelo em que o Estado se mete em tudo, tenta controlar tudo, condiciona tudo, para que quem governa continue a governar pela dependência que cria nos cidadãos.

Um modelo em que os Governos utilizaram os esquemas da Economia e dos poderes financeiros para, com isso, criar uma artificial sensação de conforto nas pessoas, de modo a que estas se sintam bem e, assim, gratas a quem as governa.

Um modelo que acaba, deste modo, engolido pelos próprios esquemas, truques e poderes da Economia e da Finança.

Os Açores, governados por protagonistas e intérpretes perfeitos desse modelo, estão a sentir fortemente os resultados do colapso do sistema.

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* A Alemanha, a Itália…

O Orador: Não foi tudo mau. É verdade!

Houve alguns progressos e avanços.

Alcançaram-se recursos financeiros importantes, designadamente, com boa negociação ao nível da Lei de Finanças Regionais e com importantes fundos europeus. Há mais habitações e menos barracas, há mais espaços sociais. É verdade!

De resto, em várias situações, o PSD votou a favor de propostas do Governo Regional.

Mas, os resultados reprodutivos deste modelo político são claramente negativos. Não foi por falta de dinheiro, pois o Governo gastou, nestes anos, 25 mil milhões de euros, cerca de 100 mil euros por cada açoriano, nem por falta de tempo, com o próximo, são já 16 anos deste modelo de governação.

E os resultados dramáticos na vida real de muitos açorianos são:

14.171 desempregados, em 2003 eram cerca de 2.000. Por isso não é apenas desde que há um novo Governo em Lisboa. Há mais de 8 anos que o desemprego vem aumentando e neste tempo todo os governos eram socialistas na Região e na República.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Dizia eu que eram 14.171 desempregados e em 2003 eram cerca de 2 000. DE 2000 para 14 000.

Agora, com este governo, vive-se o maior número de desempregados da História da Autonomia.

18.000 açorianos a viver de Rendimento Social de Inserção, mais do dobro da média nacional.

31.500 famílias (um terço dos Açores) a viver com menos de 540 euros, isto é, abaixo do limiar da pobreza.

Não se produz mais, não se cria mais riqueza, apenas se cria mais dependência, debilidade e condicionamento sobre as pessoas.

Mas, estes efeitos desastrosos também se fazem sentir, de forma demolidora, nas entidades públicas ou dependentes de financiamento público: Algumas não pagam sequer o juro da sua divida há cerca de um ano; outras não pagam a fornecedores há mais de seis meses; outras põem em causa a manutenção de postos de trabalho e as condições para pagar salários; há empresas públicas que aumentam o passivo em dezenas de milhões de euros num ano; há escolas que não disponibilizam fotocópias aos alunos por falta de recursos; há associações de bombeiros que vendem ambulâncias para pagar dívidas; há empresas a

despedir funcionários e a ponderar o seu encerramento porque entidades públicas não pagam a tempo e horas.

É, de facto, o fim do Sistema!

A sociedade, em grande medida, desresponsabilizada, sem produzir riqueza nem criar emprego, não está a conseguir aguentar os efeitos deste modelo.

Mas o Governo, fechado no seu Mundo, continua a dizer que está tudo bem! E que está no caminho certo.

Faz lembrar aquela pessoa que se vai afundando à medida que caminha no pântano. Alguém alerta e diz que esse não é o caminho, mas o caminhante, em vez de reconhecer e mudar o rumo, responde, com voz engrossada: "Lá nada! Não percebes nada disto! Estás a dramatizar!... Enquanto os ombros já vão desaparecendo no meio do lodo…

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Tudo isto foi assentando em esquemas, truques, habilidades, no "passar para os outros", desresponsabilizando-se daquilo para que foram eleitos, ora para dezenas de empresas que criam, ora para quem vier atrás, até 30 anos depois da realização das obras, ora, para a Europa, ora, para Lisboa, ora para a Banca… com isso, também, criando um estigma de falta de responsabilidade na própria sociedade.

Na verdade, a concretização da ideia de que alguém, que não o próprio, há-de sempre resolver… e, assim, a sociedade ficou sem força para responder por si e sair da crise.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Tudo isto também assenta numa "politicazinha da habilidade", da tentativa de entalar os outros partidos, de falar mal pelo mero exercício de falar mal, da mesquinhice, da partidaritezinha, enfim, perdendo tempo e energia no acessório e esquecendo o que é, verdadeiramente, essencial.

Deputado Mark Marques *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Por tudo isto, os cidadãos estão cada vez mais afastados de quem os representa e, pior ainda, cada vez estão mais desiludidos e sofrem as dificuldades de todos os dias.

Deputados Duarte Freitas e Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Estamos, assim, perante um enorme desafio!

O grande desafio deste tempo! O desafio de transformar a desilusão e o sofrimento em Esperança e crescimento.

É por isso tempo de Mudar de rumo!

Quem foi figurante neste modelo não pode ser protagonista do novo modelo e do novo tempo.

Deputados Duarte Freitas e Mark Marques *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Quem andou pulando de lugar em lugar, sempre dentro deste modelo de política, percebo que não tem condições para contribuir para um novo modelo de política, pela simples razão de que nem quererá esse novo modelo.

Deputado Cláudio Almeida *(PSD):* Muito bem

O Orador: Pela nossa parte, acreditamos muito nos açorianos, nas suas forças e nas potencialidades destas ilhas!

Deputado Francisco César *(PS):* Mas os açorianos não acreditam no senhor!

O Orador: A nossa proposta é a profunda mudança de modelo.

É a afirmação convicta de que tem de haver decisivas ruturas.

Tem de chegar o tempo do Estado intervir naquilo em que as pessoas individualmente não forem capazes e não para que as pessoas não sejam capazes.

Deputados Duarte Freitas e Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Tem de chegar o tempo de serem os cidadãos a construir o Estado e não este a condicionar as pessoas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Passou o tempo do Governo esbanjar nos luxos, na ostentação, nas viagens, nas festas e nos palácios.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Passou o tempo da construção dos edifícios e multiplicação de estruturas, como marca de governação.

Tem de chegar o tempo da política promotora da produtividade, da qualidade de vida, da preservação e valorização do que temos e somos.

O Mar tem de deixar de ser um discurso, para ser uma prioridade.

A Energia tem de deixar de ser uma preocupação para ser uma aposta.

Os transportes têm de deixar de ser um problema para passar a ser um fator decisivo da nossa abertura ao mundo e progresso.

Deputados Duarte Freitas, Mark Marque e Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

O Orador: As produções locais não podem continuar a definhar, mas têm de ser uma forma essencial de nos afirmarmos internamente, criando um mercado interno como o PSD tem proposto, e no Mundo que tem de ser o nosso horizonte.

O aumento do desemprego deve deixar de ser um drama, pelo contrário, a sua diminuição tem de ser a consequência de políticas promotoras de desenvolvimento e riqueza.

Tem de chegar o tempo da responsabilidade, da verdade, da partilha, da criatividade e da inovação.

É este o enorme desafio que temos pela frente.

É esta a enorme Esperança que nos dá força para o enfrentar!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Aceitam-se pedidos de esclarecimento à intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento** *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente condicionado também pelo tempo, gostava todavia de agradecer ao Sr. Deputado Clélio Meneses. Obrigado Sr. Deputado, muito obrigado por ter trazido aqui a esta câmara uma intervenção que assinala, define e regista claramente o posicionamento do PSD durante este debate e a própria concepção que os senhores têm da nossa sociedade e a visão que estão a ter para o futuro dos Açores.

De facto o PSD continua igual a si próprio, eu diria até um pouco mais fraquinho com a liderança de Duarte Freitas, mas não há dúvida nenhuma que nós ficamos esclarecidos.

Deputado Mark Marques *(PSD):* A falta de argumentos é uma coisa terrível!

O Orador: Também já percebemos o incómodo que o Dr. Vasco Cordeiro causa nos senhores.

Deputado Mark Marques *(PSD):* Nós é que repetimos 78 vezes o nome dele!

O Orador: A nova geração faz parte do futuro e com todo o respeito o PSD do namoro à janela, não tem grande futuro.

Queria também dizer Sr. Deputado, que há um problema de fundo, deixe-me que lhe diga, embora pressionado pelo tempo, registo esse aspecto, os senhores não são levados a sério hoje, Sr. Deputado! Os senhores não dizem a verdade aos eleitores! Os senhores a propósito das eleições de 5 de Junho, enganaram os portugueses, Sr. Deputado! Os senhores iludiram os açorianos. Já ontem aqui referi isso.

Não se pode dizer que é preciso cortar "gorduras", que não se pode pedir mais sacrifícios aos portugueses e depois a primeira coisa que se faz é cortar ordenados e subir impostos.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Por que será?

Deputado Mark Marques *(PSD):* Por que será que é preciso fazer isso?

O Orador: Para quem tanto criticou José Sócrates, o Governo de Passos Coelho é o Governo mais socrático que se podia imaginar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Os senhores dizem uma coisa e fazem outra e isso não é uma postura que seja admissível no debate político.

Mas já que o Sr. Deputado tem uma opção com citações, eu acho que o senhor por vezes descontextualiza as citações, como é evidente nas duas que fez há pouco. Há uma citação que eu também gostaria de fazer.

Citação de um senhor que se chama Carlos Moedas que era um guru económico do Dr. Passos Coelho, actual Primeiro-Ministro e que dizia a 2 de Março que "com as reformas que o futuro governo social democrata vai aplicar, as Agências de Rating vão subir o rating de Portugal".

Adiantava: "os mercados olham para uma nova equipa de gestão como uma boa notícia, há muito tempo que não dão credibilidade aos Governo português".

Deputado João Costa *(PSD):* Convém que as reformas tenham impacto!

O Orador: O Primeiro-Ministro chegou ao ponto de indexar o *rating* da república portuguesa à credibilidade do Primeiro-Ministro.

E agora Sr. Deputado? Agora como é que ficamos? Numa altura em que as Agências de Rating colocam Portugal e a dívida soberana portuguesa ao nível de lixo, o que é que o candidato Passos Coelho diria do Primeiro-Ministro Passos Coelho? Era bom que o senhor explicasse isso aqui.

Deputados Francisco César e Berto Messias *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses** *(PSD):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De uma forma breve, apenas para manifestar satisfação pelo facto do PS reconhecer que o PSD tem tido uma postura coerente ao longo de todo este tempo.

Isto é a prova de que, ao longo de todo este tempo, o PSD ter manifestado esta posição, em termos idênticos, é porque estamos exactamente do lado oposto a este modelo que os senhores representam.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Se estivéssemos do vosso lado não estaríamos em condições de protagonizar o novo modelo, o novo tempo e o novo rumo que os Açores precisam.

É isto o nosso passado. O nosso passado de intransigentemente defendermos os nossos valores, discordarmos das mesmas posturas, discordarmos das mesmas medidas políticas. É isso que nos dá credibilidade e nos dá espaço para sermos protagonistas desse novo tempo.

Deputado Francisco César *(PS):* O senhor não tem uma linha proposta! São todas mal feitas!

O Orador: Por outro lado, tenho que manifestar preocupação pelo facto de mais uma vez, e ao longo de todo este debate, o PS e o Governo Regional terem revelado, de uma forma evidente, que não vêem o que se passa na Europa. Não vêem e sobretudo não sentem o que se passa nos Açores.

Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro):* Homessa! É preciso ter lata!

Deputado Berto Messias *(PS):* A sua intervenção é isotérica!

O Orador: Não vêem e não sentem o que se passa nos Açores.

Deputada Isabel Rodrigues *(PS):* Andou distraído durante o debate!

O Orador: O que se passa nos Açores é verdadeiramente dramático.

São pais que nos procuram com lágrimas nos olhos, porque não têm emprego para os filhos;

São 14.171 desempregados; ao nível dos jovens dos 15 aos 24 anos são cerca de 30% de desempregados.

Isto é que nos preocupa!

São empresários que nos procuram com lágrimas nos olhos, porque não têm dinheiro para pagar dívidas, porque não têm dinheiro para pagar salários; são administradores de empresas públicas que estão inquietos, aflitos, porque não

têm dinheiro porque o Governo não lhes passa, a SAUDAÇOR não lhes passa o dinheiro para pagarem os seus compromissos.

São empresários que estão há seis meses à espera de dinheiro que é da Região e que não lhes é pago a tempo e horas.

Isso é que é a vida real! Do desemprego, dos sacrifícios, da dificuldade, do sofrimento.

Deputado Francisco César *(PS):* Os senhores não têm uma única proposta para isso!

O Orador: É esta a vida real e é a vida real da qual os senhores fogem em permanência.

A última nota de preocupação relativamente a este debate e a esta sua intervenção Sr. Deputado, que revela e identifica todo o sentimento geral deste PS, é a de que os senhores continuam presos a este modelo. Uns continuam agarrados para não cair, outros continuam presos.

É este modelo que nos levou até aqui e os senhores estão coladíssimos a este modelo e à falta de resultados, ou melhor aos resultados negativos que ele implicou na vida dos açorianos.

Da nossa parte estamos conscientes que estamos preparados, convictos de que é possível, é necessário, os açorianos precisam e podem ter um novo Governo.

Na minha intervenção avancei com prioridades, com ideias claras, de diferença.

Neste momento o que é importante é perceber a diferença entre o PSD e o PS.

Da parte do PSD o debate foi claro e demonstrou de forma elucidativa que acabou este tempo, acabou o tempo deste tipo de política.

A nossa diferença é que nos afirma e sobretudo afirma a nossa convicção perante os Açores e perante os açorianos.

Deputado Francisco César *(PS):* Os senhores não fizeram uma única proposta!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento** *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Clélio Meneses deixe-me que lhe diga, francamente, há limites para a incoerência!

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Era estratosférica! Planetária!

Deputado João Costa *(PSD):* O senhor é que é incoerente!

O Orador: O senhor veio fazer aqui a leitura da crise. Os senhores é que diziam que a crise era nacional! A crise era culpa de José Sócrates!

Nós sempre dissemos que a crise era europeia, que a solução era europeia e que este é que era o caminho para nós resolvermos os problemas da Europa.

Dizer que nós estamos numa situação difícil e que não estamos a ver a realidade, Sr. Deputado, é referir de uma forma incrível, é fazer acusações que não têm o mínimo de cabimento.

Não vou repetir, já disse há pouco na outra intervenção as vossas contradições.

Há uma questão que o senhor enfatiza, mas há um aspecto que eu também quero salientar.

Os senhores não têm propostas, os senhores não debatem de uma forma leal.

Ainda anteontem o Deputado Berto Messias referia isso. É um desrespeito aos desempregados afirmar que têm propostas mas que só em 2013 é que as vão apresentar.

Deputado Rui Ramos *(PSD):* Isso é uma falsidade!

O Orador: Eu até vos facilito a vida. Então digam lá, Srs. Deputados, o que é que o vosso Governo na República fez para baixar o desemprego em Portugal? Digam se tiverem coragem!

Deputado Cláudio Almeida *(PSD):* Respeite os desempregados!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, creio não haver mais pedidos de esclarecimento.

Assim sendo passamos para a intervenção seguinte.

Para tal dou a palavra ao Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

Subsecretário Regional das Pescas *(Marcelo Pamplona):* Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As propostas para o sector das pescas, constantes no Plano para 2012, não só dão cumprimento ao Programa do Governo para esta legislatura, como concretizam uma aposta neste ramo tradicional da nossa economia, que é um referencial histórico na nossa Região.

As pescas constituem um pilar estratégico para a Região, porque contribuem, de forma decisiva, para a nossa capacidade exportadora e para o nosso auto-abastecimento alimentar e, para além disso, geram uma actividade económica que abrange cerca de oito centenas de empresas que criam riqueza e proporcionam rendimentos a mais de quatro mil famílias.

Ao longo desta legislatura temos apostado sempre numa política de fortalecimento deste ramo produtivo da nossa economia marítima, que o tem dotado com melhor capacidade de pesca, com uma rede portuária que proporciona um suporte logístico adequado às empresas e aos profissionais e com uma melhor estrutura de comercialização e transformação.

Implementámos dezoito regimes de apoio e de incentivos, que estão actualmente ao dispor das empresas e profissionais do sector e que garantem mecanismos de apoio à exploração das embarcações e à compensação salarial das companhas, bem como ao investimento na modernização da fileira extractiva e dos ramos da comercialização e transformação.

Para além da grande reforma que realizámos nas nossas zonas portuárias e nas condições de exportação de pescado, operámos um ajustamento e uma modernização na nossa frota de pesca, que a preparou para o futuro.

Ao mesmo tempo que reduzimos para metade o número de embarcações, que passaram de 1.500 para cerca de 650, conseguimos, graças a um regime excepcional de apoio à renovação da nossa frota, que foi negociado com sucesso com a União Europeia, equipar a Região com uma frota moderna,

polivalente, com boas condições de trabalho e de segurança a bordo e com capacidade de ocupação do Mar dos Açores.

Nesta legislatura vamos continuar a apoiar os armadores na modernização das suas embarcações, tendo em vista conseguir uma melhor conservação de pescado a bordo e também possibilitar a instalação de novos equipamentos e estruturas, que permitam diversificar e valorizar as capturas da nossa frota.

No próximo ano vamos prosseguir com a reforma da nossa rede portuária de forma a servir melhor os nossos pescadores. Vamos iniciar a ampliação dos portos de Rabo de Peixe, da Povoação e do Porto Judeu, vamos começar a construção do cais de pescas em São Roque e também vamos executar o melhoramento de abrigo do porto de pescas da Praia da Graciosa. Iremos também instalar dois novos pórticos de varagem, um em Vila do Porto e outro na Praia da Vitória.

No que respeita à requalificação da rede de frio, que intensificámos nesta legislatura, em todas as ilhas da nossa Região, integrando equipamentos de produção de gelo e de congelação e câmaras de frio para armazenamento de pescado, realçamos a construção no próximo ano de três novos entrepostos frigoríficos na ilha São Miguel, nomeadamente um de grande capacidade em Ponta Delgada e outros dois de média capacidade em Vila Franca e na Ribeira Quente.

O nosso propósito é alcançarmos uma melhoria gradual da qualidade de conservação e o aumento da nossa capacidade de armazenamento dos produtos da pesca, de forma a aproveitarmos melhor as oportunidades que surjam nas capturas e nos circuitos de comercialização de pescado congelado e transformado.

A preparação do futuro neste sector não dispensa a formação como meio de valorização individual e empresarial da pesca. O alargamento das nossas competências, no âmbito da certificação e formação, por via da revisão entretanto operada no nosso Estatuto, é um estimulo para continuarmos a melhorar e reforçar o programa de formação nas pescas, de molde a acompanharmos a evolução que se vai operando nas matérias relacionadas com

a qualidade do pescado, com a segurança marítima e com a gestão das empresas.

Mas, quando abordamos a pesca, não podemos deixar de debater a questão da sustentabilidade, porque a actividade piscatória só pode ter futuro se existir sempre peixe em quantidade suficiente que permita uma actividade extractiva que garanta o desenvolvimento económico e a manutenção de postos de trabalho a um nível adequado aos recursos existentes.

Como se sabe, a gestão da sustentabilidade das nossas águas não pode ser assegurada isoladamente pela nossa Região, porque estamos inseridos num contexto europeu, e por isso temos de trabalhar de forma articulada e integrada, para aproveitar as oportunidades que nos aparecem no âmbito deste novo ciclo da política comum de pescas que se aproxima.

O novo regulamento orientador da política comum de pescas deu um passo em frente na defesa dos nossos interesses, porque, a nível comunitário, foi consolidado o direito que a Região tem a uma área de protecção especial de 100 milhas e, ao mesmo tempo, abriu caminho para podermos alargar esta zona de protecção até às 200 milhas por via dos regulamentos que irão gerir as diversas pescarias exercidas pelas frotas europeias.

Defendemos e contamos que esta nova década da política de pescas tenha um enquadramento suficientemente flexível, que possibilite adaptações regionais, de acordo com as capacidades reais das diferentes zonas de pesca, que garanta o desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias de regiões marítimas como a dos Açores. É nesse sentido que vamos continuar a trabalhar afincadamente para a defesa dos nossos interesses estratégicos junto da União Europeia.

Na actual conjuntura, a fileira extractiva tem absorvido alguma mão-de-obra que tem transitado de outros sectores profissionais. Esta situação, nalgumas pescarias, não só tem originado alguma pressão para maiores capturas, como tem provocado alguma distorção na distribuição dos proventos da pesca, pelo facto de algumas embarcações terem excedido as suas necessidades efectivas de pessoal e não terem ponderado as suas possibilidades de pesca.

A nossa frota deve exercer a sua actividade mantendo o equilíbrio existente entre as capturas e a dimensão das companhas, porque de facto existe uma capacidade limite do número de profissionais que podem estar ligados às embarcações, que uma vez ultrapassada conduz a uma pesca mais intensiva e menos sustentável, que origina insuficiências de rentabilidade das empresas e de rendimentos das pessoas.

Por isso, em articulação com as associações da pesca e com o Departamento de Oceanografia e Pescas, vamos instituir gradualmente um modelo de gestão que garanta o equilíbrio entre a frota com capacidade de deslocação para várias zonas de pesca e a frota que está limitada a trabalhar perto da costa da sua ilha e que utiliza artes mais pequenas e menos intensivas. O nosso objectivo, após um amplo debate que estamos a fazer com os pescadores, é o de garantir um equilíbrio entre a sustentabilidade biológica dos recursos e a sustentabilidade económica e social das comunidades que dependem exclusivamente da pesca de proximidade nas diferentes ilhas do nosso arquipélago.

A rentabilização das capturas efectuadas no Mar dos Açores passa, também, pela diversificação da forma de apresentação dos produtos que são comercializados. Por isso, é fundamental apostar no mercado da congelação e transformação, para além do mercado de frescos, para que se consiga um aumento de produtividade e uma valorização das espécies que não estão ainda a ter um adequado aproveitamento comercial, mas que tem potencial de exploração.

As nossas empresas de comercialização e transformação necessitam de aproveitar melhor os meios financeiros que estão à sua disposição para se modernizarem, de forma a aumentar a sua capacidade de inovação de produtos de qualidade e a sua competitividade, num tempo em que o mercado europeu está a ser invadido por produtos de países terceiros, de menor qualidade mas a preços incomparavelmente mais baixos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O investimento previsto neste plano para o sector das pescas constitui uma oportunidade de valorização da nossa Região, por via do desenvolvimento de

um sector produtivo que tem no território marítimo dos Açores um meio de sustentação económica.

O sector das pescas, com o seu capital humano e com as suas empresas, é um pilar chave, que é imprescindível no modelo de desenvolvimento económico e social que queremos na nossa Região.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires. Tem um minuto.

(*) **Deputado Aníbal Pires** *(PCP):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sabendo-se da importância da formação e qualificação profissional, aliás como foi referido na intervenção do Sr. Subsecretário Regional das Pescas, como é que concilia essa sua afirmação e preocupação com a diminuição de 38% das cotações do Plano para esta acção?

Considera que é também justificável, face à importância inegável deste sector, que ainda não tenha sido criada uma escola de formação de Pescas para os profissionais deste sector?

A Representação Parlamentar do PCP propõe a criação duma escola de formação de pescas e gostaria de saber qual é a opinião de V. Exª. sobre esta proposta e se ela vai ou não merecer o acolhimento por parte do Governo Regional?

Obrigado Sr. Presidente.

Secretário Regional da Presidência *(André Bradford):* Sr. Deputado, isso é debate na especialidade!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

Deputado António Pedro Costa *(PSD):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Subsecretário, gostaria de ter ouvido nessa sua intervenção, propostas concretas para conciliar um problema gravíssimo que estamos a assistir nas pescas que é exactamente a degradação do rendimento dos pescadores.

Os pescadores destas ilhas não vivem num mar de rosas, pois todos nós sabemos que a sustentabilidade do sector das pescas é grave, porquanto o rendimento dos pescadores e armadores dos Açores se degrada a olhos vivos.

Deputado Lizuarte Machado *(PS):* Não é verdade na generalidade!

O Orador: Reconhecemos que o sector das pescas foi beneficiado de alguma forma nesta legislatura com investimentos, no âmbito designadamente das infraestruturas portuárias que nos levou a um patamar de maior qualidade.

Neste Plano, congratulo-me particularmente com a verba inscrita para o Porto de Rabo de Peixe, que vem finalmente resolver um problema e um erro de mais de uma década.

No entanto, gostaria de centrar esta minha curta intervenção no sector empresarial regional das pescas que é muito preocupante. Vamos dar alguns exemplos:

O passivo da empresa Santa Catarina passou em 2009 de 7. 599 mil euros para 13. 119 mil, em 2010, o que é uma soma impressionante. A novíssima empresa Espada Pesca (criada para a valorização do pescado) passou de 261 mil euros para 1. 218 mil, em que a dívida aos fornecedores passou de 194 mil euros para 1.198 mil.

E a Lotaçor? A Lotaçor registou valores inquietantes. O passivo em 2010 já era de 36 755 mil euros. Em 2009 era de 29 milhões, ou seja aumentou mais 7 milhões.

O passivo corrente a fornecedores era de um milhão e meio de euros, (para não falar das cartas conforto que são dadas aos pescadores)

Esta situação apesar de todos os investimentos realizados nas pescas é preocupante, sem que se conheça qual a solução que o governo tem, tendo em vista o saneamento financeiro destas empresas, conhecendo-se como se conhecem as dificuldades atuais de financiamento.

O senhor considera que estes resultados negros, são um bom cenário para o futuro da pesca nos Açores, depois de todas as opções de investimento que tivemos nesta área e que vemos, infelizmente, que é preciso dar mais esperança para que o sector não viva dias negros, como estamos a adivinhar para os próximos tempos?

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira. Tem um minuto e meio.

(*) **Deputado Luís Silveira** *(CDS/PP):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma questão muito prática e muito concreta.

Sr. Subsecretário:

Há duas legislaturas que o Governo dos Açores do PS tem um compromisso para com os pescadores da zona do Topo de S. Jorge.

Lamentavelmente não ouvi o senhor falar neste porto de pescas na sua intervenção.

Uma questão muito concreta: qual é o ponto de situação? Vai ou não o Governo dos Açores nesta Legislatura avançar com essa obra?

Presidente: Tem a palavra ao Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

(*) **Subsecretário Regional das Pescas** *(Marcelo Pamplona):* Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à formação profissional das pescas o Governo regional considera que tem um modelo centralizado, que é o adequado, ou seja, nós temos uma bolsa de formadores na RAA que se deslocam às ilhas para fazer a formação profissional.

Consideramos que é esse modelo de formação descentralizado que serve o próprio sector, porque preferimos deslocar unidades de formação directamente para as ilhas do que obrigar os pescadores das ilhas a ficarem deslocalizados e irem para uma instituição que não é na sua ilha. É um modelo de formação descentralizado que queremos continuar a melhorar e a aprofundar.

No que respeita às perguntas do Sr. Deputado relacionadas com o rendimento dos pescadores, queria chamar a sua atenção para o seguinte: os rendimentos dos pescadores em 96 eram 20 milhões de euros. Nós, neste período, duplicámos os rendimentos no sector das pescas; duplicámos o número de regimes de apoio à exploração de embarcações e ao investimento nas embarcações e nas empresas.

Neste sentido, embora percebamos e compreendemos que há um problema no mercado a nível europeu, o nível de rendimentos dos pescadores é bastante acima do que no tempo em que vocês governaram a RAA.

Deputado Mark Marques *(PSD):* "Vocês governaram a Região"! Gostei dessa parte!

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Grande lata!

O Orador: No que respeita ao sector empresarial da pesca, temos três empresas que estão ao serviço dos pescadores e que contribuem decisivamente para o desenvolvimento do sector das pescas.

A empresa Santa Catarina é uma empresa que foi intervencionado pelo Governo e conduz neste momento a uma operação de transformação de atum de grande qualidade que tem emprego na ilha e que nós estamos neste momento no rumo de organizar a actividade desta empresa de forma a recuperá-la.

No que respeita à empresa Espada Pescas e à Lotaçor, são empresas que estão ao serviço dos pescadores e que funcionam com o apoio à aquisição de pescado, nomeadamente a Lotaçor.

Nesse sentido a Lotaçor já tem cerca de 12 milhões de euros adiantados aos compradores para conseguir aguentar este período difícil.

É por isso que a empresa Lotaçor aumentou o valor do seu passivo, neste momento, mas resulta exactamente dum valor que foi acrescido e que resultou dum Programa do Governo de combate à crise a nível geral.

No que respeita ao porto do Topo, o Governo Regional está a desenvolver o projecto e irá acabar a execução do projecto durante o próximo ano.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires. Tem dez segundos.

(*) **Deputado Aníbal Pires** *(PCP):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Subsecretário, o modelo profissional que V. Exª. considera adequado, não é isso que nós verificamos no terreno, antes pelo contrário e os pescadores continuam a ser uma classe profissional desqualificada profissionalmente o que não contribui nada para a dignidade destes cidadãos.

Depois, não respondeu, Sr. Subsecretário, à diminuição das verbas do Plano em 38% para a formação profissional deste sector. Eu gostaria que justificasse.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

Deputado António Pedro Costa *(PSD):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Subsecretário não adiantou muita coisa àquela grande preocupação relativamente ao saneamento financeiro das empresas que gostaria de ter ouvido.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Não adiantou nada!

O Orador: Gostaria de ter ouvido qual a proposta, qual a solução que o Governo tem para esta matéria, porque é importante para percebermos da viabilidade do sector no futuro.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Não responde! Não insistas!

O Orador: Relativamente aos investimentos canalizados para a renovação da frota que foram muitos, alguns dos armadores consideram que a frota está desadequada e não podemos competir com as frotas francesas ou espanholas exactamente entre as 100 e as 200 milhas.

É um problema que os armadores consideram que não estamos preparados, apesar de todos os investimentos que se fizeram nesta área.

Tal como o senhor referiu há aqui um problema devido ao problema de desemprego. Muita da mão-de-obra, por exemplo da construção civil está a ser absorvida pelas pescas e o que está a acontecer é que a repartição dos quinhões pelas companhas está a ser bastante diminuto.

Isso tem levado a que o rendimento de cada família, contrariamente ao que o senhor está a dizer, é muito baixo. Em muitas situações nem chega ao ordenado mínimo regional.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

O Orador: É uma situação que o senhor se deve preocupar. Julgo que se tem que preocupar exactamente com isso.

Por isso pergunto como é que pretende o Governo rentabilizar o sector se se regista também, Sr. Subsecretário, um alargamento das áreas de salvaguarda da pesca?

Como poderão os pescadores sobreviver a estas restrições em resultado de tantas portaria regulamentadoras que o senhor tem assinado?

Já agora, Sr. Subsecretário, como vão ser atribuídas as licenças para os barcos, as traineiras que vão pescar à volta de algumas ilhas dos Açores?

Qual o critério que o senhor tem previsto para contemplar estes armadores, porque é uma matéria que está a suscitar nova polémica e gostaria de ter uma ideia de como é que se vai resolver a bem de todos, porque dum lado há uns que não aceitam, mas por outro lado há muitas embarcações, há muitos pescadores que precisam de espaço no mar para poder exactamente capturar o peixe, que não existe em muitas das ilhas dos Açores.

Este é um problema que gostaria que o senhor nos elucidasse aqui neste momento.

Muito obrigado.

Deputados Pedro Gomes e Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Tem a palavra ao Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

(*) **Subsecretário Regional das Pescas** *(Marcelo Pamplona):* Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão da formação profissional, nós não temos uma classe piscatória desclassificada Sr. Deputado.

Nós temos uma classe profissional que, fruto do nosso estatuto, tinha tido a formação do curso de Aptidão Pescas e neste momento está qualificada com a

categoria de pescador, com a sua cédula marítima, com base num diploma que foi estrutural para a RAA.

Todos esses nossos pescadores foram alvo duma formação específica técnica das pescas.

Portanto, não é uma classe desqualificada, é gente de trabalho, com qualidade e que tem uma vida difícil e está devidamente certificada e habilitada.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Isso é outra coisa! Agora que há muitos cidadãos à margem, há!

Não venha com essa demagogia, porque isso não é verdade. Ninguém acredita nisso!

O Orador: O senhor não pode vir desqualificar os pescadores.

O senhor deve ter respeito pelos pescadores. Não é gente desqualificada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Os pescadores são gente de trabalho, gente qualificada, que tiveram a sua acção de formação e trabalham muito bem no mar, melhor do que se calhar o Sr. Deputado trabalha em terra.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Isso não é verdade Sr. Secretário!

O Orador: No que respeita à diminuição das verbas, o Sr. Deputado verificará …

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* - 38%, Sr. Subsecretário!

O Orador: Sr. Deputado, o plano das pescas é um plano superior ao do ano anterior.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* -38% para a formação profissional dos pescadores!

O Orador: Nós temos o programa de requalificação de desenvolvimento do sector das pescas no qual estão incluídas verbas também para a formação profissional.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* -38%! Isso o senhor não é capaz de dizer!

O Orador: Não senhor! O Sr. Deputado está errado. Entra por outra área do plano. Está perfeitamente errado.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Não estou, não! -38%!

O Orador: No que respeita às questões levantadas pelo Dr. Deputado António Pedro Costa, …

Deputado João Costa *(PSD):* E às quais o senhor não responde!

O Orador: … nomeadamente a questão das 100 e as 200 milhas o Sr. Deputado tem a noção que foi o seu partido que abriu a área até às 100 milhas.

Deputado António Pedro Costa *(PSD):* Passou de 12 para 100, o que é bem pior!

O Orador: Deveria ter alguma vergonha da forma como aborda esta situação.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* De 12 ficámos com 100!

Não tem vergonha de dizer isso?

O Orador: Aquilo que o Sr. Deputado está a dizer é aquilo que os espanhóis diziam Sr. Deputado, que era que nós não tínhamos capacidade ocupacional do mar dos Açores, mas temos. Nós temos uma frota moderna, adequada e com qualidade para pescar e é muito superior às embarcações que vocês abriram a nossa área e que pescam cá, …

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Vocês não!

Deputado Costa Pereira *(PSD):* Vocês, é uma casa de família!

O Orador: … o que significa que a nossa pesca modernizou-se, as nossas embarcações hoje têm muita mais qualidade do que tinham anteriormente e os pescadores têm melhores condições de trabalho.

Deputado António Pedro Costa *(PSD):* Mas não têm condições para ir além das 100 milhas!

O Orador: No que respeita às licenças do palangre Sr. Deputado, nós temos uma portaria em vigor que não foi alterada.

Como sabe existe um regime que já tem alguns anos em que há a proibição da pesca do palangre em todas as ilhas, dentro das 3 milhas, porque há uma noção efectiva de que o palangre é muito mais delapidador dos recursos do que as linhas de mão.

Deputado António Pedro Costa *(PSD):* Concordamos com isso!

O Orador: Aquilo que estamos a fazer vem no seguimento duma Resolução que foi aprovada aqui na Assembleia (o senhor não votou favoravelmente mas também não a contrariou) no sentido de proteger melhor as embarcações das ilhas mais pequenas, porque elas estão em desvantagem. Por que é que estão em desvantagem?

Porque enquanto as embarcações maiores têm capacidade de deslocação para várias zonas de pesca e exploram um pesqueiro e quando ele está com menor rendimento podem passar para outro, as pequenas embarcações das ilhas, que trabalham com linhas de mão, estão limitadas às áreas perto da costa.

Deputado António Pedro Costa *(PSD):* Mas o senhor vai dar 10 licenças!

O Orador: Toda a gente sabe isso, por isso é que temos um regime específico que permite a entrada das embarcações de outras ilhas entre as 6 e as 3 milhas para pescarem com palangre. Elas podem ir pescar às ilhas, na mesma área que as outras, se pescarem com linhas de mão.

Não estão proibidas de pescar nas outras ilhas. Estão é proibidas de utilizar o palangre em determinadas alturas. Têm os mesmos direitos de pescarem com as mesmas artes que os outros pescam.

Neste momento estão a ser licenciadas para cada ilha cerca de dez embarcações.

Deputado António Pedro Costa *(PSD):* Qual é o critério para isso?

O Orador: Qual é o critério?

Primeiro quem pede. Há um pedido dos próprios armadores;

Segundo, as embarcações que não foram lá, àquela área;

Terceiro é no limite do número de embarcações e para as embarcações que são licenciadas para três ilhas.

Ou seja, os critérios são os que foram acordados com as associações da pesca, sendo certo que iremos continuar a aprofundar este regime, no sentido de criar melhores condições de sustentabilidade biológica dos recursos para que durem mais anos e sustentabilidade também económica e social das comunidades que estão nas ilhas e que não têm alternativas para irem a outras zonas de pesca.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Gaspar Lima.

Deputado José Gaspar Lima *(PS):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Pesca apresenta uma importância significativa para a Região Autónoma dos Açores, tanto ao nível da actividade económica e social, enquanto contribuinte real para a criação de riqueza, como pela mão-de-obra que absorve em toda a sua fileira.

Nos últimos anos, este sector recebeu investimentos públicos de cerca de 250 milhões de euros em infra-estruturas essenciais para a actividade e na renovação da frota, além do apoio a determinados sectores, caso da indústria conserveira, que se assume como grande empregador em algumas ilhas dos Açores, especialmente de mulheres.

Depois de criadas as condições infra-estruturais em toda a Região Autónoma dos Açores, importa criar novos contextos para uma maior evolução do rendimento dos pescadores, classe profissional que tem sido o elo mais fraco de toda a cadeia de valor ligada às pescas na Região Autónoma dos Açores.

Em 2010, o volume de pesca ascendeu a cerca de 40 milhões de euros, enquanto, em 2009, rendeu 30,8 milhões de euros, um aumento de cerca de 30 por cento, fruto de um bom ano de capturas, especialmente na safra de tunídeos.

Em 2011, os dados mais recentes indicam um rendimento do pescado de 37 milhões de euros, o que permite perspectivar um ano em linha com 2010 ou mesmo com montantes de capturas superiores.

Apesar do volume de pesca, em média, ter aumentado de 24 para 40 milhões de euros, entre 1998 e 2011, o prolongamento dos efeitos nos Açores da crise financeira, assim como a imprevisibilidade desta actividade, obrigam as entidades públicas à definição de novas soluções que permitam aumentar o rendimento dos profissionais deste sector e, paralelamente, prestar o apoio social necessário.

Enquadra-se neste contexto o FundoPesca, instrumento essencial de apoio social aos profissionais da pesca, e que tem sido sempre accionado quando é

necessário, devido à impossibilidade de saída para o mar devido às más condições climatéricas.

Este não é, porém, um salário que se dá aos pescadores. Se assim fosse, estaríamos a gerar injustiças na classe, já que este mecanismo não é generalizado a todos os pescadores. A opção de descontar para este fundo é dos pescadores. Muitos acham por bem não o fazer.

Deixamos aqui a garantia que, neste Inverno, se continuarem as condições adversas para o exercício da actividade, este fundo será accionado e feito o pagamento devido a quem para ele descontou. Aliás, nem poderia ser de outra forma.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não podemos esquecer que, nos últimos anos, temos assistido a uma valorização do pescado, embora exista a necessidade de se investir em mais alguns equipamentos. A verdade é que, na área das pescas, os Açores deram um salto significativo.

O Plano Regional Anual para 2012 tem como base o reforço no crescimento da fileira das pescas, bem como o seu desenvolvimento, de modo a dar e aumentar o nível de rendimentos a todos os intervenientes deste sector.

São seis os projectos que estruturam este Programa 9 – Modernização das Infra-estruturas e da Actividade da Pesca, num valor total de 30,2 milhões de euros, sendo 22,4 milhões do Plano e 7,8 milhões euros de outros fundos.

Estes valores dão, assim, expressão prática à aposta que os governos regionais do PS fizeram neste sector de actividade, que se materializou também num conjunto importante de legislação, quer no âmbito das pescas, quer no âmbito da gestão das zonas costeiras, que vieram trazer impactos importantes para o desenvolvimento das políticas relacionadas com os assuntos do Mar.

Os novos portos de pesca dos Açores têm, actualmente, uma frota pesqueira moderna, equipada, com outra capacidade de pesca e com outras condições de trabalho e de conservação de pescado.

É, nitidamente, um caso em que se reestruturou um sector desde a raiz, com benefícios directos para os profissionais e para a economia regional, que não pode dispensar o contributo da pesca, mesmo como instrumento essencial para o incremento das exportações.

No passado, os portos das ilhas acolhiam cerca de 1.500 embarcações com poucas ou nenhumas condições. Hoje, com o trabalho efetuado pelos Governos Regionais do Partido Socialista, mas sobretudo pela iniciativa dos nossos pescadores e armadores, os Açores dispõem de 654 embarcações, substancialmente renovadas, muito mais modernas, com maior polivalência, o que permite uma maior diversificação das capturas e muito maior segurança a bordo.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na análise objectiva a este sector, é necessário ter em conta que existem duas situações completamente diversas; a primeira, relativa às espécies sobre as quais temos gestão directa, porque são nos nossos mares que tem o seu habitat, e, a segunda, as espécies migratórias, como o atum e o espadarte.

A actual situação que se vive na pesca demersal depende, em grande parte, de nós, na perspectiva que está definida por legislação própria.

A criação da Lei das três milhas veio trazer alguma melhoria das condições de pescas junto à orla costeira das nossas ilhas, mas, no entanto, precisa de ser mais fiscalizada.

Por outro lado, a legislação actual beneficia o infractor, porque como algumas coimas são relativamente insignificantes e a fiscalização é acidental.

É, por isso, importante e urgente o reforço das medidas de protecção à pequena pesca artesanal de cada ilha, de forma a melhorar a sustentabilidade dos recursos marinhos na zona entre a costa e as 3 milhas e entre as três e as seis milhas, com base ao recurso de mecanismos de apoio à decisão.

A implementação do sistema de monitorização da actividade da pesca em embarcações inferiores a 15 metros cabinadas e semi-cabinadas e o desenvolvimento de equipamentos para embarcações não cabinadas, e infra-

estrutura para recolha automática de dados nos principais portos de pesca, vem trazer mais e melhores garantias para uma pesca sustentável e até uma melhor defesa, relativamente à pesca do palangre numa garantia da preservação das espécies na defesa da zona delimitada entre as 3 e as 6 milhas da costa das nossas ilhas, e ao mesmo tempo garantir uma melhor fiscalização por parte das entidades fiscalizadoras.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos Açores, a estratégia a adoptar passa pela qualidade do pescado e não pela quantidade. Não é fundamental o número incalculável de peixes e de outras criaturas marinhas capturadas em redes, deixados a sufocar e rejeitados borda fora, como acontece com a pesca do palangre, cujos quilómetros de linha com anzol atraem espécies marinhas juvenis, que ainda não possuem tamanho de captura.

No âmbito da Política Comum das Pescas, a União Europeia proibiu a utilização das redes de emalhar, enredar e tresmalhos a profundidades superiores a 200 metros, assim como redes rebocadas similares que operem em contacto pelo fundo em vastas áreas das Zonas Económicas Exclusivas dos Açores, da Madeira e das Canárias.

Esta proibição resultou das pressões exercidas em particular pelo Governo Regional, uma vez que já tínhamos regulamentações que proibiam a utilização destas artes destrutivas.

Contudo, é de salientar que, com a abertura da nossa Zona Económica Exclusiva às frotas de palangre de superfície, aumentou muito o número de embarcações de pesca de espadarte, que pescam entre a zona das 100 e das 200 milhas, pelo que se prevê consequências desastrosas, tanto para o espadarte como em espécies acessórias como o tubarão-azul e as tartarugas marinhas.

Por essa razão temos que continuar a defender e a intervir junto das instituições europeias a restauração do limite das 200 milhas para reserva da nossa frota regional.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista vê o sector das pescas em várias vertentes: como um sector económico de grande importância para a economia regional, como uma área social essencial pelo emprego que promove e pela importância que tem em algumas comunidades, e como um pilar ambiental fundamental, ligado à protecção dos recursos e à sustentabilidade dos mares.

Mas, acima de tudo, vê as pescas como o sustento diário de pessoas, com histórias de vida sem paralelo, que arriscam a vida, todos os dias, ao saírem para o mar para sustentarem as suas famílias.

O PS/Açores vê as pescas como a tradução prática de muitos açorianos das nossas freguesias e vilas que sabem que o mar não perdoa o erro, nem a displicência.

O PS/Açores vê o pescador açoriano como alguém honrado e que tem orgulho na sua actividade, que mantém as tradições seculares ligadas à actividade e que exerce uma actividade de risco altamente especializada.

O PS/Açores olha para as pescas como histórias de vida de gente de Rabo de Peixe, de Vila Franca do Campo, de São Mateus, da Ribeira Quente e de muitas outras localidades das nove ilhas.

Histórias de gente sofrida, mas orgulhosa daquilo que faz. Gente corajosa, que sai para o mar quando o conforto recomenda que fique em terra. Gente que respeita o mar, mesmo quando este mar lhes tira a vida de filhos, pais e maridos.

Gente que merece o respeito de todos e de cada um dos açorianos. Gente que vai continuar, certamente, a merecer o respeito do PS/Açores e do Governo Regional.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não sei se há pedidos de esclarecimento Sras. e Srs. Deputados.

Creio que não. Não havendo pedidos de esclarecimento, vamos suspender os nossos trabalhos por agora.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas** *(PSD):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acontece que já temos as propostas de alteração de todos os partidos. Estranhamente em relação ao maior partido que suporta o Governo não temos as propostas de alteração e naturalmente seria muito interessante podê-las ter o mais rapidamente possível, para poderem ser analisadas.

Deputado Mark Marques *(PSD):* Pois claro! Agora choveu em casa!

O Orador: Aliás, era uma política recorrente que por vezes fazia outros partidos se atrasarem nas propostas de alteração.

Presidente: Com certeza Sr. Deputado.

O que eu posso dizer sobre isso é que regimentalmente as propostas de alteração podem continuar a entrar e irão continuar a entrar.

Deputado Mark Marques *(PSD):* Ninguém põe em causa isso!

Presidente: A Mesa irá distribuí-las o mais rapidamente possível, aliás, queria fazer esse apelo.

As propostas de alteração devem dar entrada formalmente na ala da Presidência.

Elas serão distribuídas, despachadas o mais rapidamente possível e serão postas, agora quando suspendermos os nossos trabalhos, nas bancadas das Sras. e Srs. Deputados para que possam delas tomar conhecimento.

A Mesa fará isso o mais rapidamente possível.

Como estava a dizer e conforme combinado em Conferência de Líderes, recomeçaremos os nossos trabalhos às 17 horas.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

Deputado Berto Messias *(PS):* Apenas complementando o pertinente esclarecimento do Sr. Presidente, informar a câmara que o PS já entregou à Mesa as suas propostas de alteração que, tendo em conta o tempo necessário de despacho da Mesa, serão naturalmente distribuídas, portanto …

Deputados Mark Marques e Luís Garcia *(PSD):* A culpa é da Mesa!

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* A culpa é do Sr. Presidente!

Presidente: Não. Foram entregues, ainda estão a ser vistas.

O Orador: … não percebo esta interpelação.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos então regressar às 17 horas, conforme acordado em Conferência de Líderes, com as declarações finais.

A RTP/Açores e a RDP/Açores mostraram interesse em que fossem transmitidas em directo.

Agradecia e faço um apelo à vossa pontualidade para às 17 horas recomeçarmos os nossos trabalhos com as declarações finais.

Com respeito às propostas de alteração logo que sejam admitidas pelo meu Gabinete, depois de entregues na ala da Presidência, elas serão distribuídas imediatamente pelas bancadas das Sras. e dos Srs. Deputados para que possam delas tomar conhecimento.

Muito obrigado a todos e até logo.

(Eram 11 horas e 47 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito boa tarde.

Vamos dar início às declarações finais que encerram o debate na generalidade da discussão dos documentos provisionais para 2012 do Plano e do Orçamento Regionais.

Eram 17 horas e 03 minutos.

De acordo com o combinado em Conferência de Líderes e com a nossa praxe parlamentar essas intervenções serão feitas de acordo com os tempos combinados em Conferência de Líderes, por ordem crescente de representatividade parlamentar e sendo encerradas pelo Sr. Presidente do Governo.

Assim sendo dou a palavra aos Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não sei se os deputados e os membros do Governo Regional aqui presentes conhecem o questionário que será distribuído, muito em breve e desgraçadamente, aos alunos açorianos no âmbito do novo modelo de autoavaliação da qualidade nas escolas.

Trata-se de um notável e brilhante exercício de humor involuntário com que a nova Secretária da Educação nos brindou para, de alguma forma, amenizar a má disposição que pode ter tomado conta de algum professor mais avarento que queira chorar a perda dos subsídios de Férias e de Natal que este Governo Regional decidiu amealhar, a bem da nação. É que, meus senhores, nem tudo podem ser tristezas porque, como bem diz o nosso povo, "tristezas não pagam dívidas".

Ora o que eu decidi foi utilizar esse questionário para avaliar este Governo e este Orçamento neste discurso final. Eu serei naturalmente o aluno, o Governo será o professor e o Orçamento a lição do professor.

Comecemos então pela pergunta mais difícil e lógica deste questionário, a pergunta 69: a escola está equipada com cadeiras e secretárias?

Antes de responder a esta pergunta deixem-me fazer um protesto prévio. Acho que esta pergunta só é feita porque alguém tem medo de apanhar um zero neste teste. De qualquer das formas, posso revelar aqui, em primeira mão, que a minha resposta foi que o Partido Socialista tem, nesta sala, muitas mais cadeiras que as que merece.

Também não concordo com o conteúdo desta lição orçamental. Uma lição que acrescenta crise à crise. Descrença à descrença. Desânimo ao desânimo e injustiça e à injustiça.

Exemplos? Que sentido faz reduzir em 28% as verbas atribuídas aos programas de combate ao desemprego, num momento em que este atinge máximos históricos nos Açores? Ou reduzir em 14% as verbas destinadas à promoção dos produtos agrícolas açorianos numa conjuntura em que é vital exportar cada vez mais? Ou ainda, reduzir em 23% o apoio ao escoamento de pescado nas ilhas da coesão?

Isto não é mais, nem menos, do que deitar petróleo no incêndio que consome a economia açoriana. Por isso digo que este Orçamento está errado. Esta lição não ensina e não serve para o futuro.

Eu diria que este Governo ensinou bem "Os Anos da Grande Prosperidade" e que não é propriamente o mais talhado para ensinar a "Grande Depressão". A vida é assim. Quase todos navegam bem de dia, mas poucos arriscam adivinhar a rota na escuridão da noite negra.

Voltando à pergunta inicial do questionário escolar, eu diria que se este Governo continuar por muito mais tempo nesta rota, não estarão longe os tempos em que nas salas de aula não teremos todas as cadeiras e todos os alunos.

As primeiras perguntas do novo questionário escolar centram-se em questões tão relevantes e objetivas como estas: o professor é bem-humorado, simpático, alegre e bonito. Devo confessar, desde já, que considero uma injustiça geracional o facto de o meu filho ter hoje acesso a este questionário para fazer justiça e a mim - e à minha geração - não me ter sido dada essa oportunidade em relação a uma certa professora de inglês que me chumbou no 8º. ano.

Nem sempre se pode ter tudo no tempo certo, mas eu tenho a sorte de ter agora, e em simultâneo, este Governo e este questionário. De uma coisa não se pode, é justo que se diga, acusar a Secretária de Educação: a de ter agido em benefício próprio neste questionário. Nomeadamente, partindo do princípio que um dia a Srª. Secretária voltará a dar aulas e terá os seus alunos a responder a estas questões.

No entanto, com esta iniciativa ficou evidente que não vira as costas às dificuldades e que gosta de desafios difíceis. Por isso mesmo surgiu alegre, fresca e contente neste debate, apesar de ter visto a sua secretaria completamente arrasada e obliterada em termos de dotação orçamental. Tudo isto no ano em que as famílias dependem mais dos recursos das escolas e em que se alargará, de um ponto de vista prático, a escolaridade obrigatória.

No discurso que aqui realizou, a Secretária mais recortada da História Orçamental dos Açores levou tudo isto com um leve e indelével sorriso. Pareceu estar, em definitivo, pronta para regressar à escola!

Neste capítulo do questionário que avalia - deixem-me recordar - o bom humor do professor, neste caso o do nosso Governo socialista, não posso deixar de referenciar, detalhadamente, a bem-humorada e alucinada intervenção do Secretário da Saúde.

É certo que o Secretário tem um humor um pouco ... sombrio, mas, mesmo assim, tem a sua piada. Veja-se - e cito - esta passagem: " **a saúde é um sector relevante para todos nós, numa área extremamente sensível e da qual um dia todos necessitaremos".** Isto é bem verdade. Este secretário olha para todos nós como seus predestinados clientes e por isso se sente tão confiante no âmbito deste seu monopólio algo perturbador.

Mas o nosso Secretário da Saúde tem soluções para estes factos inevitáveis da vida neste Plano e Orçamento. Este Secretário é dos que não desistem e por isso anunciou agora, a menos de um ano de terminar funções, que agora é que é. Agora é que isto vai lá.

Torna-se, por isso, imperioso recordar aqui esse momento mágico e messiânico do hastear vitorioso e firme da bandeira do triunfo: **"chegou finalmente o dia em que podemos anunciar que vamos equilibrar o sector da saúde e vamos começar a amortizar o financiamento bancário".** Deixem-me acrescentar: Meca e Jerusalém à vista. Aleluia, Aleluia.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Mas, meus senhores, o Secretário da Saúde é bem o campeão dos bem-humorados deste Governo. Veja-se, e cito novamente, esta passagem gloriosamente poética, divertida, gótica e paradoxal: **"ano após ano, temos investido dinheiro do plano em cirurgias realizadas fora da atividade programada ... pagas à peça ... e o resultado é que, apesar dos incentivos, continuamos com lista de espera".**

Que não fique a ideia que o Secretário da Saúde não tem coração e emoções. Depois de ouvir as sugestões das pessoas e - digo eu - fazer as contas, o Secretário da Saúde anunciou esta meritória e muito humana empreitada: **"reorganizaremos os serviços de deslocação de doentes fazendo coincidir na**

mesma viagem todos os atos, quer de diagnóstico, quer de consulta, quer de cirurgia".

Eu ... não percebo muito de saúde, mas temo que, para fazer tudo isto, e tendo em conta as longas listas de espera das cirurgias pagas à peça, alguns doentes terão, certamente, alguma dificuldade em reconhecer a família e a vizinhança aquando da viagem de regresso.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e do CDS/PP)

Por tudo isto e por muito mais que fica por citar, o Sr. Secretário da Saúde merece bem uma nota muito positiva nas novas categorias docentes que valorizam o bem-humorado, o alegre, o jovial e o alucinado.

Termino esta análise referenciando, necessariamente ao de leve, a negativa convergência do Sr. Deputado Ricardo Cabral com estas políticas para a saúde. No entanto, não me alargo muito nesta apreciação dada a evidente incompatibilidade - que por estes dias se tornou bem manifesta - entre a crítica ao Sr. Deputado Ricardo Cabral e a manutenção de um bom boletim clínico futuro. Por tudo isto, e tendo em conta o bom senso que sempre deve imperar nas nossas vidas, a nota que atribuo ao Sr. Deputado Ricardo Cabral é um muito bom, com distinção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não tenho, infelizmente, tempo para analisar e avaliar todos os discursos pronunciados pelos membros do Governo Regional. Seja como for, um deles não está disponível. Trata-se do discurso do Secretário do Ambiente que inventa sempre, como se sabe e se percebe, o discurso de tribuna.

Seja como for, reconheça-se a inteligência deste experiente governante. Como sabe que todos sabem que não diz o escreve e que não escreve o que diz, …

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

… o Secretário do Ambiente disse aqui o que não escreveu e escreverá no futuro o que aqui não disse. Trata-se, meus senhores, um caso incurável e sem esperança.
Por isso, este Secretário "leva" com a primeira negativa desta turma governamental porque, ao não dizer apenas a verdade e nada mais que a verdade, incumpre a norma g) do questionário: ser sincero para além de toda a dúvida e fingimento.
Quanto ao discurso do Sr. Secretário da Economia, devo dizer que já não foi mau que aqui tivesse feito prova que ainda está vivo. Trata-se de um estranho caso de evaporação, sem calor. Desde que foi jurado sucessor do reino socialista e erguido em aclamação nos escudos dos vinte bravos, o Secretário da Economia mal consegue respirar.
Isto começa a assemelhar-se muito ao caso clínico do Fernando Mamede. Um atleta de grande potencial que claudicava sempre nos momentos decisivos.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Temos, assim, de registar mais uma negativa, uma vez que o Secretário da Economia, como refere o ponto 11 do questionário, está nitidamente stressado e sobrecarregado.
Resta, em último lugar, analisar o discurso do Vice-Presidente do Governo Regional. Basicamente, o Vice-Presidente falou de duas coisas: Europa e a Europa.
A economia regional está em total rutura, esmagada pelo efeito conjugado do estrangulamento do crédito bancário, do aumento exponencial do desemprego, do descontrolo da despesa pública regional e da diminuição drástica da atividade económica.
Em suma, o Vice-Presidente é uma espécie de velha estátua de sal de Sodoma e Gomorra. Está, naturalmente, paralisado por um complexo de culpa e de pecado que se deve ao facto de ter esbanjado, quando devia ter poupado.
A sua ação atual resume-se a uma simples questão de fé: espera que a Europa o salve do futuro. Tem também - e não podia ser de outra forma -negativa, uma

vez que o Estado é laico e é proibido contabilizar milagres no Orçamento e Plano da Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Termino, referenciando a propositura que o PPM apresentou aos açorianos neste Orçamento e Plano Regionais. Apresentámos 143 propostas de alteração. Queremos, sobretudo, acabar com as despesas supérfluas da administração, colocar a economia açoriana a produzir e proteger os mais desfavorecidos.

Por isso, reforçámos os programas de aquisição de terras, de diversificação da produção agrícola, da proteção do sector das pescas, do escoamento das exportações açorianas, do combate ao desemprego, da investigação científica e da formação profissional, da solidariedade para com os mais desfavorecidos, das políticas de coesão, da expansão do turismo, da exploração do mar dos Açores, do fortalecimento das políticas de afirmação da Autonomia, da melhoria dos transportes e, em geral, de todas as atividades que possuam potencial para recuperar a economia e melhorar as condições de vida dos açorianos.

Disse!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os três longos dias de debate que agora terminamos tiveram diversos méritos. Mormente, na forma profunda e conhecedora com que foram aqui analisados muitos dos problemas concretos dos açorianos e quais as melhores opções de investimento para os solucionar, demonstrando a qualidade deste Parlamento e de muitos dos seus membros, que me cumpre saudar.

Mas, infelizmente, a mesma coisa não aconteceu do ponto de vista da seriedade política e do assumir com clareza as opções e posicionamentos dos diversos partidos. Nesse plano, pelo contrário, estivemos perante um verdadeiro festival de acrobacias!

O PS e o Governo Regional, tudo fizeram para se distanciarem na Região do

Pacto com o FMI que o mesmo PS subscreveu na República e do Orçamento de Estado, no qual se abstêm na República, mas que contestam na Região!

Usando da retórica da ajuda às famílias e às pequenas empresas para disfarçar, o Governo Regional tenta meter discretamente ao bolso a receita fiscal e os salários roubados aos açorianos, como se não tivesse nada a ver com isso!

O Governo Regional, vestindo, como de costume o argumento da crise – porque a crise tem as costas largas! –, aplica nos Açores a mesma política de austeridade que contesta na República. Corta em partes essenciais do investimento público, mas deixa vários milhões de Euros sem destino definido, para usar como lhe der mais jeito – estamos em ano eleitoral, pois claro!

O PSD, pelo seu lado, tudo fez para se distanciar, quer do Governo da República de que faz parte, quer das opções do Governo Regional com que no fundo concorda. Estamos em ano eleitoral, pois claro!

Na verdade, tudo o que o PSD tem para oferecer aos Açores vem pela mão de Passos Coelho. Por isso é que o PSD Açores pouco ou nada teve para propor neste Plano e neste Orçamento, pouco ou nada contribuiu para o debate político.

Mas, apesar destas habilidades, a verdade é que a encomenda endereçada pelo PSD com selo do CDS/PP cá nos chegou direitinha: mais impostos, cortes de salários, roubo dos subsídios de natal e de férias, congelamento de pensões, cortes nas prestações sociais, privatizações, destruição da RTP Açores, ataques à nossa Autonomia e ao estado de direito.

As açorianas e os açorianos não podem esquecer estas prendas que nos estão a chegar neste Natal e que continuarão a aparecer, com regularidade ao longo do ano, nas faturas do gás e da eletricidade, no acerto do IRS, no confisco do subsídio de férias e de Natal, no aumento do desemprego, no corte dos apoio sociais, nos salários em atraso, nas insolvências de particulares e empresas.

As açorianas e açorianos não vão por certo esquecer-se de agradecer, em Outubro de 2012, ao PS, ao PSD e ao CDS/PP este presente que lhes confisca a esperança num futuro melhor que sonharam para si e, sobretudo para os seus filhos.

O PCP Açores cá estará para manter bem viva na memória do Povo Açoriano

quem são os autores e cúmplices deste agravo à esperança e aos direitos de um povo sofrido que lutou pelo seu auto-governo e que agora assiste à deserção dos auto-proclamados pais e mães da Autonomia. Que confiança pode ser depositada em quem vira as costas à luta, que confiança pode ser depositada em quem cegamente continua a apregoar as virtualidades do pantanoso e putrefacto mercado ou, em quem afirma que tem pena, muita pena mas que… enfim tem de ser.

Não tem de ser!

O CDS-PP, o tal que afirma que tem muita pena é, tão responsável como o PSD.

O CDS/PP por muito que se finja de morto …

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Estamos bem vivos!

O Orador: … não só é cúmplice como é um agente ativo da desgraça que grassa na sociedade portuguesa, quer seja no espaço continental quer seja neste espaço insular e arquipelágico, onde tudo é bem mais difícil e, sobretudo bem mais caro. O CDS/PP com o PSD são o governo do país e, como tal, responsáveis diretos pelas políticas que estão a destruir a esperança dos portugueses e a subtrair-lhes a capacidade de sonhar.

O líder do CDS-PP Açores, que agora acumula funções com as de porta-voz do Ministro da Solidariedade, …

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* E dos Negócios Estrangeiros!

O Orador: … diz-nos que está do lado dos açorianos e que combate a política do Governo Regional do PS, numa vã tentativa de tentar passar incólume de responsabilidades e manter-se em estado de graça com "Deus" e com o "Diabo" …

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Graças a Deus!

O Orador: … usando, para isso, a teatralidade que tão bem exercita na propositura de medidas que escamoteiam os direitos e cultivam o assistencialismo. O CDS/PP tem muita pena da desgraça que graça na Região e no País e por aí se fica… demonstrando apenas a sua dor e misericórdia com a adversidade que nos atingiu como se de um violento terramoto se tratasse.

Com bastante surpresa, ou mesmo deceção, vemos o próprio Bloco de Esquerda, que na República contesta – e bem! – o roubo dos subsídios de natal e de férias, vir nos Açores, aceitar o roubo de um deles.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Isto é inédito!

O Orador: Estamos em ano eleitoral, pois claro!

Com tanta volta e reviravolta política, ficámos sem perceber se estivemos numa discussão parlamentar ou a assistir a uma performance de afamados prestigitadores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Perante as nuvens negras que sopram de Lisboa – que não são as do inverno que os açorianos bem conhecem –, mas sim as nuvens negras carregadas da austeridade, do desemprego, da pobreza e da exclusão, as famílias dos Açores levantaram os olhos em direção a esta colina na ilha do Faial e aqui depositaram uma réstia de esperança.

Olharam para o seu Parlamento, para a sua Autonomia, para os seus representantes.

Olharam em busca de proteção, de apoio e de esperança, em busca de um sinal que lhes renovasse a alegria de ser açoriano e lhes devolvesse a capacidade de sonhar.

Olharam em vão, ainda que, e quero desta tribuna, onde o Povo Açoriano me colocou, afirmar que essa proteção é possível, que esse apoio é realizável, que essa esperança existe, que o sonho é possível e tem futuro.

Não reside, como se viu durante este debate, nos partidos da troika e no seu discurso de duas caras, nem na sua passiva aceitação de uma política que é sempre apresentada como inevitável. Não é aí que está a esperança que os açorianos anseiam.

Essa esperança existe e reside nos que não se resignam, nem se dobram às imposições do centralismo e aos ditames do credor estrangeiro e que, sem medo e sem preço, defendem a Autonomia e a soberania nacional, defendem o seu povo.

Essa esperança existe e reside nos que lutam, nos que construíram a Greve Geral do passado dia 24 de Novembro e que vão continuar a fazer as lutas do futuro, em nome do futuro comum e de um Mundo melhor.

Essa esperança existe e reside numa política diferente, que rompa com os ciclos da recessão, do desemprego e da pobreza; numa política que exija os sacrifícios não aos que sempre foram sacrificados, mas aos que sempre lucraram com os sacrifícios dos outros; uma política que volte a dar valor à nossa produção e a justa compensação a quem constrói, com o suor do seu rosto e a força dos seus braços, a riqueza dos Açores – as açorianas e açorianos.

Apelo, por isso aos açorianos para que não se resignem, não se dobrem, não aceitem o que não é inevitável, e que lutem para dar vida e força a essa esperança e ao sonho.

Nessa luta contarão, como sempre, com o PCP Açores, firme, ao seu lado.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

Deputado Mário Moniz *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Orçamento Regional está enquadrado por uma profunda crise financeira sistémica na Europa que potencia de forma avassaladora a nossa crise nacional e, como é evidente, os Açores não ficam fora deste processo.

Não escamoteamos este cenário, temo-lo bem presente.

Não confundimos as esferas de acção regional, nacional e europeia, assim como as soluções necessárias para cada uma destas esferas de acção.

O que temos é um caminho alternativo e propostas alternativas para atacar os problemas.

Recusamos a ideologia conservadora e a economia liberal que, operando através das agências internacionais, impõe aos povos políticas que semeiam desemprego, miséria e sofrimento.

É por isto que o Bloco de Esquerda recusa o caminho da “Troika”.

Mas foi o debate sobre a Europa que enquadrou, de facto, a discussão do nosso Plano e Orçamento. Que diferença em relação ao discurso de há bem pouco tempo atrás!

Quando o Bloco de Esquerda Açores, nesta Casa, levantava problemas europeus, não raro se levantavam vozes, em particular da maioria do Partido Socialista, acusando-nos de querer fugir aos problemas concretos e outros desmandos que, como a vida provou, não abonam a favor dos seus autores.

Talvez, se tivessem seguido as nossas opiniões, ainda hoje os Açores detivessem a gestão das águas territoriais até às 200 milhas.

O combate à actual situação na Europa exige concretização de medidas imediatas na zona Euro para o qual, o Bloco de Esquerda, no plano nacional, apresentou propostas concretas.

O que não podemos continuar é a assistir a governantes que mudam de opinião quando chegam perto da Senhora Merkel, como fazem Passos Coelho e Paulo Portas, ou se recusam ao debate destes problemas no País, com medo dos "puxões de orelhas".

Mas se é decisiva a alteração das políticas no quadro europeu, não é menos verdade que, no plano nacional, as imposições da "Troika", aditivadas com as medidas do Governo PSD/CDS, vão conduzir-nos a uma situação ainda mais dramática.

São medidas de violência contra os que menos têm!

- Este ano roubam metade do subsídio de Natal, enquanto os rendimentos de capital estão isentos.
- Para o ano roubam dois subsídios – Férias e Natal – enquanto recusam o imposto sobre o luxo e sobre as mais-valias urbanísticas.
- Aumentam a jornada de trabalho em 20 dias por ano e baixam os salários para os trabalhadores do privado em 7%, enquanto os negócios dos "off-shores" continuam um maná.

São medidas que afundam o País!

- Esta violência, contra os que menos têm, destrói o poder de compra. Sem poder de compra as empresas não vendem, logo, têm de fechar as portas criando, assim, mais desemprego em catadupa.

- Mas esta cegueira é mãe da irresponsabilidade. Que outra coisa se pode chamar ao aumento do IVA na restauração para a taxa máxima?

A restauração representa 40% do nosso maior sector exportador, o Turismo, havendo, ainda, a considerar o mercado interno, onde a mão-de-obra é intensiva. Esta decisão vai lançar na falência centenas, se não, milhares de empresas e o consequente desemprego de milhares e milhares de portugueses e portuguesas.

O desfiar das atrocidades que o Governo de direita, PSD/CDS, pretende lançar para cima dos portugueses e portuguesas não tem conta, e tudo para nada.

O Governo da República vai conduzir o País à maior recessão de sempre em tempo de democracia; o desemprego vai aumentar em flecha.

O resultado será, em 2013, vermos a dívida aumentada em cerca de 20%, relativamente a 2010; uma economia destroçada e enorme sofrimento, angústia e desalento nos lares de quem vive do seu trabalho e pensões.

Esta é a política de Passos Coelho e Paulo Portas: sacrificar os pobres para defender os ricos. E aqui cabe denunciar uma "malabarice" da política açoriana: a Presidente do PSD/Açores, assim como o Presidente do CDS/Açores, ocupam lugares de destaque nas estruturas nacionais dos respectivos Partidos.

Não vale, em Lisboa, votar a favor destas políticas e chegar aos Açores como se nada fosse com eles.

É preciso que os Açorianos e Açorianas saibam como votam lá. Digam, aqui, de forma clara, por exemplo, se estão de acordo ou contra o aumento do IVA na restauração e o roubo dos subsídios de Férias e Natal.

Nos Açores, tudo isto é sentido e, infelizmente, tal como no resto do País, a tendência é o seu agravamento.

O desemprego já atingiu 11,6% na Região. Tão preocupante como este número é o seu crescimento acelerado nos últimos meses.

É obrigação do Governo Regional tudo fazer para, na sua esfera de acção, minorar o impacto destas políticas recessivas e desastrosas para o País, para a Região e para os Açorianos e Açorianas.

Mas, infelizmente, não é assim!

Apesar do Sr. Vice-presidente afirmar que o Governo Regional tudo, mas tudo, faz, a realidade é bem diferente.

Desde logo, quando o Governo Regional, em linha com o Governo da República, tira os dois subsídios do próximo ano.

Não por falta de dinheiro, até porque, como explicou o Senhor Vice-presidente, o orçamento já contemplava essas verbas. Mas, como o Orçamento do Estado tira, em obediência ao Governo da República, o Governo Regional também tira.

Tudo!? Mas tudo! Como assim?

Não tem o Governo Regional e a Assembleia Legislativa poderes dados pela Constituição e pelo Estatuto da Autonomia para decidir nesta matéria conforme os interesses dos Açores?

É claro que tem!

Tirar aos trabalhadores da Administração Regional e do sector empresarial regional os subsídios de Férias e Natal, corresponde a tirar da economia real da região cerca de 40 milhões de euros que podiam ser a tábua de salvação de muitas famílias e muitas pequenas empresas.

E chegados aqui, perguntamos:

Não há aqui também cálculo político, tendo em vista as eleições do próximo ano?

Neste sentido o Bloco de Esquerda Açores desafiou o PS a ser coerente, no mínimo, com a proposta que fez a nível nacional, e pagasse, ao menos, um subsídio.

Isto significava um começo de mudança de agulha, um evidente sinal de esperança, mas o PS e o Governo Regional preferem alinhar com as políticas de direita, do que defender a economia açoriana e os Açorianos e Açorianas.

Este Orçamento se bem que diferente, para melhor, segue a matriz do orçamento de direita da República:

Rouba os subsídios quando os podia pagar, mas continua ineficaz no combate à evasão fiscal.

Se considerarmos a percentagem estimada para a economia nacional do valor da economia paralela, e a aplicarmos aos Açores, estamos a falar de verbas que rondam os 700 milhões de euros.

Mas, perante isto, o Governo continua de braços cruzados.

O Governo Regional é lesto e obediente às ordens do Governo da República para cortar na valorização do trabalho, porém, na proposta do Bloco de Esquerda Açores para o combate às derrapagens financeiras nas obras públicas, ou na renegociação dos contratos das parcerias público-privadas, faz ouvidos de mercador. Alinha com a direita na mesma lógica do Governo PSD /CDS: nos interesses dos grandes e poderosos não se toca.

Por outro lado, quando era de esperar um Plano de investimentos que entrasse em ruptura com a recessão económica e o empobrecimento das pessoas, que fomentasse o investimento privado em áreas reprodutivas, que promovesse e alavancasse a economia, assiste-se a um desinvestimento global em funções sociais e áreas estruturantes. E não nos referimos apenas a valores, mas, sobretudo, às opções.

Por tudo isto, e porque o PS não quer dar um passo à esquerda, a bem dos Açores e dos Açorianos e Açorianas, votaremos contra este Plano e este Orçamento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Chegamos ao fim do debate do último Plano e Orçamento da presente Legislatura. Ao longo dos últimos anos, o Governo Regional teve ao seu dispor todos os meios para promover as políticas económicas e sociais que entendeu serem capazes de estimular um efectivo crescimento da Região.

Há, e isto é inegável, apesar de algumas das opções serem criticáveis, um evidente progresso na nossa Região. Claro que há mérito do Governo, mas

também há mérito de uma oposição. A oposição que inovou ao introduzir no panorama político Açoriano o conceito de oposição construtiva.

É justo reconhecer, hoje, a postura democrática do Presidente do Partido Socialista e também Presidente do Governo dos Açores.

Com Carlos César foi possível ultrapassar crispações e encontrar soluções, pondo-se, acima das naturais divergências políticas e partidárias os superiores interesses dos Açores e dos Açorianos.

Não basta anunciar que somos a favor das pessoas.

É preciso ter a humildade de procurar entendimentos e consensos com os nossos parceiros políticos para conseguir implementar medidas a favor dos Açorianos. A isto chama-se fazer política para as pessoas.

Somos críticos, por vezes duramente, mas apresentamos alternativas; Temos divergências claras, mas também capacidade de propositura; combatemos injustiças e denunciamos políticas erradas, mas não alinhamos pela facilidade da demagogia, nem nos deixamos ofuscar com calendários eleitorais.

Para nós, a política é um combate assente no realismo e na verdade.

Para o CDS-PP só existe o conceito de política como serviço aos outros.

O bem comum é um valor superior a qualquer vaidade pessoal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com especial orgulho que ao analisarmos o Plano e o Orçamento da Região, encontramos uma importante marca social do CDS.

É com particular satisfação que debatemos tão importantes documentos onde constam programas que são fundamentais para milhares de Açorianos e que resultaram da aprovação de propostas do CDS-PP.

Neste Plano e Orçamento existe o COMPAMID – Complemento para a Aquisição de Medicamentos pelos Idosos – programa único no contexto nacional e que ajuda os idosos, com pensões mais baixas, a comprar os seus remédios.

Existe, também por iniciativa do CDS-PP, o "Vale Saúde" – um indispensável programa de combate às listas de espera cirúrgicas no Serviço Regional de Saúde.

Do mesmo modo, por propositura do CDS-PP, hoje estão inscritas verbas significativas para o pagamento das diárias dos doentes deslocados, havendo o compromisso do Governo Regional de aumentar, até ao final da Legislatura, estas comparticipações até 70 euros, no último escalão.

O CDS-PP foi pioneiro na apresentação de medidas que hoje beneficiam justamente os Açorianos. Recordo a criação de tarifas aéreas promocionais nas ligações inter-ilhas, bem como a criação de uma tarifa promocional para os estudantes açorianos, nas ligações aéreas inter-ilhas, para o Continente e para a Madeira.

Importa ainda lembrar que o CDS-PP, já no ano passado, reforçou as verbas destinadas à promoção e comercialização dos produtos açorianos. Aliás, como já há anos defendemos a diversificação agrícola e uma boa rede de transportes visando a exportação das nossas produções.

A este propósito, até hoje, ainda não fomos bem sucedidos a convencer o Governo e a maioria socialista das mais-valias de um avião cargueiro para facilitar o escoamento e a exportação dos produtos açorianos, mas não desistiremos e, neste ano, pela quarta vez, insistiremos nessa proposta.

Devo também aqui fazer um justo elogio ao PSD por, recentemente, vir divulgar e enfatizar aquelas que foram (e são) as nossas propostas. É, por isso, que há cada vez mais açorianos a pensar como nós!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os tempos que vivemos e os desafios que temos que enfrentar exigem de um partido político respostas focadas; exigem que, sem tibiezas, consigamos dar respostas aos problemas que afectam as nossas populações.

O CDS é um partido de valores. Valorizamos o esforço, o mérito e o trabalho.

Neste sentido, fomos claros: Tão necessário como melhorar os apoios aos desempregados é fomentar oportunidades de emprego e, acima de tudo,

encontrar soluções que promovam a efectiva manutenção dos postos de trabalho.

Este é o tempo de financiar o trabalho, em vez de subsidiar o desemprego!

É melhor ter trabalho do que ter subsídio de desemprego.

Assim, apresentamos uma proposta que visa reforçar em mais de 1,1 milhões de euros os programas de emprego, com o objectivo de, perante a inevitabilidade do desemprego, assegurar a manutenção dos postos de trabalho, mesmo que a fundo perdido.

É mais uma medida de grande alcance social, com a vantagem de manter em laboração as micro, pequenas e médias empresas, muitas de cariz familiar.

Vivemos tempos de emergência social e financeira que exigem dos políticos a sabedoria e a coragem de adopção de medidas excepcionais.

Por isso, arrancará no próximo ano mais um programa de inquestionável alcance social com a marca do CDS-PP.

Trata-se do programa de distribuição de manuais escolares gratuitos a todas as famílias açorianas, independentemente dos seus rendimentos.

Será um programa a implementar por fases. No próximo ano lectivo serão apoiadas as famílias que tenham filhos a frequentar o 1.º Ciclo do Ensino Básico e, progressiva e gradualmente, será alargado a todos os restantes níveis de ensino.

É mais uma medida de incomensurável alcance social!

Quem tem filhos e compra todos os anos os manuais escolares sabe bem do impacto social e económico desta medida.

Mas, não nos ficamos por aqui. No apoio directo às famílias iremos também propor o reforço de verbas destinadas ao apoio aos cidadãos portadores de deficiência. São mais 150 mil euros para ajudas técnicas e tratamentos a estes cidadãos.

Ainda no âmbito social, o CDS-PP tentará intensificar a aplicação prática do "Vale Saúde" destinando-lhe mais 100 mil euros para a realização de cirurgias nos sectores privado e cooperativo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tendo em consideração a importância do sector agrícola para a economia da Região e o fim anunciado das quotas leiteiras em 2015 é fundamental diversificar e reconverter as produções e as explorações agrícolas.

Aliás, diversificar e reconverter serão verbos cada vez mais conjugados nas políticas sectoriais públicas visando o aumento do rendimento dos agricultores, a diminuição de importações, o aumento das exportações e assegurando a nossa sustentabilidade alimentar.

Para este fim apresentamos mesmo um reforço de cerca de 300 mil euros para o aumento da competitividade do sector agrícola.

Com esta medida cortamos nas ““gorduras”” e aumentamos na agricultura!

Ainda no âmbito deste Plano e Orçamento apresentamos uma medida que terá um impacto muito significativo na coesão social e territorial da Região, bem como um impacto económico indispensável neste tempo de crise.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe que o Governo Regional institua uma tarifa aérea promocional nas ligações inter-ilhas, destinada aos jovens portadores do Cartão Interjovem, correspondendo a 50% de desconto sobre a tarifa de residente.

Estas tarifas vigorarão durante a época baixa representando assim um potencial crescimento do turismo interno nos meses de maior quebra de procura externa.

Estamos a falar de uma proposta que, a ser aceite, possibilitará que um terceirense possa visitar ilhas como São Jorge e Graciosa por 34 euros; que um jovem micaelense possa chegar ao Pico por 62 euros; ou que um Florentino possa visitar ilhas como Terceira e São Miguel também por 62 euros (contra os actuais 124).

Visando a preservação do nosso património histórico e cultural, o CDS-PP propõe também a inclusão de uma verba de 50 mil euros para a realização de um estudo de viabilidade da recuperação e reutilização da lancha “Espalamaca”, ícone das ligações marítimas nas ilhas do Triângulo, especialmente entre o Pico e o Faial.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Açorianos reconhecem que, cada vez mais, o CDS-PP marca a diferença!

Ninguém duvida de que se este fosse um Plano e Orçamento da responsabilidade do CDS-PP, muitas das opções e das políticas seriam outras.

Todavia, mesmo não concordando com algumas das prioridades deste Governo – como ficou patente na discussão na generalidade – o CDS-PP entende que, dada a conjuntura, não podemos ser irresponsáveis ao ponto de não apresentar soluções alternativas, credíveis e exequíveis, nem podemos resumir a nossa actuação ao discurso demagógico pré-eleitoralista.

Hoje, mais do que nunca, as nossas propostas têm que ser assertivas, úteis e a favor dos Açorianos.

Até porque, hoje, já não estamos a discutir apoios às famílias carenciadas.

Estamos a debater apoios para todas as famílias!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Seremos responsáveis se encontrarmos, em conjunto, as melhores alternativas para mitigar os efeitos da crise e da austeridade que nos é imposta, assim como dignificaremos a actividade política e parlamentar se alcançarmos entendimentos e consensos a favor dos Açorianos.

Até porque, como disse um dia Napoleão III: "*Em política é preciso curar os males, não vingá-los*"!

Vozes dos Deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero, em primeiro lugar, dirigir algumas palavras a Vossa Excelência, Sr. Presidente do Governo Regional.

Tivemos divergências, temos divergências e, provavelmente, continuaremos a tê-las.

Porém, Sr. Presidente, no dia em que fará a sua última intervenção no âmbito do Plano e Orçamento como Presidente do Governo, independentemente do que venha a proferir daqui a pouco, quero desejar-lhe as melhores felicidades futuras para a sua vida pessoal.

Reconhecendo-lhe uma grande capacidade política, estou certo que terá um lugar na história da nossa autonomia pelo percurso governativo que terminará em breve.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É normal, em todo o mundo democrático, que os governantes se sujeitem a algumas críticas dos outros agentes políticos e das forças sociais e económicas.

Uma das singularidades da vida pública açoriana, tem a ver com este fenómeno que caracteriza a nossa dialética política no qual o principal alvo das críticas não é, frequentemente, o Governo, mas o principal partido da oposição.

Não deixa também de ser estranho que, ao longo deste debate, o PSD tenha sido o partido mais citado e que o PS tenha sentido a necessidade de falar da líder do PSD dezenas de vezes.

Acho que não é normal nem adequado e espero, sinceramente, que um dia que o PSD seja Governo consiga governar para os Açorianos mais do que governar contra as oposições.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É importante também que os açorianos saibam que das 114 iniciativas legislativas que o PS e o Governo apresentaram nesta legislatura, o PSD viabilizou 84.

E das 54 propostas que o PSD apresentou, o PS só viabilizou 12.

Por aqui se confirma quem é quem no bota-abaixo.

Deputados João Costa e Clélio Meneses *(PSD):* Muito bem!

O Orador: E, ao contrário do que se às vezes se diz, desde 2008, todos os anos, na discussão do Plano e Orçamento, apresentámos propostas para o fomento do emprego. Sempre chumbadas.

Vamos ver o que faz a maioria às propostas deste ano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tivemos oportunidade, nas últimas semanas, de promover um debate público sobre os documentos orçamentais que aqui apreciámos em Plenário.

Em vez de responder aos recorrentes e inevitáveis ataques de que é alvo, ao PSD interessa falar dos Açorianos e do seu futuro.

Quando se aproxima o derradeiro ano deste ciclo político, deve anotar-se que muito foi feito. Com 25 mil milhões de euros gastos, nunca poderia ser de outra forma.

Pensamos, no entanto, que outras poderiam ser as opções.

Porém, independentemente, da subjetividade das escolhas, são os resultados que deixarão a marca final desta governação.

Quinze anos e vinte e cinco mil milhões de euros depois, temos mais de catorze mil desempregados, dezoito mil rendimentos sociais de inserção, trinta e uma mil famílias a viver com menos de quinhentos e quarenta euros por mês. Temos um terço dos açorianos abaixo do limiar da pobreza.

Para o último ano desta legislatura e depois de quinze anos de governação não se podem esperar mudanças de rumo ou de estratégia.

Por isso, compreendemos que quem nos trouxe até aqui não consiga agora negar o seu próprio caminho.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Este Plano e Orçamento são coerentes com o passado deste governo e por isso não podem ser o remédio para o mal que está feito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Interessará pois falar do futuro que deve ser diferente e explicar como e onde se pode fazer esta diferença.

E é disto que aqui e agora queremos falar aos açorianos.

O emprego deve ser o objetivo central do novo modelo de desenvolvimento que necessitamos.

É às empresas e às associações que atribuímos o papel principal no desenvolvimento económico e social. O estímulo às empresas privadas e aos agentes da economia social é o meio privilegiado para a criação de emprego sustentável.

Não há uma receita para acabar com o desemprego, mas há medidas concretas e corajosas que podem e devem criar novas oportunidades de emprego.

Temos de estimular as micro, pequenas e médias empresas na criação de novos empregos, promover o autoemprego como método inovador, incentivar a entrada de mulheres no mercado de trabalho e nele reforçar a integração da juventude, nomeadamente dos jovens licenciados.

As nossas grandes linhas de orientação estratégica visam proteger as empresas regionais e apoiar as exportações, desenvolver o turismo de forma consistente, incrementar a agricultura de modo sustentável e promover a mobilidade competitiva dentro e fora da Região.

Temos que criar um verdadeiro mercado interno na Região.

Os Açores têm de passar por um novo ciclo em que se crie uma efetiva região económica.

Só com a criação de um verdadeiro mercado interno se consegue mostrar a qualidade dos nossos produtos, dos nossos empresários e, paralelamente, criar postos de trabalho e aumentar as exportações.

Queremos valorizar a marca "Açores", a qual será crucial para o desenvolvimento do mercado interno e um forte potenciador da exportação dos produtos açorianos e da nossa atração turística.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No momento em que se impõe desbravar caminhos que possam criar riqueza, empregos e ajudar as empresas e, portanto, afirmar uma rota de sustentabilidade, devemos lançar um novo olhar para o nosso sector primário.

Na **agricultura** e nas pescas teremos de buscar novas oportunidades.

Existe uma nova urgência mundial que se prende com as futuras disponibilidades alimentares.

Com efeito, a riqueza de um País ou Região também se mede pela sua capacidade de produzir bens alimentares.

O aumento da produção regional de alimentos de forma sustentada, incentivando as produções agrícolas de proximidade, é um fator de competitividade, com benefícios económicos, sociais e ambientais. Em especial, na criação de emprego, fixação de pessoas e na substituição de importações.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Urge, deste modo, atribuir à agricultura na Região uma função humanizante, porque as produções agrícolas de proximidade podem efetivamente contribuir para termos mais postos de trabalho e mais jovens nas ilhas.

Temos de valorizar e incentivar as parcerias entre produtores e consumidores e esta é, para os alimentos de proximidade, a melhor solução comercial. Uma cadeia curta de confiança.

Esta matriz de atuação potenciará também a construção de um mercado interno.

Será uma viragem na agricultura dos Açores. Queremos fortalecer a pecuária, mas queremos ir mais além, aproveitando potencialidades evidentes e necessidades emergentes.

Nas fileiras do leite e da carne teremos de melhorar a incorporação de valor, criando mais-valias que possam significar a angariação de mais riqueza para a Região.

A aproximação entre a Universidade dos Açores e os agentes do sector agrícola deverá transformar a boa investigação científica que se faz nesta instituição numa investigação aplicada.

E temos de fazer da indústria e da comercialização um auxílio e não um bloqueio para os agricultores. Para isso temos de melhorar a monitorização dos mercados agrícolas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nas **pescas** temos, em primeiro lugar, de dignificar os pescadores.

Para tal, a formação é fundamental, mas decisivo serão as políticas que garantam o rendimento e a sustentabilidade.

Temos de investir fortemente em investigação e parecerias que possam replicar, nas nossas águas, experiencias de aquicultura offshore que possuem evidentes mais-valias ambientais, de preços dos produtos e asseguram a requalificação dos pescadores.

Deputado João Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: A aquicultura offshore e o pesca-turismo abrem novas fontes sustentáveis de rendimento e a promoção dos nossos produtos e melhoria dos circuitos comerciais, asseguram mais riqueza nos bolsos dos pescadores e, portanto, dos açorianos.

Nas pescas e no Mar estarão novas oportunidades para a economia dos Açores, sempre contando com o saber internacionalmente reconhecido ao Departamento de Oceanografia e Pescas e à Universidade dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores são, por natureza, uma região de vocação turística e por isso encaramos o **Turismo**, estrategicamente, como uma das oportunidades mais promissoras para o nosso tão necessário crescimento económico sustentável.

O principal bloqueio do turismo nos Açores prende-se com o custo das passagens e terá de ser esta a principal meta de um futuro governo: garantir tarifas mais baratas para quem nos visita e para os açorianos.

Uma política comercial mais coerente com os verdadeiros interesses dos Açores, uma melhor eficiência de gestão e de meios e um reposicionamento das verbas disponíveis terão de proporcionar à SATA as condições para, dentro e fora de Região, praticar muito melhores preços.

Deputados Mark Marques e Cláudio Almeida *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Propomos ainda criar e valorizar um Conselho Consultivo de Turismo, maioritariamente constituído pelos protagonistas privados do sector turístico dos Açores.

Um órgão que emane do próprio sector para influenciar as políticas regionais e não um organismo imposto pelo governo para funcionar em circuito fechado.

Mas temos de reposicionar a agulha estratégica. Nunca poderemos oferecer turismo de sol e praia e dificilmente poderemos contar com o turismo de charters.

O turismo de natureza e de bem-estar, em unidades de hotelaria tradicional e em unidades de turismo no espaço rural, apoiado numa rede de agências e de empresas de animação, deverá constituir a base da nossa oferta, sabendo que as nossas características sugerem capacidades de carga específicas e uma promoção consentânea.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vitorino Nemésio dizia que nos Açores, a geografia valia quase tanto como a história.

As **novas tecnologias** vieram, em alguns aspetos, rasgar esta conceção.

Com as novas tecnologias, o mar desaparece e esfumam-se as distâncias.

Mas desaparecem também as desculpas e afirmam-se as competências.

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Este é um mundo novo que temos de explorar nos Açores, promovendo uma formação de vanguarda aos nossos jovens, promovendo

parcerias entre a nossa Universidade e as empresas regionais e, em especial, temos de aproveitar o relacionamento com os açorianos que temos espalhados pelo mundo e que dão cartas neste novo mundo tecnológico.

Deputados Jorge Macedo e João Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Neste sector não podemos apontar senão para a excelência, mesmo com investimento público inicial que possa até ser considerado excessivo, porque neste mundo temos tudo para sermos os melhores, mas para tal necessitamos das melhores políticas públicas e de grandes alavancas financeiras.

Queremos uns Açores onde a investigação, a ciência e o conhecimento estejam a par da governação da Região, no dia-a-dia.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma **saúde** de qualidade para todos, impõe a reforma do Serviço Regional de Saúde, assegurando o acesso de todos às prestações de saúde dum modo humanizado.

Para se atingir este objetivo, há três grandes prioridades para o PSD.

A primeira é sanear financeiramente o Serviço Regional de Saúde, dotando-o dos meios financeiros necessários ao seu funcionamento equilibrado, ao mesmo tempo que se impõe uma gestão que racionalize a despesa e combata o desperdício.

A segunda prioridade é aumentar a cobertura dos cuidados primários de saúde, assegurando um médico família para todos, por recurso a novas contratualizações com médicos do sector público que aceitem aumentar as suas

listas de utentes ou do sector privado que aceitem utentes do Serviço Regional de Saúde, mediante um preço de consulta convencionado.

A terceira prioridade é informatizar mesmo o Serviço Regional de Saúde, fazendo da informática uma poderosa ferramenta de gestão e um mecanismo facilitador da prestação de cuidados de saúde nas nossas ilhas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A **Educação** e a especialização são os esteios do nosso projeto de desenvolvimento para os Açores.

A política de Educação deve promover a qualidade e o rigor no sucesso educativo. Só assim se estimula uma cultura orientada pelos valores da excelência e do mérito pessoal como contributos para o sucesso coletivo.

A política de Educação deverá permitir-nos reunir condições para recuperarmos dos atrasos estruturais de que os Açores ainda sofrem.

E para responder a essas dificuldades, impõe-se às políticas educativas capacidade para enfrentar em especial três grandes desafios.

Em primeiro lugar, o desafio da autonomia das escolas e da sua capacidade de gestão e de liderança – e, em especial, da autoridade dos professores.

Em segundo lugar, o desafio da qualidade das aprendizagens e da excelência do ensino, generalizando-se as provas de aferição que permitam às escolas refletir sobre os seus próprios resultados.

Em terceiro lugar, o desafio da estabilidade do sistema educativo, acabando com as experiências permanentes, melhorando e estabilizando as boas práticas.

Deputado João Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Propomo-nos a Implementar as Escolas de Proximidade como princípio de aplicação complementar para os casos em que, devido ao reduzido número de alunos, não é possível manter a escola de freguesia. A Escola de Proximidade acolherá os alunos das freguesias mais próximas e evitará a tendência atual de concentrar os alunos das freguesias rurais em escolas dos centros urbanos ou dos seus subúrbios.

Deputados Jorge Macedo e Mark Marques *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Manteremos a periodicidade anual dos concursos internos e externos para docentes.

Reavaliaremos o Programa Oportunidade, no que concerne a forma como está a ser implementado, na prática, e os seus resultados em termos de regresso dos alunos ao currículo regular.

Para nós é imprescindível dotar os Açores de um Centro Regional habilitado para realização das avaliações, e bem assim de investigações e estudos de suporte às medidas a empreender pela Administração Regional, nos domínios da inovação curricular, metodológica, tecnológica, didática e da gestão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A prática quotidiana da **Solidariedade Social** deverá ser entregue à sociedade civil, nas múltiplas formas que reveste.

Ao Estado caberá tão-somente uma ação de fomento e de apoio financeiro sempre que esta mesma sociedade civil não conseguir dar resposta adequada às exigências que uma sociedade solidária requer.

É por isso que queremos celebrar um Pacto com as Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores, no sentido de articular efetivamente os necessários esforços entre os diferentes agentes da Ação Social, sem a imposição de diretrizes governamentais.

Deputados Cláudio Almeida e António Ventura *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Temos ainda de implementar um enquadramento legislativo que oriente, de forma efetiva, clara e transparente, a relação entre a Administração Regional e as IPSS.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A nossa meta, com as políticas reformadoras que propomos, não é outra que não seja a transparência da governação e a partilha da informação essencial. Para que todos desenvolvamos a nossa apreciação crítica sobre as soluções de governação e sobre os resultados alcançados.

Quem tem projeto e confiança no seu saber fazer só pode sentir-se realizado se for sujeito ao julgamento político, com eleitores bem informados sobre a qualidade da sua governação.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É nosso propósito que a qualidade da democratização crescente que pretendemos implementar na vida política açoriana se expresse ainda, entre outras iniciativas, na criação de um Conselho Económico e Social isento e independente de tutela governativa, presidido por personalidade da dita sociedade civil, eleito no Parlamento por uma maioria qualificada de 2/3, …

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Muito bem!

O Orador: … cujas competências incluam a monitorização dos resultados económicos, sociais e financeiros da governação em cada ano económico, bem como o domínio imparcial do Serviço Regional de Estatística.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mas, mais do que opções sectoriais diversas**, impõe-se verdadeira e inapelavelmente um modelo de governação diferente e uma nova atitude política.**

Mais do que condicionar a sociedade civil, temos de estimular os cidadãos.

Os Açores não são do Governo. O Governo é que é dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E temos de ter um governo mais pequeno, mais eficiente e mais articulado.

Podemos gastar muito menos recursos financeiros com a máquina governativa sem prejuízo de eficácia. E assim libertamos mais verbas e mais energias para o bem comum.

A reforma do sistema eleitoral e da arquitetura da nossa autonomia obriga a acordos de regime.

Por isso, teremos todos de estar abertos ao diálogo, para se atingir acordos tendentes à diminuição do número de políticos a tempo inteiro, assegurando a proporcionalidade e a representatividade, sem esquecer a realidade ilha; e para que se assegure a reforma dos Conselhos de Ilha, incrementando a sua legitimidade e competências.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Sem dogmas, mas com princípios, estamos disponíveis para pensar a autonomia para os próximos trinta anos que, estamos certos, vai ser diferente dos últimos trinta.

Como se vê e ninguém, de boa-fé, poderá mais negar, nestas, como em muitas outras matérias, temos ideias e propostas. Temos trabalho de casa feito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A finalizar, quero deixar uma nota de esperança.

Queremos dizer sim aos Açores.

Queremos dizer que estamos preparados.

Queremos dizer que, para novos desafios, temos de ter novas políticas.

Novas Politicas, com novos políticos.

Políticos que, especialmente em épocas de crise, não sejam hesitantes ou inseguros.

Políticos que sejam autênticos líderes.

Líderes que ofereçam uma mudança segura.

Viva o futuro e vivam os Açores.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Terminamos, agora, o debate na generalidade das propostas de Plano e Orçamento do Governo Regional dos Açores para o próximo ano.

Nesse âmbito, não posso deixar de realçar as excelentes intervenções e o óptimo trabalho dos deputados do Partido Socialista/Açores ao longo do debate, que mostraram mais uma vez grande competência e grande dedicação à nossa Terra.

É, por isso, um grande orgulho e uma honra enorme presidir a este Grupo Parlamentar.

Está a terminar um dos momentos anuais mais solenes desta Assembleia, tendo em conta que são definidos os instrumentos que vão reger os Açores no próximo ano, evidentemente, com implicações directas na vida dos açorianos, das instituições e das empresas.

Este será, porventura, o mais importante Plano e Orçamento desta Legislatura.

A conjuntura económica e social, agravada pela crise nacional e europeia que teima em manter-se, vai incidir fortemente na vida dos açorianos, a vários níveis.

Tendo em conta a conjuntura externa e a crise em que vivemos, 2012 será o ano da resistência.

Será o ano em que cada um de nós terá de dar o melhor que tem para ultrapassar o pior que aí vem.

No país, a recessão vai se agravar, gerando mais desemprego e situações de emergência social.

É neste enquadramento de grande dificuldade que a economia açoriana, que tem na economia nacional a sua referência, terá de se mover no próximo ano.

É neste contexto que o Plano e Orçamento para 2012 assumem uma importância acrescida. Não são documentos para tempos de crescimento económico e bem-estar social. São, sim, documentos de resistência, de minimização das dificuldades, pretendendo ser instrumentos realistas de luta às adversidades e à emergência.

São documentos que têm um desígnio muito claro: não deixar ninguém para trás.

Esta constatação obrigou à revisão de prioridades na governação, no sentido de incrementar o apoio às famílias e às empresas açorianas, aproveitando cada euro para a protecção social e para a alavancagem da economia.

O Plano para 2012 propõe-se a aproveitar de forma cuidada os fundos estruturais ao dispor dos Açores, seja em investimentos em equipamentos e infra-estruturas, seja no co-financiamento dos sistemas de apoio ao investimento privado.

Este Plano está, assim, construído num triângulo crucial para ultrapassar esta fase difícil em que vivemos, com o rigor, a competitividade e a solidariedade a assumirem-se como cada um dos seus vértices.

Não é tempo de assumir a política com reservas mentais e pruridos partidários. Nenhum açoriano compreenderá que qualquer um dos partidos aqui representados não dê o melhor de si neste momento difícil.

Este é um Orçamento de excepção para momentos excepcionais.

Quem apoiar este Plano e este Orçamento não está a apoiar o Governo Regional dos Açores. Quem apoiar este Plano e este Orçamento está, sim, a apoiar as famílias e as empresas açorianas.

Deputado José Lima *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O apoio a estes documentos é um aval social aos açorianos que estão mais fragilizados e às empresas para que consigam manter postos de trabalho e a sua actividade neste período de maior turbulência.

Neste âmbito, o combate ao desemprego será o maior desafio governativo de 2012.

A evolução do desemprego nos Açores tem causas perfeitamente definidas. Resulta da crise da banca e do duríssimo plano de austeridade nacional.

O objectivo será o de concentrar todos esforços em diminuir e controlar a taxa de desemprego em 2012.

Aliás, tem sido mesmo o PS e o Governo Regional dos Açores a admitir, pelo menos desde Fevereiro de 2010, que os Açores teriam um agravamento sensível da taxa de desemprego.

Deputado Ricardo Cabral *(PS):* Muito bem!

O Orador: O aumento do desemprego que está a ocorrer na construção civil e no pequeno comércio é resultado das medidas de austeridade nacionais, com efeitos recessivos no consumo e no rendimento disponível, e na diminuição muito relevante do investimento e pagamentos municipais.

Um exemplo significativo: o corte do subsídio de Natal que se verificou este mês está a retirar do comércio açoriano qualquer coisa como 20 milhões de euros. Muitas das lojas açorianas esperam pelo período do Natal para passarem dos prejuízos aos lucros, para conseguirem um balão de oxigénio com vista ao ano seguinte.

Deputado José San-Bento *(PS):* Muito bem!

O Orador: Esta medida de corte imposta pelo Governo da República revela-se de uma dureza brutal para as famílias.

Além disso, a economia regional está a sofrer as consequências da total paralisia em que se encontra a banca.

Realço o exemplo já referido ao longo do debate. Em 2007, os bancos injectaram na economia 620 milhões de euros líquidos. Já no primeiro semestre

deste ano, apenas pouco mais de três anos depois, regista-se uma contribuição negativa em 67 milhões de euros para a economia açoriana.

É preciso reconhecer, ainda, que estamos a falar de um problema – o desemprego – de escala global e não exclusivamente dos Açores. Basta dizer que, entre as várias regiões ultraperiféricas europeias, os Açores são aquela com a taxa de desemprego mais baixa. Outras têm taxas a rondar os 30 por cento. E continuamos a ser uma das Regiões do país com a taxa de desemprego mais baixa.

Cada desempregado que consigamos retirar desta situação, através de medidas de apoio ou de criação de emprego, terá de ser visto como uma motivação extra e como uma batalha ganha numa guerra difícil e constante.

Mas é preciso que se veja o mercado de trabalho não apenas pelo lado do desemprego. O rigor obriga, também, que se veja pelo lado do emprego.

Secretário Regional da Presidência *(André Bradford):* Muito bem!

O Orador: Nunca como agora os Açores tiveram tanta gente qualificada a trabalhar.

Em 1995, a população empregada não passava das 86 mil pessoas. Os dados mais recentes indicam que 107.500 açorianos trabalham actualmente, um crescimento muito significativo nesta área.

Em 1995, a taxa de actividade não chegava aos 40 por cento. Hoje já está à volta dos 50 por cento. A população activa passou de 94 mil para quase 122 mil açorianos.

Ou seja, temos mais cerca de 21 mil açorianos a trabalhar do que tínhamos em 1995. A grande maioria em empresas privadas, gerando riqueza para as suas ilhas.

Tem sido uma verdadeira revolução silenciosa nos Açores que muda, por completo, a estrutura do emprego na nossa Região.

Em 1998, para cada dois funcionários públicos havia três açorianos a criar riqueza em empresas privadas. Actualmente, para os mesmos dois funcionários públicos, existem seis trabalhadores no sector privado.

Presidente do Governo Regional dos Açores *(Carlos César):* Muito bem!

O Orador: Este Plano e Orçamento dá, por isso, grande importância à geração de emprego e à defesa dos postos de trabalho.

Esta área exige grande seriedade.

Não se pode abordar o problema do desemprego com superficialidade, como tem feito, por exemplo, o maior Partido da oposição nos Açores, o PSD.

Temos assistido incrédulos a um exercício da mais básica banalidade sobre esta matéria.

Quando se pergunta à Presidente do PSD Açores que soluções tem para o problema do desemprego, responde "é preciso mais emprego".

Quando se pergunta que propostas tem para apoio as empresas, diz que "preciso mais trabalho para as empresas".

Mas pior do que isto, quando se pergunta à Presidente do PSD/Açores quais são as suas propostas para combater o desemprego, diz que as tem, mas que as vai guardar para o programa eleitoral e para 2013.

É o mais profundo desrespeito para com os actuais desempregados dos Açores.

Secretário Regional da Presidência *(André Bradford):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Há poucos minutos na intervenção que me antecedeu ficámos a saber que afinal esconder propostas não é só no desemprego.

Na intervenção que me antecedeu foram apontadas várias linhas orientadoras em várias áreas, mas curioso que apesar da tentativa de disfarce, diga-se, pouco eficaz nenhuma dessas linhas orientadoras foi materializada em propostas concretas no âmbito deste Plano e Orçamento.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo

É caso para dizer das duas uma: ou é só conversa ou o PSD está mais preocupado com as eleições de 2012 do que com os verdadeiros problemas dos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Espera-se por isso e pede-se também ao PSD que dedique mais tempo a construir propostas verdadeiras, sérias e credíveis do que o tempo que tem disponibilizado para fazer guerrilha ao PS e ao Governo Regional.

Deputado Francisco César *(PS):* Muito bem!

O Orador: O PSD/Açores tem naturalmente especiais responsabilidades no nosso espectro político partidário.

Diz que está preparado para governar, mas a sua participação neste debate foi um deserto de ideias e de propostas concretas que ajudem, de facto, os Açores e os açorianos.

Foi notório que a única preocupação deste partido é a guerrilha ao Governo dos Açores e ao Partido Socialista.

Apesar da tentativa pouco eficaz na intervenção que me antecedeu, isso ficou muito claro., por exemplo, nas propostas de alteração que apresentaram ao Plano e Orçamento que temos que denunciar e desmistificar aqui e agora.

Durante várias semanas, ouvimos vários dirigentes do PSD dizer que teriam propostas para reduzir as alegadas ““gorduras””, os alegados gastos excessivos da Região e que essa redução seria na ordem dos 20 milhões de euros.

Passaram semanas com este discurso a ver se a ideia pegava.

Mas lá diz a nossa gente: a mentira tem perna curta e, uma mentira dita muitas vezes, não passa a ser verdade.

Deputado António Marinho *(PSD):* É mentira!

Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo *(PSD):* Não é verdade!

O Orador: Afinal, depois de tanto aparato mediático, este partido entregou no Parlamento propostas de alteração que visam reduções nessas despesas na ordem dos 2 milhões de euros.

Afinal, a montanha pariu um rato.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* O senhor sabe que não é verdade!

Deputado António Marinho *(PSD):* É ignorância!

O Orador: Ou seja, o PSD/Açores encarou a preparação e o debate do Plano e Orçamento como uma oportunidade para atacar o Governo. Pelo caminho, estragou umas das últimas oportunidades que ainda tinha para parecer sério e responsável.

Depois de ver as suas propostas ruir pela base, o PSD/Açores tem agora uma oportunidade de salvar a face.

O PS/Açores não se importará.

Se está, como diz, preocupado com as famílias e com as empresas, espera-se, agora, que apoie este Plano e Orçamento.

Deputado Francisco César *(PS):* Muito bem!

O Orador: Decida, de uma vez por todas, se quer continuar, como tem estado, ao lado do Governo da República de Pedro Passos Coelho e Victor Gaspar ou se quer estar ao lado dos Açores e dos açorianos.

Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Em boa verdade ouvimos também na intervenção que me antecedeu uma espécie de contabilidade de referências ao PSD e à sua Presidente.

Dizem que foram algumas dezenas, pois foram poucas para a quantidade de erros, de contradições e de fragilidades que este partido tem dado à vida regional.

Nós não somos assim. Nós não podemos ser assim. As pessoas esperam muito do PS.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em articulação com o Governo, apresentou um conjunto de propostas para reforço de verbas em algumas áreas que nos parecem cruciais nesta fase.

Entregámos propostas ao nível do Turismo, Educação, Juventude, Pescas, Desporto, Solidariedade Social, Apoio à Infância, Reabilitação Urbana, Saúde, Gestão de Resíduos, Rede Viária e Transportes.

São 20 propostas de alteração ao Plano e 7 propostas de alteração ao Orçamento, num valor global de cerca de 14 Milhões de euros, que constituem uma mais-valia para os Açores, implementadas da melhor forma pelo Governo Regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este é um tempo de grande responsabilidade.

A verdade é que uma oposição responsável não pode criticar o aumento de 10 por cento previsto para os complementos regionais de pensão e do abono de família, numa altura em que o país está a cortar de forma cega todos os apoios sociais.

Uma oposição responsável não pode, ainda, rejeitar um aumento de 3,5 por cento da remuneração complementar, quando os funcionários públicos portugueses acabaram de perder os subsídios de férias e Natal.

Uma oposição responsável não pode, também, ficar indiferente ao aumento para 11 milhões de euros do Fundo de Compensação Social, que servirá para responder a situações de emergência social em casos de pobreza ou desprotecção súbita, quando se perspectiva em Portugal situações de carência social brutais.

É justo referir que, apesar das irresponsabilidades a que muitas vezes assistimos, temos vários partidos neste parlamento que se esforçam, verdadeiramente, em contribuir de forma séria para a melhoria da qualidade de vida dos açorianos.

Secretário Regional da Presidência *(André Bradford):* Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento para 2012 têm um rumo bem definido.

Além do apoio às famílias e às empresas açorianas, concentra o seu esforço nos sectores económicos que representam um importante valor acrescentado para a economia regional nesta fase. O Turismo, o Sector Primário - Agricultura e Pescas - e a transformação assumem especial relevância.

No Turismo, será fundamental reforçar a aposta na promoção da Região no exterior, continuando a afirmar as mais-valias do destino Açores em mercados consolidados e em novos mercados a explorar.

É crucial, também, reforçar a aposta nos sectores produtivos, que são a base da economia regional e onde assenta a criação de riqueza e de emprego.

Agricultura e Pescas assumem um papel de grande relevo, devido à sua importância económica, mas também social.

Trata-se de dois sectores que necessitam de continuar a evoluir em alguns aspectos, mas onde já existem todas as condições necessárias para o seu desenvolvimento. Não há qualquer comparação com o passado. Temos de continuar este caminho para, de forma sustentada, elevar os rendimentos dos profissionais da pesca e da agricultura.

O sector primário assume, ainda, grande importância ao nível da transformação, área que contribui para a exportação de produtos açorianos, tanto ao nível dos produtos lácteos, como dos produtos da pesca.

Se é verdade que é necessário exportar mais, é também verdadeiro que muito caminho já foi feito, inclusivamente com produtos de alto valor acrescentado, como, por exemplo, as conservas de atum de Santa Catarina, reconhecidas por organizações ambientais e que entraram em mercados exigentes, como o mercado italiano.

Estas são áreas centrais que devem concentrar a nossa acção, no âmbito económico, na valorização dos nossos produtos, quer no abastecimento do mercado local e nas trocas comerciais entre ilhas, quer na diminuição de importações e de aumento de exportações que podem potenciar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quando falamos no futuro, temos de falar numa das nossas maiores riquezas, um recurso de valor inquestionável, o Mar, o nosso mar.

Falar nos Açores é falar num recurso que deve ser central na nossa actuação política e governativa. O nosso mar! O mar que é nosso! Para mais quando se sabe que este será um recurso cada vez mais cobiçado devido às imensas

riquezas que tem, tanto nas actividades tradicionais, como a Pesca, mas sobretudo em áreas de exploração emergentes.

São cerca de um milhão de quilómetros quadrados que constituem o nosso Mar com um conjunto de recursos, de riquezas, de mais-valias muito relevantes para as nossas dinâmicas económicas futuras.

Mas é muito mais do que isso. O Mar dos Açores assegura a verdadeira dimensão atlântica de Portugal e deve ser, por isso, olhado de forma diferente pelo país, que deve respeitar que esse mar é dos Açores que esse mar é dos açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Outra questão tem também principal relevância.

Fazemos este debate num quadro nacional difícil mas onde começam a ser evidentes os grandes perigos que corre a Autonomia Regional.

A Autonomia Regional está em perigo. As conquistas de várias gerações de açorianas e açorianos estão a ser postas em causa.

Há hoje uma renovada perspectiva anti-autonomista que aumenta esses perigos quer ao nível financeiro, quer ao nível político.

Temos assistido a uma postura lamentável de desresponsabilização do Estado nas suas obrigações para com os açorianos.

Parece que há uma tentativa de afogar a Autonomia açoriana do ponto de vista financeiro, esperando que isso tenha reflexos no enfraquecimento político das Regiões e dos seus Órgãos de Governo Próprio.

O Governo da República arranja uma solução inconstitucional para o pagamento do IRS às Câmaras Municipais, passando por cima do que diz a lei; pretende deixar cair a RTP/Açores e quer que seja o Governo Regional a pagar; apropria-se indevidamente de impostos pagos na Região, desrespeitando a Constituição e o Estatuto Político-Administrativo dos Açores, sem qualquer reserva.

O que virá a seguir? Os aeroportos e aeródromos da ANA na Região? A Universidade dos Açores? Os serviços de Justiça e de Finanças?

Nós não somos portugueses de segunda e o Estado tem de cumprir as suas obrigações com os portugueses residentes nas Regiões Autónomas da mesma forma que com os portugueses residentes em Portugal continental.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Este é um princípio do qual nunca abdicaremos.

Deputada Benilde Oliveira *(PS):* Muito bem!

O Orador: E é importante referir que isto acontece muitas vezes com a conivência e com o silêncio comprometido do PSD Açores. **Secretário Regional da Presidência** *(André Bradford)* e **Deputada Benilde Oliveira** *(PS):* Muito bem!

Deputado Pedro Gomes *(PSD):* Não apoiado!

O Orador: Não deixa de ser curioso o facto de bastar que mudasse o partido do Governo da República para mudar a postura do PSD na defesa dos interesses dos Açores, o que é bem demonstrativo da falta de capacidade que este partido tem de influenciar os seus companheiros a nível nacional e de defender os interesses da Região.

Lamento profundamente dizê-lo, mas é muito claro que este PSD Açores troca os interesses da Região pelos seus interesses partidários.

Deputados Pedro Gomes e Rui Ramos *(PSD):* Não apoiado!

O Orador: Prejudica os Açores na esperança de fazer mossa ao Governo Regional e ao PS.

Este PSD Açores tem PSD a mais e Açores a menos.

Deputados Francisco César e Benilde Oliveira *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Quanto a nós, cá estaremos, sempre, ao lado dos Açores e dos açorianos, como sempre, em defesa da nossa autonomia e dos nossos direitos. Seja contra quem for, seja contra quem nos quiser mal, seja contra quem não

percebe as dificuldades de viver num arquipélago com as especificidades dos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Todos os açorianos têm histórias diferentes, mas partilham os mesmos objectivos, os mesmos sonhos e as mesmas esperanças para si e para as suas famílias.

É, por isso, que esta Região é mais do que a soma das suas partes. É a soma dos contributos de pescadores, de agricultores, de funcionários públicos e trabalhadores privados, de estudantes, de jovens e de idosos, de emigrantes.

Todos foram incluídos na caminhada que começou a 09 de Novembro de 1996.

Chegamos tão longe não por causa do que fizemos, mas por quem fizemos.

Sabemos que não está tudo bem, que os tempos são difíceis. Não somos vendedores de ilusões. Temos um legado de politica verdadeira e de grande lucidez e realismo que se exige na actividade politica.

Há ainda muito para fazer, mas conseguimos fazer muito.

Melhoramos a saúde, construímos escolas, apostamos na formação, rasgamos novas estradas, inovamos nos transportes, apoiamos os fragilizados, protegemos os mais fracos, garantimos a dignidade de uma habitação, recuperamos ilhas, vilas e freguesias arrasadas por catástrofes, confortamos sinistrados, protegemos o ambiente, aproximamos as ilhas, abrimos os Açores ao mundo.

Esta é uma caminhada que não está, porém, terminada e que, em 2012, enfrentará um percurso difícil de completar.

Num ano difícil como o que se perspectiva, não podemos abrandar por uma hora, por um minuto, por um segundo que seja.

Pedimos aos açorianos que acreditem nas suas próprias capacidades. São eles que mudam a sua rua, a sua cidade, a sua vila, a sua freguesia, a sua região. É por eles que aqui estamos.

Queremos continuar a contar com os açorianos como parceiros imprescindíveis e insubstituíveis desta caminhada de muito trabalho, de alguns reveses, mas de sentimento de dever cumprido, de alegrias e de objectivos alcançados.

O PS está pronto para aprender com todos. Com os socialistas e com os não socialistas. O PS quer aprender com o empresário de sucesso, mas também com o desempregado. O PS necessita de aprender com o pescador e com o agricultor. O PS tem urgência de ouvir os conselhos dos idosos que trabalharam toda a vida e motivar-se com o jovem que quer entrar no mercado de trabalho.

Deputada Benilde Oliveira *(PS):* Muito bem!

O Orador: O PS tem, em suma, a pressa própria de quem quer evoluir, fazendo a correcta sintonia entre a experiência, a capacidade e a influência, a inovação, o arrojo e a renovação.

Não é tempo de olhar para trás e de acreditar em soluções do passado, ultrapassadas e gastas que já nada acrescentam.

É tempo de olhar para a frente, com confiança.

Deputado José San-Bento *(PS):* Muito bem!

O Orador: Cá estamos, a dar a cara e a responder pelos nossos actos e pelas nossas acções.

Fazemo-lo em nome do Partido Socialista, um partido que lidera pelas convicções e pela vontade constante de continuar a modernizar a nossa terra.

Deputada Benilde Oliveira *(PS):* Muito bem!

O Orador: Fazemo-lo em nome dos Açores, a melhor Região do mundo para se viver.

Fazemo-lo com a lucidez e a responsabilidade que os tempos exigem, mas com a ambição e o inconformismo que nos permitirão vencer os desafios do futuro.

Fazemo-lo reforçando o compromisso que fizemos com os açorianos em 1996, com uma nova geração de políticos e de políticas, prontos para levar os Açores em frente.

Fazemo-lo na firme convicção de que vamos continuar a merecer a confiança dos açorianos.

Disse.

Secretário Regional da Presidência *(André Bradford)* e **Deputada Benilde Oliveira** *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Presidente do Governo Regional dos Açores *(Carlos César):* Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados:

Cabe-me encerrar os trabalhos parlamentares relativos à discussão do orçamento e do plano de investimentos para 2012.

Trata-se do último ano de mais esta Legislatura autonómica, marcada, sem dúvida, pelas incidências da crise internacional, europeia e nacional, que se repercutiram nos Açores, e pela grande preocupação face aos seus efeitos no desemprego.

Nestes últimos tempos, e nesta Assembleia, chamei muitas vezes a atenção para as notícias de uma degradação constante das economias externas de referência para os Açores, em especial da do continente português, e dos seus inevitáveis efeitos de contágio. Levar os Açores para a frente, com o País a andar para trás, tem sido, já o disse, como "subir a Montanha do Pico com um pesado fardo às costas", ou como andar em sentido contrário numa passadeira rolante. Conseguimos, por vezes, avançar, mas sempre com os riscos de regredir.

Percebemos todos, agora, que a crise que vivemos não é criação nossa e que, felizmente, apesar das adversidades, temos conseguido manter muitos empregos e apoiar muitas empresas e famílias nas nossas ilhas, cuja situação tem sido agravada por medidas sucessivas e cada vez mais rigorosas, com aplicação directa nos Açores, quer resultantes do acordo com a "Troika", quer por decisão do governo central, quer ainda por efeito da falta do financiamento bancário às economias privada e empresarial.

Todavia, tal como a saída do país da crise não se fará fora de um contexto recuperador, pelo menos ao nível europeu, a superação das nossas dificuldades regionais também não se fará sem que o País dê sinais de um restabelecimento.

Precisamos, assim, de uma Europa que rapidamente se restabeleça, para evitar o seu próprio colapso institucional e social, e de um país que a acompanhe nesse percurso reconstrutivo.

Esta crise é um tempo simultaneamente ingrato e mobilizador para quem tem responsabilidades governativas: ingrato, porque chegam-nos males que não causámos nem procurámos, que podem destruir em escassos meses o que levou anos a construir, e mobilizador, porque não podemos cruzar os braços vencidos por essas consequências nefastas.

A forma que escolhemos para governar não é vencida pela contrariedade dos tempos. Governar é um desafio para vencer nos tempos de abundância como nos tempos de contrariedade. Aqui, estamos a fazer o que está ao alcance das competências e dos meios que a nossa Autonomia nos proporciona, para cumprir o objectivo de fazer com que a crise se sinta menos do que nos outros lugares e que, tal como chegou mais tarde, se vá embora mais cedo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Não duvidemos das nossas capacidades, nem tomemos a realidade sempre pela pior das notícias. Nos Açores há muito para comprovar que o nosso governo, seja o regional seja o da administração local, vale mais e tem melhores resultados.

Temos, por exemplo, um número de desempregados maior do que tínhamos há um ano, é certo, como, aliás, acontece em todos, sim, em todos, os países europeus.

Ainda hoje foi anunciado o crescimento da taxa de desemprego nos Países da Zona Euro, mas, mesmo assim, passámos a ter desde 1998 taxas de desemprego sempre mais baixas do que a maioria das regiões do país.

Temos, infelizmente, mais seis mil desempregados que em 1996, mas temos também mais vinte e um mil açorianos empregados do que nessa data. Quando eu entrei para o Governo éramos, nas Contas das Famílias, os últimos do país inteiro; hoje, o rendimento médio disponível das nossas famílias já ultrapassou

o das famílias da região Norte, da Região Centro e do Alentejo. São bons resultados da nossa Autonomia.

Há poucas semanas o Comissário austríaco de Política Regional e, ainda há poucos dias, o Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, desmentiram, categoricamente, os que estão sempre nas lutas partidárias a desprestigiar os Açores, dizendo claramente que a nossa Região é um exemplo de sucesso e do bom aproveitamento das ajudas europeias que pode e deve ser mostrado a todas as regiões.

Em quinze anos, de facto, subimos quinze pontos na média de riqueza do país, tendo agora uma percentagem de 96% face à média nacional. Antes éramos os últimos.

Em 1996, os Açores tinham um Produto Interno Bruto *per capita* de 62% da média europeia; em 2001 já passámos para 70%, em 2008 para 73%, no ano seguinte para 76% e, provavelmente, agora, ainda mais. Tudo isso, ao mesmo tempo que a dívida dos Açores cresceu nos últimos cinco anos apenas um ponto percentual em relação ao PIB, enquanto a dívida nacional cresceu vinte e cinco vezes. Tudo isso, enquanto a dívida *per capita* de cada açoriano se tornou seis vezes inferior à dívida média de cada português e cinco vezes menos que a de cada madeirense.

Esses indicadores, tal como muitos outros, demonstram duas verdades: a primeira é a de que ainda não vencemos algumas insuficiências e que nos chegaram entretanto outras dificuldades; mas, a segunda é a de que, em comparação com os outros, fizemos um caminho melhor sucedido e podemos estar orgulhosos por o termos feito assim.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É preciso continuar o trabalho que fizemos e inovar face aos novos desafios com que agora nos confrontamos.

Trabalhámos com muito rigor na elaboração do nosso Orçamento e Plano de Investimentos para o próximo ano, auscultando atentamente os parceiros sociais, ouvindo os partidos políticos que adoptaram uma conduta construtiva, dialogando com o próprio Governo da República e com os representantes da assistência financeira internacional a Portugal, e, ultimamente, ponderando o impacto do novo regime de apoio aos nossos investimentos co-financiados pela União Europeia. Desse trabalho resultou uma evolução positiva, que será ainda hoje completada com dezenas de novas melhorias introduzidas por sugestões do Governo e propostas dos partidos.

Ao longo destes últimos dezasseis anos, só por três vezes o PS votou sozinho para viabilizar o plano de investimentos do Governo, o que demonstra que estamos a viver um período, desde 1996, contrastante com o anterior, e que é marcado por um esforço continuado do Governo Regional em gerar consensos e níveis suficientes de entendimento com outros partidos e parceiros sociais.

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

O Orador: Tenho pena de que alguns partidos, e em particular o PSD, sejam tão lestos a desdenhar e a criticar e tão incompetentes quando se trata de indicar ou propor outros caminhos. Não basta a nenhum partido, por mais modesta que seja a sua representatividade eleitoral, ser o partido que diz mais vezes não. Julgando importante ser mais oposição do que os partidos da oposição, o PSD acaba por fazer menos oposição ao Governo mas mais oposição e prejuízo aos Açores.

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Para além de estar sempre a dizer que acabou o ciclo do PS no Governo – disse-o em 2004 e o PSD perdeu, voltou a dizer em 2008 e o PS venceu, e agora diz o mesmo para o mesmo acontecer em 2012 –, o PSD voltou a embaraçar todos os partidos representados neste parlamento, revelando, durante os debates, a sua impreparação para governar …

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

O Orador: … e dando uma péssima imagem de um partido que devia ter outra responsabilidade.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Foi o caso das propostas de alteração que apresentou e voltou a defender no início destes debates, alardeando cortes imensos no que designava como "gorduras" orçamentais. Apesar dessas propostas representarem, afinal, uma minudência da despesa que temos estado a apreciar, nem assim as conseguiu justificar ou quantificar quando instado a fazê-lo.

Deputados António Marinho e Jorge Macedo *(PSD):* Não é verdade!

O Orador: Afinal, todos os partidos acabaram por descobrir que o anúncio que a líder do PSD fizera, a 17 de Novembro, de redução de vinte milhões de euros nas aludidas "gorduras", não ia além de um décimo do propagandeado. Ironicamente, este PSD nem na oposição consegue cumprir o que promete – ou seja, se nem está preparado para ser o melhor partido da oposição, não há dúvida que ainda menos preparado está para um dia vir a ser governo.

Secretário Regional da Presidência *(André Bradford):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas a sua impreparação não se revelou apenas nesse aspecto. Também já tinha proposto aumentar os apoios às autarquias para facilitar a execução de investimentos com co-financiamento comunitário. De tal modo se atrapalhou nas contas que o resultado acabou na conclusão de que da forma proposta pelo PSD se pagaria mais do que as obras custavam.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Isso não é verdade! Paciência! Escusava dizer isso!

O Orador: Viram também desmentido o valor da dívida da Região que propagandeavam, acabando por admitir que a sua líder se tinha enganado no critério de contabilização em…imagine-se…mil milhões de euros.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* O Sr. Presidente podia despedir-se com mais verdade!

Deputado António Marinho *(PSD):* E com mais nível!

O Orador: Ficou claro que a dívida da Região, incluindo a da Saúde, é no valor global de mil e quinhentos milhões de euros: bem diferente da que o PSD dizia e quase irrisória se considerarmos a dívida da Madeira e, proporcionalmente, a do País.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* O senhor podia terminar com mais nível!

O Orador: Para o PSD a política tornou-se um fingimento. Parecer bem, aparecer muito e caçar o voto – com o cão ou com o gato, não interessa. Todos os dias anunciam que vão apoiar isto ou aquilo, conforme o lugar ou as pessoas que têm pela frente. Falam para dizer, candidamente, sobre tudo, um pouco de nada. E acreditam que repetindo uma mentira, ela dita muitas vezes pode vir a ser tomada como uma verdade.

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

O Orador: Essa é que é a política, a do PSD, que degrada a democracia, que dá cabo da verdadeira política e dos políticos. Essa conduta é bem mais reprovável do que o erro de quem procura não errar, ou do incumprimento de quem fez tudo para cumprir. O Governo não é perfeito, mas não há dúvida que este PSD que temos não vive dignamente a cidadania.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Só fala do PSD!

Deputado João Costa *(PSD):* Espelho meu, espelho meu!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Para o PSD, repito, é tudo um fingimento. Veja-se o caso da sua proposta de redução em 50% de custos associados à realização de estudos pela administração.

Tomemos nota: só nos últimos cinco meses, o PSD começou por anunciar a necessidade de criação de um centro para *estudos* de suporte a medidas de inovação curricular no ensino; a propósito das finanças regionais propôs uma unidade técnica para elaborar *estudos*; poucos dias volvidos, volta a criticar decisões de governo que, segundo diz, foram tomadas sem os *estudos* necessários; a seguir fala de quotas leiteiras e logo reclama um *estudo* sobre o impacto da sua abolição; antes, já tinha defendido a proibição da venda de sementes transgénicas nas ilhas enquanto faltarem *estudos*; discute a localização em parqueamento da frota dos aviões da SATA e pede de novo um *estudo* sobre o assunto;

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Já tínhamos adivinhado! Era tão previsível!

O Orador: … analisa o problema de uma ruptura de água em Angra do Heroísmo e protesta por não terem sido realizados *estudos* técnicos em quantidade; ouve falar da reutilização de resíduos e faz de imediato um requerimento ao governo exigindo *estudos* sobre a utilização da biomassa nos Açores; fala de transportes marítimos de passageiros e logo anuncia mais um *estudo* para um novo modelo; na semana seguinte, quer o *estudo* das qualidades do leite na Região;

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Quando se esperava um discurso de despedida…

O Orador: … pouco tempo antes tinha exigido um *estudo* sobre a situação da maternidade na adolescência; nesta própria Assembleia está pendente a apreciação de mais uma proposta do PSD para que o Governo elabore um *estudo* sobre o "bullying" nas escolas. Tudo isso em apenas cento e cinquenta dias, e diz, agora, com o maior desplante, para constar, que quer reduzir para metade o custo da realização de estudos. Tudo, como se demonstra, um fingimento!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Costa *(PSD):* Foi só um estudo, porque chumbaram todos os outros anteriores!

O Orador: Mas, senhoras e senhores deputados, e açorianas e açorianos que nos ouvem, tenho ainda outra preocupação: é que nesta época de crise o poder central arranja sempre novas justificações para fomentar e praticar o centralismo, que lhe está ínsito, e prejudicar os Açores. Está em curso, como disse há dias o presidente Mota Amaral, a velha técnica do "garrote financeiro", usada, repetidamente, na nossa história, para desmembrar as autonomias e desanimar os açorianos. Ora, para resistir a essa pressão negativa contínua é preciso que os partidos açorianos estejam, no que mais interessa aos Açores, do mesmo lado do combate. Do lado dos nossos direitos. Do lado dos nossos interesses.

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

O Orador: É de novo aqui que, ao contrário dos outros partidos, o PSD nos preocupa: pior do que a impreparação que demonstra e das simulações de que enferma, é a sua propensão para hipotecar os Açores, …

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Como é que eu adivinhei que isto ia ser assim! Tão previsível, tão previsível!

O Orador: … para curvar a espinha e rebaixar a Autonomia, só para agradar ao novo Governo da República. Um ministro diz que deixará de pagar a RTP e o PSD/Açores vem logo dizer que devem ser os açorianos a pagá-la; …

Deputado Ricardo Cabral *(PS):* Muito bem!

O Orador: … o governo central retira ao orçamento regional 5% da receita do IRS, para não os dar do seu orçamento às autarquias, e o PSD vota a favor; o Governo pretende atribuir à Região o défice de exploração dos aeroportos da ANA nos Açores e o PSD acha muito bem; a ANA adia sistematicamente o investimento na ampliação do aeroporto da Horta e o PSD, em vez de instar o novo Ministro da Economia, exige ao Governo Regional que o pague; …

Deputado Costa Pereira *(PSD):* É preciso não ter vergonha! Foi o senhor que prometeu!

O Orador: … o governo central não estava a transferir as verbas para as Casas do Povo, e o PSD, ao contrário do PP, que se empenhou connosco na resolução do assunto, logo se apressou a pedir o pagamento pelo Governo Regional; …

Deputado João Costa *(PSD):* Isso não é verdade!

O Orador: … outro ministro diz que as evacuações médicas pela Força Aérea devem ser pagas pelo Governo Regional e o PSD não acha mal.

Apelo, por isso, ao PSD, para que honre a sua tradição autonomista …

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Vai honrar!

O Orador: … e que não pense que deixando prejudicar os Açores conseguirá mais facilmente prejudicar o PS na condução do Governo Regional. Ninguém merece "o quanto pior melhor", muito menos os açorianos, …

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* É verdade!

O Orador: … e quem assim pensa não é digno da sua missão de interesse público, nem será nunca, de certeza, recompensado pelo nosso povo.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Tem razão, Sr. Presidente!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Há uma agenda política emergente, que supera o estrutural e o estratégico, e que se prende com as necessidades mais prementes do emprego, das nossas famílias, das nossas empresas e da nossa região. Vivemos um período de excepcionalidade, pelo que também se impõem medidas de carácter excepcional e reorientações adequadas da despesa pública.

Importa, pois, aclarar as nossas prioridades.

Na área económica, destaco que para o Governo não subsistem dúvidas sobre a importância e o contributo que a economia agrícola, que a economia das pescas e que as indústrias transformadoras e as actividades exportadoras e substitutivas de importações em geral representam para os Açores, quer no plano estrutural quer no plano conjuntural.

Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro):* Muito bem!

O Orador: Colocaremos, por isso, esses sectores de actividade, em 2012, de novo no centro das nossas atenções e das nossas medidas.

O mesmo faremos no caso do turismo, em que a nossa aposta será a de aumentar o número de turistas provenientes de mercados externos, de forma a compensar a retracção do mercado nacional, disseminando igualmente esses fluxos pelo maior número de ilhas.

Continuaremos também a atribuir grande importância à gestão rigorosa das nossas finanças regionais e concluiremos, com o Governo da República, o Protocolo de Colaboração e Entendimento que propus ao Primeiro-Ministro em Julho passado, usando esse novo instrumento para assegurarmos os mecanismos de acesso da Região ao sistema financeiro.

Entre as nossas prioridades estarão, igualmente, as medidas que resultam da nossa percepção do estrangulamento criado pela actual relação das nossas empresas com o mercado bancário. O Governo não se pode substituir à banca, mas entende que pode fazer ainda mais pela melhoria dessa relação.

Preparámos, com essa finalidade, após consultas realizadas nos últimos dois meses junto das associações empresariais e de instituições financeiras, um novo pacote de medidas para 2012, das quais destaco:

- a criação do Programa de Valorização do Emprego, destinado a empresas em risco de sectores directamente mais afectados pelas dificuldades associadas à falta de liquidez. Essas empresas poderão aceder a um empréstimo reembolsável, sem juros pelo período de 6 anos e com 3 anos de carência de amortização de capital, calculado em função do número de trabalhadores que tenham e mantenham no seu quadro permanente de pessoal, permitindo-lhes, simultaneamente, regularizar a sua situação com o fisco e a segurança social;
- a prorrogação da Linha de Crédito Açores Investe II, que nos últimos meses já assegurou a disponibilização de crédito a mais de 300 empresas;
- uma nova linha de crédito, com um financiamento até 20 milhões de euros destinado a apoiar em geral as empresas no pagamento das suas dívidas a outras empresas regionais, ou ao fisco e à segurança social;.

- outra nova linha de apoio à reestruturação da dívida bancária das empresas dos Açores, mas associando a esse apoio a obrigatoriedade da banca assegurar um financiamento adicional que corresponda a um montante mínimo ou a uma percentagem do refinanciamento concedido;
- mais uma linha de crédito, neste caso de curto prazo, com bonificação de juros, destinada essencialmente às empresas de construção civil e do comércio, visando o financiamento intercalar para a aquisição de matérias-primas, subsidiárias ou equipamentos para concretização de contratos já firmados.

Por outro lado, no próximo ano teremos um renovado Sistema de Incentivos às empresas, que estabelece condições verdadeiramente excepcionais de fomento e apoio ao investimento. Há mais áreas que passam a ser apoiadas, há taxas de incentivo mais elevadas, os prazos para as componentes com reembolso são aumentados e assegura-se uma maior rapidez em todo o processo da sua concessão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados

Quero salientar outra prioridade, em que está em causa fazer hoje o que é determinante para o nosso futuro, e que se prende, justamente, com a nova importância da nossa condição de arquipélago oceânico.

Como reafirmei há exactamente um ano, neste parlamento, o Mar dos Açores é o maior desafio estratégico que se coloca à nossa e às próximas gerações. Se exceptuarmos, porém, algumas das considerações que têm sido proferidas nesta Assembleia pelo deputado do PPM, o Governo não tem sido acompanhado na atenção a este desígnio pela generalidade dos partidos de oposição. Urge, pois, insistir na centralidade e na importância deste tema e mobilizar a opinião partidária, a especializada e a opinião pública em geral.

Um simples olhar sobre um mapa-mundo mostra-nos que a dispersão dos Açores pelo oceano gera uma das maiores zonas económicas exclusivas da União Europeia, com cerca de um milhão de quilómetros quadrados. Se a essas águas acrescentarmos a imensa área de fundos oceânicos que – nos termos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar – pode ser considerada como extensão da plataforma continental em torno dos Açores, teremos, já não

um, mas quase três milhões de quilómetros quadrados: um território que dá uma nova dimensão às nossas ilhas, a Portugal e à própria União Europeia. Com a criação do Parque Marinho dos Açores acrescentámos às áreas sob nossa jurisdição cerca de 100 mil quilómetros quadrados, ou seja, um território que, por si só, é maior que a totalidade do território emerso da República Portuguesa.

A singularidade do nosso enquadramento tectónico determina as complexas características dos mares e dos fundos oceânicos que nos rodeiam, cuja riqueza biológica e geológica nos coloca no centro, e na posse, de um dos mais valiosos acervos de recursos vivos e de recursos minerais e energéticos desta zona do planeta. Nas nossas águas e fundos exuberam a biodiversidade, variadas áreas de pesca e um potencial biotecnológico que só agora vai sendo lentamente desvendado.

Se a riqueza biológica e o potencial para aproveitamento genómico e biotecnológico do nosso mar são grandes, igualmente importante é a sua riqueza energética e geológica. Mas uma riqueza ainda maior encontra-se nos fundos que nos rodeiam. A presença de sulfuretos polimetálicos muito ricos em cobre – um dos mais cobiçados metais da actualidade, que é mais de uma dezena de vezes superior à dos melhores minérios encontrados em terra – e de concentrações interessantes de múltiplos outros metais, a que se aliam as profundidades moderadas ao longo da crista média atlântica e as facilidades logísticas que a proximidade dos nossos portos confere, tornam o nosso mar um destino extraordinariamente prometedor para importantes operações de extracção mineral.

Embora seja ainda prematuro anunciar investimentos ou valores, é já claro que os fundos marinhos em torno dos Açores são, e serão, de forma crescente, objecto de importantes interesses económicos e políticos por parte de uma multiplicidade de entidades.

Deputado José San-Bento *(PS):* Muito bem!

O Orador: Deve ser claro para todos nós que, quem nas próximas décadas controlar o Mar dos Açores, controlará uma imensa riqueza. Por isso, devemos ser prevenidos. Para isso, devemos estar unidos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

É neste contexto que o Governo se tem empenhado, ao longo desta legislatura, reforçando na sua orgânica o tratamento dos assuntos do Mar; regulámos matérias tão diversas como a arqueologia subaquática, a extracção de inertes em torno das nossas ilhas, o planeamento da zona costeira, a gestão do domínio público marinho; regulámos áreas essenciais como o licenciamento, a fiscalização ou o regime contraordenacional em matéria pesqueira, incorporámos no direito regional importantes poderes correlacionados, e aprovaremos em breve o regime jurídico relativo ao acesso a amostras de recursos naturais para fins científicos.

Lideramos o financiamento do Departamento de Oceanografia e Pescas, conscientes de que o fortalecimento do nosso potencial científico e tecnológico no mar é uma prioridade inadiável. E desenvolvemos uma presença contínua, activa e qualificada nos eventos internacionais que se relacionam com as politicas marítimas.

A mensagem que aqui pretendo deixar é, pois, a de alertar e deixar claro que os Açores assumem o mar como uma das suas responsabilidades inalienáveis, estando prontos para uma gestão partilhada nas áreas em que a Constituição e o Estatuto assim determinam, mas jamais tolerando menorizações ou extorsões dos seus direitos.

Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro):* Muito bem!

O Orador: Que fique claro: mais do que a contestação em torno da centralização do poder no Estado Liberal no séc. XIX, mais do que a reacção a qualquer insulto ou limitação ocasional passados sobre exportações ou sobre impostos, mais do que a guerra das bandeiras ou a revolta da lavoura no 6 de Junho, o Mar vale todas as batalhas porque o principal do nosso futuro não se prescinde de nenhuma maneira!

Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro)* **e Secretário Regional da Presidência** *(André Bradford):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Vou terminar, sem antes, porém, não deixar de transmitir uma mensagem de alento aos que atravessam dificuldades.

Em toda a minha vida política procurei ser verdadeiro comigo e com os que de mim esperam uma palavra, uma orientação, uma resposta ou um apoio. Não me iludo com os progressos, mas não desanimo com as contrariedades.

Deputados Berto Messias e José San-Bento *(PS):* Muito bem!

O Orador: É hora, pois, de continuar a trabalhar para ajudar e não, como fazem alguns partidos de oposição, continuar a falar para desencorajar.

Deputada Benilde Oliveira *(PS):* Muito bem!

O Orador: É hora de reforçar, ainda mais, o apoio às famílias que perderam rendimentos e protecção com as medidas prejudiciais tomadas a nível nacional.

Temos a certeza de que não é possível compensá-las em todos os aspectos, mas vamos conseguir, certamente, ajudar directamente as que se encontrem não só em situação de insuficiência habitacional, como nos casos de carência económica ou de sobreendividamento, de modo a honrarem os seus compromissos, as suas rendas e amortizações, para ajudar a pagar a educação dos seus filhos e cuidarem dos seus idosos.

Manteremos, por isso, em 2012, o salário mínimo regional superior em 5%; o complemento de pensão, o chamado "cheque pequeno", será aumentado em 10%; as taxas moderadoras não serão alargadas a outros cuidados de saúde como está previsto a nível nacional; a remuneração complementar, para os funcionários públicos com ordenados mais baixos, crescerá 3,5%, acima da inflação; a remuneração compensatória continuará em vigor; o complemento açoriano aos abonos de família para crianças e jovens será aumentado em 10%; procederemos à atribuição gradual aos filhos das famílias carenciadas de manuais escolares gratuitos e de outros materiais e intensificaremos a acção social escolar nos transportes e nas refeições; não aumentaremos no próximo

ano os valores a pagar nos serviços de apoio ao domicílio, creches, jardins de infância e ateliers de tempos livres, e dos lares de idosos; e aumentaremos em 10% o apoio aos doentes deslocados.

Deputada Benilde Oliveira *(PS):* Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, Açorianas e açorianos:

É assim que vamos continuar a governar: ajudando quem precisar, encorajando quem desanimar, apoiando os empreendedores e honrando todos os que, vivendo nas nossas ilhas, querem poder continuar a confiar na nossa Autonomia e na nossa condição açoriana.

Vamos ao trabalho. Muito obrigado. Vivam os Açores.!"

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo).

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminámos as declarações finais.

Vamos fazer um intervalo.

Retomamos os nossos trabalhos pelas 21 horas e 30 minutos.

Até lá.

Eram 19 horas e 23 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez boa noite.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 21 horas e 40 minutos.

Vamos começar com a votação na generalidade do **"Plano Anual Regional para 2012".**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade a Proposta apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS, 14 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Vamos entrar agora, Sras. e Srs. Deputados, no debate e votação na especialidade do Plano.

Gostaria de vos lembrar que para o debate na especialidade, quer do Plano, quer do Orçamento, foram fixados os seguintes tempos globais pela Conferência de Líderes:

Governo e PS, cada um e respectivamente – 40 minutos;

PSD – 25 minutos;

PP – 13 minutos;

BE – 10 minutos;

PCP e PPM, cada um e respectivamente – 7 minutos.

Vamos então entrar na votação do Programa 1.

Vamos votar em cada Programa as respectivas alterações e no fim votamos o Programa.

Programa 1 – a primeira alteração é do PS para a Acção 1.1.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Temos uma alteração do PPM para a Acção 1.2.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: A alteração que se segue é da autoria do CDS/PP para a Acção 1.2.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Segue-se uma proposta do PPM de criação de uma nova Acção, a 1.2.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Sr. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 16 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Segue-se uma proposta de alteração do PCP para a Acção, a 1.3.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Segue-se uma proposta do PPM para a mesma Acção, 1.3.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Segue-se a proposta de alteração do BE para a acção 1.3.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 16 votos contra do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Segue-se a proposta de alteração do PPM para a acção 1.3.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 16 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Segue-se a proposta de alteração do PPM para a acção 1.4.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de criação de uma nova acção, por parte do PS, a 1.4.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 1.5.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Segue-se a proposta de alteração do PPM para a acção 1.7.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de criação de uma nova acção, a 1.7.4, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar o Programa 1 com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 1 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos para o Programa 2.

Temos uma proposta de alteração do PCP para acção 2.1.3 que ficou prejudicada, na medida em que dava contrapartidas do Programa do 1.

Também do PCP temos uma proposta de alteração para acção 2.1.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora a proposta do CDS/PP para a mesma acção, para a 2.1.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração do PPM para a acção 2.1.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputado que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta do BE para a acção 2.1.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PCP para a mesma acção, a 2.1.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos agora a votar a proposta de alteração do PCP para a acção 2.1.10.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sra. e o Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PPM para a mesma acção, a 2.1.10.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de criação da acção 2.1.11, apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sra. e o Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 2 com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 2 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora para o Programa 3.

Temos uma proposta de alteração do PPM para acção 3.1.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para acção 3.1.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para acção 3.1.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para acção 3.1.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 3.1.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 3.1.9.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 3.1.10.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 3.1.11.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do BE para a acção 3.1.13.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a mesma acção, a 3.1.13.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 3.1.14.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para a mesma acção, a 3.1.14.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de criação de uma nova acção, a 3.1.17, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de criação de nova acção, a 3.1.18.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do PCP, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 3 com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 3 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos para o Programa 4.

Vamos votar a proposta de alteração do PCP para a acção 4.1.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a mesma acção.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 4.1.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 4.1.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PCP para a acção 4.1.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a mesma acção, a 4.1.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PCP para a acção 4.1.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a mesma acção, a 4.1.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 4.1.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 4.1.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 4.1.12.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 4.1.13.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 4.2.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 4.2.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 4.2.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PCP para a acção 4.2.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 4.2.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PCP para a acção 4.2.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 4.2.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PCP para a acção 4.2.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 4.2.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 4.2.9.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 4.2.10.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 4.2.12.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PCP para a acção 4.2.25.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 4.2.26.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de criação de uma nova acção, a 4.2.29, apresentada pelo CDS/PP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de criação de uma nova acção, com o mesmo número, a 4.2.29, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de criação de uma nova acção, a 4.2.30, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de criação de uma nova acção, a 4.2.31, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 4 com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 4 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do BE.

Presidente: Vamos passar para o Programa 5.

Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 5.1.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de criação de uma nova acção, a 5.1.9, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Segue-se agora, Sras. e Srs. Deputados, um conjunto de propostas do PPM para as acções 5.2.1, 5.2.2, 5.2.3, 5.2.4, 5.3.2, 5.3.4 e 5.3.5. Todas elas estão prejudicadas na medida em que dão como contrapartida verbas de um programa que já está fechado, o Programa 4.

Passamos para a proposta de alteração do PCP para a acção 5.3.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 5.3.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a criação de uma nova acção, a 5.3.8, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 5 com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 5 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos para o Programa 6.

A primeira proposta de alteração do PPM para a acção 6.1.2 está prejudicada.

Vamos colocar à votação a proposta do PPM para a acção 6.1.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 16 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 6 com a alteração que lhe foi introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 6 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Passamos para o Programa 7.

As duas primeiras propostas de alteração do PPM para a acção 7.1.6 e 7.1.8 estão prejudicadas, pelo que passamos para a proposta de alteração do PPM para a acção 7.2.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 7.2.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PCP para a acção 7.2.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PPM para a acção 7.2.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do BE para a acção 7.2.9.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto conta do PCP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PCP para a mesma acção, a 7.2.9.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do CDS/PP para a acção 7.2.9.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 7.2.13.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PCP para a acção 7.2.14.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 7.3.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: A proposta do PPM para acção 7.3.4, na medida em que dava contrapartidas no Pograma 4, ficou prejudicada.

Vamos votar a proposta de alteração do PCP para a acção 7.3.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: A proposta de alteração do PPM para a mesma acção, porque dava contrapartidas no Programa 4, também ficou prejudicada.

Vamos votar o Programa 7 com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 7 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passamos para o Programa 8.

Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 8.1.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar o Programa 8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 8 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passamos agora para o Programa 9.

A proposta de alteração do PCP para acção 9.1.1, na medida em que dava contrapartidas no Programa 4, ficou prejudicada.

Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 9.1.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 9.1.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 9.2.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para a acção 9.2.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de criação da acção 9.2.8 apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: A proposta de criação da acção 9.2.9, apresentada pelo PCP, está prejudicada.

Vamos votar a proposta de alteração do PCP para a acção 9.3.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: A proposta do PPM para a mesma acção está prejudicada, porque tinha contrapartidas no Programa 4.

Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 9.3.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: A proposta do PCP para acção 9.3.5, na medida em que dava contrapartidas no Programa 3, está prejudicada.

Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a mesma acção, a 9.3.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 9.4.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 9.4.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PPM para a acção 9.4.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PCP para a acção 9.4.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 9.4.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: A proposta de alteração do PCP para a acção 9.5.2 está prejudicada.

Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a mesma acção, a 9.5.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 9.5.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de criação da acção 9.5.4 apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar o Programa 9.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 9 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos para o Programa 10.

Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 10.1.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 10.1.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para a acção 10.1.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar a proposta de criação da acção 10.1.7 apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do BE para a acção 10.2.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a mesma acção, a 10.2.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a mesma acção, a 10.2.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do BE para a acção 10.2.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PCP para a mesma acção, a 10.2.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a mesma acção, a 10.2.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para a acção 10.3.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 17 votos contra do PSD e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção a 10.3.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PCP para a acção a 10.3.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para a acção a 10.3.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 10 com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 10 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passamos agora para o Programa 11.

As propostas de alteração do PPM para as acções 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 ficaram prejudicadas.

Vamos votar a proposta de alteração do PS para a acção a 11.1.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção a 11.1.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção a 11.2.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção a 11.3.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: As propostas de alteração do PPM para as acções 11.4.2 e 11.4.3 ficaram prejudicadas.

Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção a 11.5.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: A proposta de alteração do PPM para a acção 11.5.2 ficou prejudicada.

Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção a 11.5.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: A proposta do PCP para acção 11.6.1, na medida em que dava contrapartidas na 11.1.1, fica prejudicada.

Vamos votar agora o Programa 11 com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 11 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 16 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passamos para o Programa 12.

As propostas do PCP e do PPM para a acção 12.1.1 estão prejudicadas.

A proposta de alteração do PPM para acção 12.1.2 está prejudicada.

A proposta de alteração do PCP para a acção 12.1.3 está prejudicada.

A proposta de alteração do PPM para as acções 12.1.5 e 12.1.6 estão igualmente prejudicadas.

Vamos votar então a proposta de alteração do CDS/PP para a acção 12.1.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Creio que a alteração proposta pelo PPM para esta mesma acção ficou prejudicada.

Vamos votar a proposta de alteração do PCP para a acção a 12.1.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 16 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 12 com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 12 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos para o Programa 13.

A proposta de alteração do PCP para a acção 13.1.8 está prejudicada.

Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 13.1.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 13.1.9.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 13.1.20.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de criação da acção 13.1.21, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de criação de uma nova acção, a 13.2.22, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de criação de uma nova acção, a 13.2.23, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 13.3.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de criação da acção 13.4.15, apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de criação da acção 13.4.15, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo PPM para a acção 13.5.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: A proposta de alteração do PPM para a acção 13.5.2 está prejudicada.

Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo PPM para a acção 13.5.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: A alteração do PPM para a acção 13.5.4 está prejudicada.

Vamos votar a proposta de alteração do BE para a acção 13.5.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do CDS/PP para a acção 13.5.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Presumo que a proposta de alteração do PPM para esta mesma acção fica prejudicada.

Vamos votar agora o Programa 13 com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 13 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos para o Programa 14.

Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 14.1.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenção do BE.

Presidente: A proposta de alteração do PPM para a acção 14.2.1 ficou prejudicada, porque dava contrapartidas no Programa 10.

Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para acção 14.2.1.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: A proposta de alteração do PCP para a acção 14.2.2 ficou prejudicada.

Vamos votar agora a proposta de alteração do CDS/PP para a acção 14.2.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do BE.

Presidente: Vamos votar agora a proposta do PPM para a acção 14.3.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora a proposta do PPM para a acção 14.3.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 14 com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 14 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 17 abstenções do PSD, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos entrar no Programa 15.

Vamos votar agora a proposta de alteração do CDS/PP para acção 15.1.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para acção 15.1.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: A proposta de criação da acção 15.1.7, apresentada pelo PCP, ficou prejudicada, bem como a proposta de alteração do PCP para a acção 15.4.3.

Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo BE para acção 15.4.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo PPM para a acção 15.4.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: A proposta de alteração do PCP para acção 15.4.6. está prejudicada.

Deputado Herberto Rosa *(PS):* Sr. Presidente, não temos que votar a acção 15.4.5 uma vez que em função do reforço da 15.1.1 esta também foi alterada? Há uma contrapartida de 25 mil euros na acção 15.4.5.

Presidente: Mas isso foi votado quando votámos a contrapartida, creio eu.

Deputado Herberto Rosa *(PS):* Considera que está votada a contrapartida?

Presidente: Sim.

Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo PPM para a acção 15.4.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta do CDS/PP para a acção 15.4.9.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo PCP para a acção 15.4.10.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração apresentada pelo PCP para acção 15.4.12.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para a acção 15.4.12.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 15 com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 15 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 17 abstenções do PSD, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PCP para a acção 16.1.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PPM para a mesma acção, a 16.1.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: A proposta de alteração do PCP para a acção 16.2.3 está prejudicada.

Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 16.2.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PCP para a acção 16.2.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Então votámos a proposta de alteração do PCP à acção 16.2.6.

Vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Mas estamos na votação na especialidade, cada artigo é uma votação. Creio que podemos fazer um intervalo.

Vamos fazer um intervalo. Voltamos às 23 horas e 30 minutos.

Eram 23 horas e 14 minutos.

(Após o intervalo o Deputado Cláudio Lopes foi substituído na mesa pelo Deputado António Pedro Costa)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que ocupassem os vossos lugares. Vamos prosseguir com os nossos trabalhos.

Eram 23 horas e 36 minutos

Vamos retomar a votação.

Vamos votar a proposta do PPM para a acção 16.2.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PCP para a acção 16.2.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 15 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a mesma acção, a 16.2.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PCP para a acção 16.2.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 16 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 16.2.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PCP para a acção 16.4.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 16 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 16.5.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 16.5.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 16 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 16.7.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 16 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PCP para a acção 16.7.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 16.7.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para a acção 16.8.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 16.9.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 16.9.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 16.10.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 16.13.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Para uma declaração de voto.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Escolhi este assunto exactamente para referenciar aquelas que têm sido as nossas preocupações do ponto de vista do desenvolvimento económico da Região e o reflexo que isso tem do ponto de vista orçamental.

Há pouco o Sr. Presidente do Governo Regional fez uma intervenção em que disse que era fundamental para o desenvolvimento da Região uma forte aposta na economia do mar.

Estamos a falar de um grande recurso, estamos a falar de algo que pode fazer com que esta Região dentro de 10-15 anos possa vir a ser uma Região auto-sustentável.

E o que é que eu fiz?

Propus uma alteração orçamental exactamente nessa área, reforçando a dotação orçamental para transformar as palavras em actos e o Partido Socialista o que fez aqui foi exactamente votar no sentido contrário daquela que é reconhecidamente a estratégia que a Região deve seguir.

Por isso eu escolhi este momento do debate e da votação para demonstrar…

Secretário Regional da Presidência *(André Bradford):* As câmaras estão desligadas!

O Orador: … que se hoje vos estou aqui a dar todo este trabalho é porque o PPM acredita que as palavras se devem transformar em actos e que as dotações orçamentais devem corresponder aos nossos discursos, devem corresponder às nossas preocupações e devem ser investimentos reais.

Este é o grande investimento que os Açores podia fazer e o Partido Socialista nesta questão, como em quase todas as outras, não transformou as palavras, a estratégia em actos concretos do ponto de vista orçamental.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento *(PS):* Não apoiado!

Presidente: Vamos prosseguir Sras. e Srs. Deputados.

Vamos proceder à votação do Programa 16 com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 16 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Entramos no Programa 17.

A proposta de criação de uma nova acção, a 17.2.12, apresentada pelo PPM, fica prejudicada, na medida em que dava contrapartidas no Programa 10.

Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 17.3.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a acção 17.3.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PCP para a acção 17.3.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de criação da acção 17.4.7, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos proceder à votação do Programa 17 com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 17 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora para o Programa 18.

Temos uma proposta de alteração do PCP para a acção 18.1.6.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora a criação de uma nova acção, a 18.1.11, proposta pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para acção 18.2.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PCP para a acção 18.2.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para a mesma acção, a 18.2.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PS para acção 18.2.9.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PPM para a acção 18.2.11.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PPM para a acção 18.3.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: A proposta do PCP para acção 18.5.7, na medida em que previa contrapartidas no Programa 16, está prejudicada.

Vamos votar agora a proposta de alteração do PCP para a acção 18.7.13.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de criação da acção 18.7.14, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de criação da acção 18.7.15, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 18.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 18 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passamos para o Programa 19.

Vamos votar agora a proposta criação da acção 19.2.13, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A proposta de criação de uma acção com este número, apresentada pelo PPM, fica prejudicada na medida em que dava contrapartidas nos Programas 10 e 16.

Vamos votar a criação de uma nova acção, a 19.2.13, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o Programa 19.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 19 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Programa 20. Vamos votar a proposta de criação de uma nova acção, apresentada pelo CDS/PP: "avião cargueiro".

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 30 abstenções do PS.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Vamos votar o Programa 20 com a alteração que lhe foi introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 20 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do BE.

Presidente: Vamos votar agora no Programa 21, a proposta de alteração, apresentada pelo PCP, para a acção 21.3.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Segue-se uma proposta apresentada pelo PSD, apresentada na Comissão de Economia e subscrita para este plenário, relacionada com a acção 21.4.2.

O Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de se proceder a esta votação, o PSD faz questão de clarificar mais uma vez esta proposta.

Deputado Francisco César *(PS):* É desta!

O Orador: É. Vamos ver se é desta que os senhores a entendem.

O PSD propõe um reforço de 3,1 milhões de euros para a acção 21.4.2, "cooperação financeira com os municípios".

O PSD apresenta esta proposta atendendo a que em 5 anos de execução do Programa PROCONVERGENCIA as 19 câmaras municipais dos Açores apenas executaram 40%, de 191 milhões de euros que tinham à sua disposição neste Quadro Comunitário de Apoio, ou seja, só executaram 76 milhões de euros.

Atendendo a que ainda faltam 2 anos para terminar o Quadro Comunitário de Apoio e que faltam ainda executar 60% destes fundos, ou seja, 115 milhões de euros;

Atendendo a que a generalidade das câmaras dos Açores se encontram em sérias dificuldades financeiras, em particular com graves dificuldades de tesouraria que não lhes permitem utilizar integralmente os Fundos Comunitários que têm à sua disposição;

Atendendo a que não aproveitar 115 milhões de euros de fundos comunitários que podem dar origem a 135 milhões de euros de investimento público, repartido pelos 19 concelhos dos Açores,…

Deputado José San-Bento *(PS):* 195!

O Orador: … permitindo assim a revitalização das empresas locais e regionais e a manutenção de milhares de postos de trabalho…

Deputados João Costa e Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

O Orador: … e o rendimento de milhares de famílias açorianas…

Deputado João Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: … repito, não aproveitar isto, será um erro grave, muito grave mesmo e imperdoável para que não seja aprovada esta proposta.

Assim, a proposta do PSD é de que num espírito de solidariedade institucional entre o Governo Regional e as 19 câmaras municipais dos Açores, o Governo Regional comparticipe os projectos aprovados pelas câmaras no PROCONVERGENCIA em 50% da componente do auto-financiamento.

Deputado Francisco César *(PS):* Quanto é que é?

O Orador: Eu repito. Esta é a nossa proposta: comparticipe em 50% do auto-financiamento destes projectos.

Vou dizer isto um bocadinho mais devagarinho para ver se finalmente percebem:

Assim, se o auto-financiamento foi de 15%, o que se propõe é que o Governo Regional coopere com 7,5%.

Se o auto-financimanto passar para 5% o que se propõe é que o Governo Regional comparticipe com 2,5%, isto corresponde exactamente à nossa proposta. Propomos que o Governo comparticipe 50% do auto-financiamento, seja ele de 15, seja ele de 5%.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Vou traduzir isto em números absolutos.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Devagarinho!

O Orador: O que falta ainda investir de fundos comunitários são 115 milhões de euros que podem dar origem a 135 milhões de euros de investimento público, caso a taxa de auto-financiamento seja de 15%.

O diferencial são 20 milhões de euros de auto-financiamento. O que se propõe é que o Governo Regional possa vir a comparticipar, já no próximo ano, e nos anos seguintes, o montante equivalente a metade destes 20 milhões (10 milhões de euros!).

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Se eventualmente a taxa de comparticipação passar para 95% e o esforço de auto-financiamento passar para 5%, então o esforço de auto-financiamento global é de 6,6 milhões de euros.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Devagarinho! Devagarinho!

O Orador: E o que se propõe é que o Governo comparticipe metade disto: 3,3 milhões de euros.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Sérgio Ávila):* Tem aqui 3,1. Como é 3,3?

O Orador: A nossa proposta é esta, nem mais, nem menos.

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Mas qual delas?!

O Orador: Quando preparava estas contas em minha casa tentei fazer um exercício com o meu filho mais novo que tem 12 anos.

Perguntei-lhe:

- Consegues perceber estas contas? Sabes o que é 50% de 20%?

- Sei.

- Sabes o que são 50% de 6,6?

- Sei, pai! São 3,3!

O meu filho de 12 anos percebeu isto. Só o Sr. Presidente do Governo não percebeu esta conta.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O PSD trouxe aqui mais uma proposta séria, aliás, reconhecida como séria pelo Sr. Vice-Presidente logo no abrir dos nossos trabalhos na discussão deste Plano e Orçamento. Ele sublinhou que esta era efectivamente uma proposta séria. Só o Sr. Presidente do Governo pretendeu adulterá-la para fazer chacota política e assim lhe dar jeito para encaixar uma eventual rejeição à proposta por parte da maioria desta casa.

Deputados Cláudio Almeida e Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Esta proposta é séria,…

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* É absurda!

O Orador: … é exequível e é importante para a economia regional e para as famílias açorianas.

É particularmente importante neste momento de crise económica e financeira que atravessam as empresas e as famílias açorianas.

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* É para as câmaras suportarem 7,5 ou 2,5?

O Orador: Esta é uma oportunidade a ganhar porque ela é importante para os açorianos.

O ano passado o Partido Socialista foi o único partido nesta câmara que negou esta oportunidade.

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Veremos como vão votar este ano esta nova oportunidade. Se a voltarem a negar…

(Aparte inaudível do Deputado Berto Messias)

O Orador: Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS, se me der mais um minuto…

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias *(PS):* O tempo que quiser. Quanto mais o senhor falar melhor para nós!

O Orador: Agora dirijo-me à bancada do Partido Socialista.

Se a voltarem a negar este ano é bom que fique claro que negam uma oportunidade, não ao PSD, mas aos açorianos.

Fazem-no sem qualquer argumento, técnico ou político, fundamentado e teremos que concluir que o fazem não por reconhecer a validade e a importância da mesma, mas porque ela é da autoria do PSD.

Deputados João Costa e Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Se tal suceder é lamentável. Lamentamos ver chumbada mais uma boa proposta, porque isso vai prejudicar as empresas e as famílias açorinas.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Há mais um dado novo, Sras. e Srs. Deputados. É muito recente, é mesmo desta tarde.

O Sr. Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, ilustre autarca João Ponte, esta tarde fazia declarações para os órgãos de comunicação social, o mesmo que há 12 dias atrás dizia ao PSD que se revia completamente na nossa proposta, que avançássemos com ela.

O mesmo autarca e Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, hoje, dizia o seguinte aos órgãos de comunicação social:

"A Associação de Municípios quer garantir o aproveitamento dos fundos comunitários.

Pretende, assim, a Associação de Municípios, garantir o aproveitamento integral das ajudas comunitárias programadas para realizar até 2013, que está em causa devido às dificuldades financeiras de alguns municípios.

João Ponte, salientou que as autarquias açorianas apenas conseguiram executar até agora 40% das verbas que lhes foram consignadas pelo Programa Operacional CONVERGENCIA.

«Estamos aquém da execução prevista e para que não se percam essas verbas vamos propor ao Governo Regional a criação de um fundo comum» acrescentando que as regras destes fundo só são fixadas em Janeiro".

Esta não é novidade para nós.

Deputado João Costa *(PSD):* Quanto é que será?

O Orador: Aquilo que apresentamos como boas propostas os senhores na primeira instância negam, ridicularizam, para, passados poucos meses, as assumirem como vossas. A isso já estamos habituados.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados do Partido Socialista:

Os senhores têm toda a legitimidade política para chumbar esta proposta do PSD, porque têm maioria neste Parlamento.

Os que os senhores não têm é a legitimidade para alterar o objecto da nossa proposta transformando-a numa proposta ridícula…

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* E é!

O Orador: … para dar conforto à vossa rejeição. Isso não é sério. Repito: isso não é sério!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** *(Sérgio Ávila):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Cláudio Lopes:

Permita-me que lhe recorde (se calhar eu é que não estive atento, mas está no Diário das Sessões): o senhor, Segunda-feira, no âmbito da sua proposta, que diz que é séria e credível…

Deputado Cláudio Lopes *(PSD):* E o senhor também reconheceu!

O Orador: Eu disse que o senhor é sério e credível,…

Deputado Cláudio Lopes *(PSD):* E a proposta também!

O Orador: … mas disse também que infelizmente a sua proposta não o era. Foi isso que eu disse.

Se bem me lembro, Segunda-feira, o Sr. Deputado disse, quando interveio sobre esta proposta, que a comparticipação de 95% dos fundos comunitários para as autarquias iria-se aplicar só a partir do próximo Quadro Comunitário de Apoio. Disse ou disse, Sr. Deputado?

Deputado Cláudio Lopes *(PSD):* Presumia que isso viesse a acontecer!

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes** *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo:

Eu não quero acreditar que o seu último argumento seja esse.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Sérgio Ávila):* É o primeiro! Disse ou não disse?

O Orador: Eu não quero acreditar nisso. Eu não quero acreditar que o seu último argumento seja esse!

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* É mau demais!

O Orador: É mau demais para acreditar, Sr. Vice-Presidente.

Eu não disse isso. Eu disse que eventualmente essa taxa poderia só ser aplicada daqui a algum tempo, porque as negociações com a Europa e com a União Europeia não se aplicam de imediato. Mesmo que se aplique já amanhã, a nossa proposta continua a ter enquadramento político, enquadramento legal,

enquadramento orçamental. Por acaso os números até batem todos certinhos, mesmo que a taxa de 5% se aplique a partir de hoje.

Os senhores apenas confirmam que não têm mesmo qualquer argumento, nem técnico, nem político. Apenas vos falta vontade política, mais uma vez para aprovar esta proposta.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** *(Sérgio Ávila):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para registar que o Sr. Deputado Cláudio Lopes acabou de dizer que o Governo tinha razão, Segunda-feira. Aquilo que o Sr. Deputado disse Segunda-Feira não corresponde ao diz na Quarta-feira.

Vamos então a contas, Sr. Deputado.

Assumindo que se tinha enganado na Segunda-feira e que efectivamente a comparticipação é, como será, 95%. Logo, os senhores o que propõem é que o Governo comparticipe 50% do restante, 2,5%.

Agora pergunto, Sr. Deputado: 2,5% de comparticipação potencia um investimento potencialmente candidatável a Fundos Comunitários, de quanto?

Deputado Cláudio Lopes *(PSD):* É uma regra de três simples!

O Orador: Sendo a comparticipação do Governo de 2,5% e sendo a vossa proposta de 3,1 milhões de euros; sendo 3,1 milhões de euros, 2,5% do investimento a candidatar, qual é o montante do investimento a candidatar?

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes** *(PSD):* Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo:

O senhor sabe muito melhor do que eu fazer estas contas.

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Pois sabe! Tem toda a razão!

O Orador: O que falta executar e aproveitar de fundos comunitários são 115 milhões de euros. 115 milhões de euros há-de corresponde, numa regra de três simples, a 95 e os 5 que sobram há-de corresponder a X. É só fazer a conta.

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** *(Sérgio Ávila):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Então vamos fazer a conta.

Se 2,5% corresponde a 3,1 milhões de euros (se precisar da ajuda de uma calculadora, eu espero)…

Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro):* Telefona para casa!

O Orador: ... isso implica um investimento total candidatável de 124 milhões de euros.

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Logo em 2012!

O Orador: Só num ano!

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Só num ano! Exactamente!

O Orador: Agora pergunto: como é que podemos aprovar uma proposta com essa cambalhota que fez de comparticipar 2,5%, que já era um investimento de 124 milhões de euros, se 95%, que é a comparticipação de fundos comunitários, desse correspondente aos 124, dá 117,8 milhões de euros, quando o senhor acabou de dizer que só há fundos disponíveis de 114, até 2015.

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Muito bem!

O Orador: O senhor quer gastar em 2012, 117,8 milhões de euros de fundos comunitários quando só tem, até 2015, 114 milhões de euros?

Deputados Jorge Macedo e Cláudio Lopes *(PSD):* Que contas são essas?

O Orador: Quem é que sabe fazer contas? Não sei! Só os senhores!

Mas estas contas estão certas.

(Aplausos dos Deputados da bancada PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores:

Eu não quero acreditar que esta regra de três simples o senhor nem a sabe fazer. Eu não quero acreditar nisso.

Deputado Berto Messias *(PS):* A gente é que quer acreditar nessa proposta!

O Orador: Eu vou repetir a regra:

115 milhões correspondem a 85, 5 há-de corresponder a X. O senhor faça essa conta.

Deputado Herberto Rosa *(PS):* Mas é 85 ou 95?

O Orador: Pelo amor de Deus, Sr. Vice-Presidente. É incrível, para não dizer outra coisa, toda a bancada do PS aplaudir uma asneira dita pelo Sr. Vice-Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** *(Sérgio Ávila):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Mas é 85 ou 95?

O Orador: Eu vou ter que repetir.

O Sr. Deputado Artur Lima acabou de responder ao que eu ia dizer.

A questão é tão simples quanto isso: é 85 ou é 95, nas suas contas?

O senhor fez as contas a 85%. Então pergunto: é 85 ou 95?

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Exactamente! Essa é a questão. Qual é a proposta?

O Orador: Os seus cálculos são feitos…

Deputado João Costa *(PSD):* 2.696%, de 3 milhões e 100!

Deputado Cláudio Lopes *(PSD):* 50% de qualquer auto-financiamento**!**

O Orador: A regra três simples é muito simples, eu faço-a! Já a fiz!

Deputado Berto Messias *(PS):* Peçam um intervalo!

Deputado Cláudio Lopes *(PSD):* Ó Berto ainda não percebeste a figura ridícula durante meia hora?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos deixar o Sr. Vice-Presidente falar.

Tem a palavra, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: Sr. Deputado Cláudio Lopes, é tão simples quanto isso:

Partindo do pressuposto mais do que assente (e pensei que o senhor tivesse reconhecido que se tinha enganado Segunda-feira) de que a comparticipação é 95% (certo?) se os 115 milhões correspondem a 95% (certo?), 100% corresponde a 124 (certo?).

Agora eu pergunto-lhe, como é que os senhores só têm 114 milhões de euros e essa parte corresponde exactamente a uma afectação de fundos comunitários a 95%, de 117,8 milhões de euros?

Deputado Cláudio Lopes *(PSD):* Agora já fez a conta!

O Orador: E não estamos a falar dos fundos de um ano. Estamos a falar dos fundos até 2015, ou seja, a sua proposta é tão simples quanto isso.

Se mantiverem a proposta, de que pretendem que o Governo apoie as câmaras municipais em 3,1 milhões de euros, conforme está proposto, se esse montante corresponde a 50% de 5%, 50% de 5% é 2,5%.

Se 2,5% de comparticipação implica um investimento de 124 milhões candidatos a fundos comunitários (está certo?)…

Deputado Cláudio Lopes *(PSD):* Agora fez bem a conta!

O Orador: Foi a primeira conta que fiz logo no princípio.

… 95% de 124 dão 117,8, ou seja, este investimento implica a afectação de 117,8 milhões de euros de fundos comunitários.

Pergunto, como é que propõem uma comparticipação que implica esse financiamento de fundos comunitários pelas autarquias em 2012 (repito: 117,8 milhões) se, conforme o Sr. Deputado disse, as autarquias só têm 114 milhões disponíveis até 2015?

Mais simples e claro do que isto não existe.

Portanto, contas são contas!

Os senhores aqui propuseram, depois desta cambalhota, foi que o Governo comparticipasse um investimento impossível de fazer até 2015. Só em 2012.

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes** *(PSD):* Sr. Presidente, uma última e curtíssima intervenção sobre este assunto.

Não vamos passar a noite a fazer contas e a discutir contas, porque elas são tão simples que até o meu filho de 12 anos as percebeu.

Presidente do Governo Regional dos Açores *(Carlos César):* Só ele deve ter percebido!

O Orador: Fica aqui uma pergunta dirigida ao Governo:

Como é que o Governo a partir de Janeiro do próximo ano vai constituir este fundo comum para comparticipar as autarquias dos projectos ao PROCONVERGENCIA?

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Fica essa pergunta. Havemos de ver a resposta a partir de Janeiro.

Da nossa parte, da bancada do PSD, estamos em condições de votar a proposta.

Presidente: Creio não haver mais intervenções, Sras. e Srs. Deputados. Vamos passar à votação da proposta advinda da Comissão e subscrita pelo PSD, e que altera a acção 21.4.2.

Deputado Cláudio Lopes *(PSD):* Vamos ver o negócio com as Câmaras, a partir de Janeiro, como vai ser?

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PS, do PSD e os Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados eu não posso estar a berrar permanentemente.

Agradecia que fizessem silêncio para passarmos à votação.

Eu não posso estar a fazer estas votações, berrando permanentemente. Peço um pouco de compreensão.

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Não precisa estar sempre a olhar para aqui!

Presidente: Estou a dirigir-me a toda a câmara, Sr. Deputado Clélio Meneses.

Vamos votar a proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração, apresentada pelo PCP, para a acção 21.4.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: A proposta de alteração do PPM para esta mesma acção está prejudicada, porque dava contrapartidas no Programa 10.

Vamos votar agora a proposta de alteração, apresentada pelo PS, para a acção 21.6.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP e 2 abstenções do BE.

Presidente: A proposta de alteração do PPM para a acção 21.6.5, na medida em que dava contrapartidas nos Programas 10 e 15 está prejudicada.

Vamos votar o Programa 21.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 21 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Entramos no Programa 22, o qual tinha 4 propostas de alteração, apresentadas pelo PPM, que se encontram neste momento prejudicadas.

Face a isso vamos votar o Programa 22.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O Programa 22 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos proceder, Sras. e Srs. Deputados à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Para uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Apresentei no âmbito deste Plano 143 propostas.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* E demos por isso!

O Orador: O Partido Socialista aprovou uma.

Deputado Lizuarte Machado *(PS):* Veja lá a qualidade das outras!

O Orador: O que eu considero que é importante referenciar é que ao fim de quatro anos e depois de centenas de propostas que tive oportunidade de apresentar no âmbito do Plano, o Partido Socialista aprovou uma proposta.

Apetece-me a reproduzir aqui as palavras do líder do Partido Comunista em Espanha, quando nas últimas eleições registou uma subida significativa do número de Deputados. Na altura ele disse: "não imaginam o que significa uma pequena alegria na casa dos pobres".

Quero dizer-vos que esta pequena alegria, estes 50 mil euros para comprar, adquirir bens de interesse cultural na Ilha do Corvo, eu valorizo muito.

Acho que vamos no caminho certo. Acho que é muito importante preservarmos o património cultural em todas as ilhas, também na Ilha do Corvo. Fico contente! É pouco? É! Mas fiz a minha parte, fiz as propostas. Os senhores não aprovaram, mas o que é importante é que esta pequena proposta, estes 50 mil euros são significativos e permitem proteger uma parte da identidade açoriana, permitem proteger uma parte da identidade cultural e histórica da Ilha do Corvo.

É positivo.

Fico contente!

Ficaria muito mais contente se tivessem aprovado muitas mais propostas.

É uma pequena alegria, mas nesta casa dos pobres é uma alegria que quero partilhar com V. Exas. e terei oportunidade de partilhar com os corvinos. Podemos passar a proteger uma parte muito importante da nossa herança cultural, que é a herança cultural de todos açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Sr. Presidente, para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental, Sra. Deputada.

Regressamos à meia-noite e quarenta e cinco minutos.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Muito obrigada.

Eram 00 horas e 29 minutos.

(Após o intervalo o Deputado Cláudio Lopes voltou a ocupar o seu lugar na mesa)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que reocupassem os vossos lugares para podermos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 00 horas e 50 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos votar com quem está. É sempre a prática habitual e democrática.

Temos que proceder à votação na generalidade da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 34/2011 – "Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2012";

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O diploma foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 16 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos passar à especialidade.

Recordo que os artigos 1º a 6º, inclusive, do diploma, nenhum deles é objecto de qualquer proposta de alteração. Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto.

Alguma ideia, Sr. Deputado Pedro Gomes?

Deputado Pedro Gomes *(PSD):* O artigo 1º e o artigo 2º em separado e do artigo 3º a 6º em conjunto.

Presidente: Então vamos votar o artigo 1º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Artigo 2º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Se bem percebi posso agora pôr à votação em conjunto os artigos 3º a 6º, inclusive. Assim farei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora uma proposta de aditamento do artigo 6º-A, apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Temos de seguida uma proposta de aditamento apresentada pelo PC.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Do PCP, Sr. Presidente.

Presidente: Do PCP. Eu ainda hei-de aprender, Sr. Deputado.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires** *(PCP):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Representação Parlamentar do PCP vem introduzir a remuneração compensatória para compensar os funcionários da Administração Pública Regional e do Sector Empresarial, estendendo essa remuneração compensatória a todos os trabalhadores, independentemente do seu nível de vencimento, aliás na linha do que esta câmara o ano passado aprovou, alargando entretanto a todos os trabalhadores que foram vítimas deste corte este ano e que se mantém para o próximo ano em termos da República.

Na Região julgamos (é pelo menos o entendimento da Representação Parlamentar do PCP) que se deve manter e que deve ser alargado a todos os trabalhadores da Administração, independentemente do nível de vencimento que auferem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente para expressar a posição do Partido Socialista.

O Partido Socialista quando aprovou a norma no orçamento passado fê-lo com um intuito, o de compensar os trabalhadores cujas remunerações totais e líquidas mensais se situassem entre os 1500 e os 2000 euros.

Fê-lo porque achou que esta era a forma mais justa e aquilo que poderíamos comportar como forma de compensar os trabalhadores da Administração Regional e das empresas regionais.

Neste sentido, a posição que tivemos o ano passado mantemos este ano.

Tendo em conta a conjuntura, tendo em conta a situação em que vivemos, verificamos que a proposta do PCP seria manifestamente não comportável e não estamos de acordo exactamente por causa disso.

Tenho dito.

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

Presidente: Vamos então votar a proposta do PCP para o artigo 6º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento apresentada pelo PPM para o artigo 6º-A.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O não pagamento por parte do Governo Regional de subsídios de Natal e de Férias constitui, na minha perspectiva, um acto de alta traição em relação aos trabalhadores açorianos.

O que eu gostava de vos dizer é que os senhores são inteiramente responsáveis pelo não pagamento dos subsídios de Natal e de Férias nos Açores.

Deputado Berto Messias *(PS):* Diga isso àqueles senhores!

O Orador: Não chutem a responsabilidades para o CDS e para o PSD, porque aqui, a maioria nos Açores, é vossa. A decisão é desta autonomia e os senhores não o fazem (e assumo as palavras que vou dizer), por algo que não

corresponde à história dos Açores, à honra dos açorianos: não o fazem por cobardia política.

Os senhores tinham a obrigação de defender aqueles que são os interesses da Autonomia. Os senhores não devem nunca, em nenhuma circunstância, deixar de utilizar os instrumentos próprios da Autonomia por medo, por medo do Presidente do República, por medo do Representante da República, por medo do Dr. Passos Coelho.

Os senhores, com esta decisão, envergonham o Parlamento açoriano, não assumem as vossas responsabilidades. E não digam que é uma decisão nacional. É uma decisão regional.

Os senhores têm a competência!

Nós temos competência!

Os senhores não o fazem porque não têm coragem.

E um governo que não tem coragem não é um governo para os dias de hoje, não é um governo que pode defender os interesses dos Açores no futuro.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** *(PCP):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estou a intervir porque tenho uma proposta semelhante e julgo que na mesma linha daquilo que foi aqui conseguido o ano passado era justo e legítimo que a Região compensasse os trabalhadores que são vítimas do roubo do 13º e do 14º mês, instituído pelo Governo do Partido Social Democrata e do CDS/PP.

É evidente que isto não iliba o PS de culpas, porque subscreveu o acordo com a Troika, embora isto não dependa directamente do Memorando de Entendimento, mas entretanto teve sempre na República uma posição muito dúbia relativamente a este corte.

Mas é sobretudo esta questão. Este é o caminho que não deve ser escolhido e o melhor que se podia prestar à economia regional era pagar o subsídio de Natal e o subsídio de Férias de 2012 aos trabalhadores, injectando na economia regional várias dezenas de milhões de euros, evitando assim que houvessem

insolvências de pequenas e médias empresas que certamente irão acontecer e contribuindo assim de uma forma activa para a manutenção do emprego, nem é para a promoção do emprego, mas para manter o emprego.

A Região (esta câmara!) tem legitimidade para o fazer, aliás, foi também reconhecido que havia capacidade financeira para que a Região o pudesse fazer.

É incompreensível que o Partido Socialista não aceite estas propostas.

Quanto ao PSD e o CDS/PP, naturalmente não encontram outro caminho que se não penalizar os mais sacrificados e beneficiar quem rouba, quem trabalha e quem vive do seu trabalho.

Infelizmente continuam com os antolhos e ainda não perceberam que o caminho que estão a seguir e que o Governo República está a seguir é o caminho que nos vai levar ao abismo.

V. Exas. serão responsáveis…

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Mais convicção!

O Orador: … e responsabilizados por isto que está a acontecer a esta Região e a este país, porque é com a vossa conivência que o Partido Socialista vai atrás daquilo que foi decidido na República.

O Partido Socialista não tem coragem para assumir aqui aquilo que seria a sua responsabilidade perante os trabalhadores da Administração Pública Regional que vão ser vítimas deste roubo e que em nada contribui, um passo que seja, para vencer a crise que, sendo com certeza uma crise externa, pode ser almofadada com medidas tomadas aqui na Região.

Ao invés de ir pagar bonificações de juros às empresas, então dêem o dinheiro aos trabalhadores para eles consumirem e assim é a melhor forma de ajudar a economia regional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Aníbal Pires:

Eu compreendo o seu desalento e o seu desagrado por viver num país como Portugal…

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Não vá por aí, Sr. Deputado!

O Orador: … porque naturalmente V. Exa…

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Sr. Deputado, não vá por aí, não vá por aí!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima faça favor de continuar.

O Orador: … gostaria de viver noutro país e de ter ordenados de outro país.

Hoje em dia fala-se muito do G 20, mas V. Exa. deve defender os ordenados do G 3: Cuba, Coreia e China! Deve ter subsídio de Férias, subsídio de Natal, Abono de Família e todas essas regalias sociais nesses países que são o ícone e o exemplo do comunismo e o que sobra do comunismo hoje em dia.

Temos pena de não podermos acompanhar esses países do G 3 que V. Exa. tanto defende, mas contentamo-nos com um país onde haja 12 salários, onde haja Abono de Família, onde haja regalias sociais, onde haja reformas para os idosos. Naturalmente nesses países do G 3 não é preciso, porque acabam todos burgueses no fim da vida. Portanto, não precisam dessas prestações sociais.

Deputado Luís Silveira *(CDS/PP):* Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** *(PCP):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

A demonstração clara daquilo que há pouco eu disse na tribuna no encerramento, na generalidade, do debate do Plano e do Orçamento, é esta intervenção do Deputado Artur Lima que sobre Portugal e os Açores, designadamente sobre os Açores, disse nada. Não tem argumentos.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* G 3!

O Orador: O Sr. Deputado não tem argumentos. O Sr. Deputado socorre-se de um conjunto de clichés completamente gastos…

Deputado Luís Silveira *(CDS/PP):* Clichés gastos?

O Orador: … para tentar atacar a posição da Representação Parlamentar do PCP.

V. Exa. já devia ter percebido que aquilo que interessa ao Partido Comunista Português é…

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* É o G 3!

O Orador: … os Açores, é Portugal.

As preocupações que V. Exa. tem com os países que referiu e com outros, são apenas preocupações suas.

V. Exa. preocupe-se com os açorianos, preocupe-se com as famílias que vivem abaixo do limiar da pobreza!

V. Exa. preocupe-se com os desempregados!

V. Exa. preocupe-se com quem é excluído desta Região!

V. Exa. preocupe-se com as medidas que o seu Governo na República tomou e que nos Açores vão ser duplamente penalizadoras!

Preocupe-se com os açorianos e com as açorianas; preocupe-se com a sua Região e não se preocupe com os países que referiu ou outros quaisquer, porque V. Exa. é representante do povo açoriano. Não é representante nem do povo chinês, nem do povo cubano…

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Isso é V. Exa.!

O Orador: … nem do povo coreano.

V. Exa. parece mais um defensor… Sabe de quem é que V. Exa. parece defensor, efectivamente?

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Não!

O Orador: Mas eu vou dizer-lhe: é da Bola de Berlim e é das Agências de Rating.

V. Exa. representa a Bola de Berlim e os interesses da Bola de Berlim.

Os interesses do povo açoriano? Está lá V. Exa. agora preocupado com isso!

V. Exa. oferece uma esmolinha, fica com a consciência tranquila.

Sr. Deputado, estamos a falar do povo açoriano. Tenha respeito por quem o elegeu, tenha respeito por quem elegeu os deputados que estão ao seu lado…

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Está quase a gastar o tempo!

O Orador: Não faz mal, Sr. Deputado. Não faz mal porque o tempo é bem gasto em nome do povo açoriano, em nome de quem nos elegeu e V. Exa., com a triste figura que fez agora, desonra a representação que lhe foi conferida pelo povo açoriano.

Muito obrigado, Presidente.

Presidente: Por acaso, Sr. Deputado, informo que terminou o seu tempo.

Vamos então prosseguir com a votação da proposta de aditamento do artigo 6º-A, subsídio remuneratório, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Troika! Troikistas!

Presidente: Passamos agora para a votação da proposta de aditamento de um artigo 6º-B, professores contratados, apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento do artigo 6º-B, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Partidos troikistas!

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração apresentada pelo PS para o artigo 7º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração apresentada pelo CDS/PP, para o mesmo artigo, mais precisamente para o nº 2 do artigo 7º, já que, só aparentemente elas se prejudicam. Na verdade não há aqui um prejuízo, haverá a necessidade da comissão de redacção final, se este artigo for aprovado, apurar o concreto montante aqui em questão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 7º da proposta com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo 7º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 8º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vou colocar à votação em conjunto dos artigos 9º a 11º, inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PCP para o artigo 12º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar o artigo 12º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 13º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo 13º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 14º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 17 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 15º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 16º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de aditamento, apresentada pelo BE, para o artigo 16º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar a proposta de aditamento do artigo 16º-A, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto contra do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Para os artigos 17º e 18º inclusive, não há qualquer proposta de alteração. Posso colocá-los à votação em conjunto? Assim farei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 19º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Temos de seguida uma proposta de alteração, advinda da Comissão de Economia e subscrita pelo PSD, ao artigo 20º.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas** *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Se me permite, aproveitaria para explicar as nossas propostas de alteração ao artigo 20º, 20º-A e 20º-B.

Presidente: Com certeza, Sr. Deputado.

O Orador: Aquilo que se pretende, Sr. Presidente, é que se possa fazer uma redução de 50% com as deslocações ao estrangeiro, no território nacional, fora da Região.

Na Região não se devem registar acréscimos, em 2012 face a 2011, com as deslocações; que nos recursos à consultadoria externa, salvo os decorrentes de empreitadas públicas, também se reduza em 50% e que nas despesas relativas a comunicações, publicidade, seminários, exposições e similares, e outros trabalhos especializados se registe também um decréscimo de 50%.

Por outro lado também, o que se pretende é que se dê orientações ao Sector Público Empresarial para redução em 50% com os custos de funcionamento dos Conselhos de Administração, à excepção dos Grupos EDA e SATA.

Com estas propostas de alteração o PSD estima que se possam poupar até 20 milhões de euros no ano de 2012,…

Deputado José San-Bento *(PS):* Ai, essas contas!

O Orador: … que poderão naturalmente ser aplicados naqueles que mais precisam no momento de crise, sem prejuízo para a Administração Regional, para o funcionamento do Governo Regional e do Sector Público Empresarial Regional, libertando verbas num momento especialmente crítico, que podem ser utilizadas para as famílias, para as empresas e para o emprego.

Deputados Clélio Meneses e António Marinho *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** *(Sérgio Ávila):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Duarte Freitas anunciou um conjunto de propostas que afirmou que implicariam uma redução da despesa de 20 milhões de euros.

Com certeza deve ter sido falha de distribuição dos serviços, porque eu só recebi uma proposta de redução de despesa, apresentada pelo PSD, e a proposta que recebi e que tenho à minha frente tem uma proposta de redução de despesas correntes de 5,5 milhões de euros. Se calhar faltou alguma outra proposta.

Era esta a pergunta que gostaria de deixar ficar.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas** *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Não sei se terá havido alguma deficiência na chegada dos documentos ao Sr. Vice-Presidente, mas o que é certo é que eles foram apresentados há mais de uma semana na Comissão de Economia e mereceram a abstenção e a reserva para o plenário por parte dos outros grupos parlamentares.

Estamos aqui a discuti-las.

O Partido Social Democrata assumiu-as para que pudessem ser discutidas aqui.

De facto, aquilo que se pretende nas alterações ao artigo 20º, 20º-A e 20º-B são os objectivos que acabei de citar e que podem fazer poupar até 20 milhões de euros no próximo ano. Isso é claro e evidente.

Portanto, não sei se terá havido mais alguma falha na comunicação dos elementos para o Sr. Vice-Presidente.

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** *(Sérgio Ávila):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Então, partindo do pressuposto de que não houve nenhuma falha na distribuição de documentos, o Sr. Deputado Duarte Freitas confirma que a proposta que apresentou em relação à alteração dos mapas orçamentais, ou seja, o impacto das medidas que definiu nestes artigos, o seu reflexo no Orçamento é uma redução de 5,5 milhões de euros na rúbrica de "outras despesas correntes".

Foi essa efectivamente a proposta, o impacto orçamental que o PSD apresentou em relação às propostas referidas. Repito: uma redução orçamental de 5,5 milhões de euros e não mais do que isso. Confirma que foi essa a proposta apresentada.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas** *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Só queria que o Sr. Vice-Presidente me explicasse os seus cálculos para chegar a esse valor de 5,5 milhões de euros.

Eu ainda não percebi como é que se chega a esses cálculos de 5,5 milhões de euros.

Gostaria que me explicasse, por favor.

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** *(Sérgio Ávila):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não tenho que fazer contas.

(Risos dos Deputados João Costa e Mark Marques)

Vou apenas ler uma proposta assinada pelo Sr. Deputado Duarte Freitas.

O Sr. Deputado Duarte Freitas faz uma proposta que passa – é assinada por si – para "outras despesas correntes – 16 407 000 euros."

O Sr. Deputado Duarte Freitas assina uma proposta que diz: "Foi efetuada uma redução de 5 500 000.00 euros na rúbrica de outras despesas correntes.".

Sendo a única proposta que o PSD apresentou de redução de despesas correntes, chegamos à conclusão que a proposta efectiva, do ponto de vista orçamental do PSD, é reduzir 5,5 milhões de euros em despesas correntes e não os 20 milhões de euros anunciados.

Estou a citar (não estou a fazer contas!) a sua proposta.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas** *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Aquilo que propusemos são as alterações, como já referi, aos artigos 20º, 20º-A e 20º-B.

Neste sentido, vou explicar o seguinte:

Em 2009, o Orçamento previa na rúbrica "aquisição de bens e serviços" 17,7 milhões de euros.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Sérgio Ávila):* Então não é este documento!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Ouça! Ouça!

O Orador: A conta de 2009, só naquelas rúbricas que eu citei aqui (deslocações, comunicações, publicidade, seminários, exposições e similares, e outros trabalhos especializados), só nessas áreas somou 35,5 milhões de euros.

Deputado José Rego *(PS):* Em 2009!

O Orador: Em 2010, que é a última Conta que temos, o Orçamento previa também, na aquisição de bens e serviços, 18,2 milhões de euros.

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Foi executado!

O Orador: A conta de 2010 (não estou a falar na aquisição de bens e serviços no total, estou a falar na Conta de 2010) naquilo que é, de novo, deslocações, comunicações, publicidade, exposições e similares, e outros trabalhos especializados, teve uma execução de 38 milhões de euros.

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* A questão é essa!

O Orador: O Tribunal de Contas, como os senhores se recordarão, em todas as contas que remete para a Assembleia, coloca a questão de se estar a executar como despesas correntes, verbas que são executadas de investimento e nesta matéria em concreto.

É por isso que há esta diferença e foi por isso também que colocámos articulados no Orçamento a propor o corte de 50% nestas rúbricas.

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Só não percebe quem não quer perceber!

O Orador: Se o Governo Regional entender que é razoável fazer um corte de 50% nestas rúbricas, pode dizer: "ah, mas se calhar já vamos poupar mais alguma coisa e não chegará a 20, 21 ou 18 milhões de euros".

Aquilo que se pode estimar das últimas contas que temos conhecimento é que poderá chegar até 20 milhões de euros: 19 milhões que são 50% de 38, mais 1,5 milhões que é 50% daquilo que se gasta anualmente com os administradores do Sector Público Empresarial Regional.

Deputados Clélio Meneses e João Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: No Sector Público Empresarial Regional temos 53 empresas e grupos empresariais. Nessas 53 empresas e grupos empresariais, retirando os Grupos EDA e SATA, temos cerca de 50 administradores a tempo inteiro.

Mesmo tendo o cuidado de não criar condições que possam colidir com o Código das Sociedades Comerciais, pode-se ter menos administradores a tempo inteiro. Podem continuar nos conselhos de administração, mas não estarem a tempo inteiro. Isto é óbvio.

Não colidindo com o Código das Sociedades Comerciais, pode-se ter menos gente a ganhar dinheiro, a fazer despesa no Sector Público Empresarial Regional.

Deputado João Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Estamos convictos.

Quem sobe esta rua para vir para a Assembleia Regional, passa ali por uma coisa que se chama ERSARA. Tem 3 administradores a tempo inteiro!

Como esta entidade, há inúmeras na Região.

Portanto, claramente estamos convictos que é possível, nesta matéria, poupar 50% nos Administradores do Sector Público Empresarial Regional.

Todos nós conhecemos nas nossas ilhas alguns deles e sabemos bem o que é que eles andam a fazer.

Deputados António Marinho, Clélio Meneses e João Costa *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** *(Sérgio Ávila):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Então, Sr. Deputado Duarte Freitas, o senhor confirma que a proposta que foi entregue nesta Assembleia, que tem efectivamente impacto orçamental (a proposta de alteração da despesa, que é no fundo aquilo que vamos votar), implica uma redução nas despesas correntes de 5 milhões e 500 mil e não de 20 milhões. Ou seja, do anúncio de 20 milhões o PSD apenas apresentou uma proposta de redução de 5,5. Que fique registado.

Segundo aspecto, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Gostaria de lhe fazer mais uma pergunta. O Sr. Deputado Duarte Freitas hoje disse que as despesas, "aquisição de bens e serviços correntes" eram, de acordo com as contas que referiu, 38 milhões de euros.

Deputado João Costa *(PSD):* Os senhores é que dizem!

O Orador: São ou não 38?

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Não é tudo! Ainda é mais. Estamos a falar das deslocações! Todo esse processo.

O Orador: Só isto é 38. Então vou ler um texto de uma conferência de imprensa proferida pelo Sr. Deputado Duarte Freitas, a 21 de Outubro de 2011.

O Sr. Deputado Duarte Freitas disse, e passo citar:

“Na aquisição de bens e serviços o Governo despende cerca de 18 milhões de euros por ano”. Foi o senhor que disse a 21 de Outubro passado.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Está no orçamento!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas** *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É muito simples. É o que está no Orçamento para 2011.

O problema é que nos orçamentos está sempre bastante menos do que é executado naquelas matérias.

Deputado João Costa *(PSD):* Muito bem!

Deputado Cláudio Almeida *(PSD):* É essa a diferença!

O Orador: Todos nós sabemos o que é que acontece.

O Tribunal de Contas, ano após ano, vem dizendo que o que está projectado, o que está orçamentado, é largamente ultrapassado.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* É só espertezas!

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* É só habilidades!

O Orador: Todos sabemos como é que isso se faz.

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* É só truques e habilidades!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, se não quiser entender de outra maneira esta nossa proposta, entenda (e é por isso que está no articulado) como uma recomendação de Bom Governo. Se assim quiser entender, poderá permitir-lhe poupar até 20 milhões de euros. Basta mandar metade daqueles *boys* que estão nalguns *jobs* do SPER para casa. Basta irem só às reuniões, em vez de andarem dia após dia nos carros dessas empresas e a gastar nos telemóveis das mesmas. Basta mandar metade para casa. Ninguém vai dar por nada! E basta que se gaste menos dinheiro nos telemóveis, nas deslocações, nas exposições, etc., etc., etc. que aqui citámos.

Se quiser fazer esse esforço num momento particular de enorme crise, certamente se vai chegar a uma poupança muito próxima dos 20 milhões de euros que colocámos tanto a nível do SPER como a nível do que está no Orçamento Regional. Tão simples quanto isto!

Se os senhores quiserem acatar esta indicação, se quiserem acatar esta nossa intenção, esta nossa proposta, certamente poderão estar a contribuir para ajudar as famílias, as empresas e o emprego, libertando verbas que não comprometerão nada nas empresas públicas e na Administração Regional.

Deputado João Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Isto é claro e cristalino.

Se os senhores quiserem aprovar, aprovam. Se não quiserem não aprovam, mas é muito simples.

Presidente do Governo Regional dos Açores *(Carlos César):* Então fiquem com os vossos truques!

O Orador: Inclusivamente, Sr. Presidente, posso dizer-lhe que sabe-se que há membros da Administração Regional com contas de telemóvel, no mês de Junho, por exemplo, de mais de 4 mil euros. Isto não se pode passar.

Deputados Cláudio Almeida e João Costa *(PSD):* Muito bem!

Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro)* **e Deputado Francisco César** *(PS):* Quem é?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro)*: Tenha a coragem de dizer quem é!

Deputado Francisco César *(PS):* Concretize a afirmação!

Secretário Regional da Presidência *(André Bradford):* Não tem coragem!

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro)*: Não há coragem, não é? Falta a coragem!

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Olha quem está falando!

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** *(Sérgio Ávila):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vamos sintetizar a evolução que fizemos até agora neste debate.

Primeira questão: o PSD anunciou propostas de redução de despesas identificadas que disse que eram de 20 milhões de euros.

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* É verdade! Do Orçamento!

O Orador: Afinal, no Orçamento está escrito… aliás está aqui claramente dito no encerramento das jornadas parlamentares pela líder do seu partido, e posso lê-lo:

"Um corte de 50% nos gastos em comunicações, viagens, telemóveis, estudos e pareceres, publicidades, trabalhos especializados, que só em 2010 o Governo Regional Socialista gastou cerca de 38 milhões de euros".

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Isso mesmo!

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Está tudo explicadinho!

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Olhe como chegou lá!

O Orador: Mas então como é que o Sr. Deputado explica que tendo a sua líder anunciado que ia propor um corte de 50% de 38, que dá 19, o senhor só apresenta uma proposta de redução de 5,5 milhões de euros?

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Isso é contando com as vossas habilidades!

O Orador: Aqui é que está a questão.

Os senhores só apresentaram uma proposta de um quarto do valor que os senhores anunciaram.

Deputado João Costa *(PSD):* O senhor está a apostar na ignorância de quem?

O Orador: A vossa proposta só tem um quarto do valor que os senhores anunciaram. É esta a questão que os senhores não conseguem responder.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Já não há pachorra!

O Orador: Os senhores apenas propuseram uma proposta de redução que é um quarto daquilo que anunciaram. É esta a realidade que os senhores confirmam neste debate.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu não queria de modo nenhum, mas tenho de fazer um pedido ao Sr. Deputado Cláudio Lopes, que quando preparar o Orçamento tenha a bondade (não é

abuso, mas permita-me que diga isto) de pedir ao seu filho para fazer as contas, talvez elas venham mais certinhas.

Efectivamente, não sendo eu economista, nem querendo ser…

Deputado José San-Bento *(PS):* Mas sabe fazer contas!

O Orador: Mas sei fazer contas.

… o que se diz aqui é que vai haver uma poupança de 20 milhões de euros no Orçamento.

Deputado António Marinho *(PSD):* Relativamente aos últimos Orçamentos!

O Orador: Sou um simples médico dentista. Deixem-me fazer as contas.

O que se percebe é que os senhores vêm aqui apresentar 20 milhões por estimativa.

Deputado António Marinho *(PSD):* Leia o relatório do Tribunal de Contas!

O Orador: Neste Orçamento percebe-se que os senhores não vão cortar 20 milhões de euros. A questão é esta.

Portanto, é uma estimativa da estimativa. Parece-me que não vai dar certo assim.

Era bom, Sr. Deputado Duarte Freitas, que nos esclarecesse a todos, mais uma vez lhe peço, para ver se, a bem dos açorianos e desta casa, nos entendemos aqui na conta.

É muito fácil dizer-se eu quero poupar 20. Eu até queria poupar 50. Acho que todos queríamos poupar esse dinheiro. Como?

Eu, sinceramente, olhando para estas proposta, quase que não percebia quanto é que se poupava, mas não consigo efectivamente perceber pegando no número que se gastou em 2009, 39… Eu não sei se fez a média de todos os anos e depois projectou para 2012. Era bom que se explicasse com rigor os números.

Secretário Regional da Presidência *(André Bradford):* Outra vez!

O Orador: Outra vez para se perceber bem.

A matemática ainda é rigorosa e a Sra. Secretária da Educação deve insistir no ensino da matemática desde muito novinhos, para depois saberem somar e subtrair, porque senão isso depois dá um sarilho como aqui estamos a ver.

É muito complicado esclarecer, mas temos a noite toda para esclarecer essa questão.

Vamos com calma esclarecer isso.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No âmbito do debate que temos assistido sobre estas propostas de alteração do PSD, há pouco, o Sr. Deputado Duarte Freitas fez uma acusação sobre alegados gastos de telemóveis em gabinetes da Administração Regional…

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Deixe-se disso!

O Orador: … e de Secretários Regionais.

Gostaria de lhe pedir que não se esconda atrás dessa forma abstracta como fez a acusação e que a concretize por favor.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas** *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Berto Messias:

Isso é uma pergunta retórica.

Deputado Francisco César *(PS)*: Não, não! Concretize aqui!

O Orador: O senhor certamente deve saber de quem é que eu estou a falar.

Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro):* Diga quem é!

O Orador: Entendo-a como uma pergunta retórica.

Todos já percebemos. O Tribunal de Contas já há muitos anos que vem colocando o dedo na ferida.

Há muitas despesas correntes que estão a sair do plano de investimentos.

Acabámos de o provar aqui com a Conta de 2009 e a Conta de 2010, comparando com aquilo que são os Orçamentos de 2009 e de 2010.

Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro):* Ao que isto chegou!

O Orador: Sabemos que há viagens, telemóveis…

Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro):* É uma tristeza!

O Orador: … consultadorias que estão a ser pagas pelo Plano.

É evidente! É normal! Está aqui! Já está há vários anos a acontecer e há vários denunciados.

Aquilo que colocamos aqui como propostas é no sentido de uma recomendação ao Governo Regional para que faça um esforço no Sector Público Empresarial Regional e na Administração Regional, em comunicações, em telemóveis, em exposições, em viagens, de maneira a que possa poupar cerca de 20 milhões de euros.

Neste momento já percebemos aquilo que foi executado pelo menos em 2009 e em 2010.

Em 2011 não sabemos, mas certamente a tendência deve seguir-se porque tem sido assim e também tem sido assim que o Tribunal de Contas tem colocado o dedo na ferida.

A questão que se coloca…

Deputado Francisco César *(PS)*: É a questão do imaginemos que…!

O Orador: Não é imaginemos que…

Deputado Francisco César *(PS)*: Vamos ver…!

O Orador: É verificamos que…

Verificamos, constatamos que nas Contas, ano após ano… Eu repito: em 2009 estava previsto gastar-se 17,7. Gastaram-se 35,5.

Em 2010 estava previsto gastar-se 18 milhões. Gastaram-se 38 milhões.

É sempre assim!

O Tribunal de Contas tem colocado sempre o dedo na ferida em relação a isto.

Se os senhores quiserem mesmo poupar estas verbas na Administração Regional e no Sector Público Empresarial Regional podem fazê-lo calmamente sem prejudicar ninguém, nem nada.

No momento de crise, acho que é isso que é mais importante colocar em cima da mesa.

É basicamente prescindindo do supérfluo, prescindindo da ostentação e reservar essas verbas para aqueles que mais precisam neste momento.

Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro):* Um bocadinho de coragem fica bem!

O Orador: É só isto.

A resposta está na votação que vão dar.

Os senhores querem poupar, querem cortar nas "gorduras", querem poupar na ostentação, querem poupar nessas matérias e libertar dinheiro para outras áreas ou não querem?

É essa a resposta que têm que dar aqui hoje.

Deputados António Marinho, Clélio Meneses e João Costa *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias** *(PS):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas, a minha pergunta não foi retórica. Foi uma pergunta muito concreta e directa, que reitero.

Há pouco o senhor fez uma acusação sobre alegados gastos de telemóveis em gabinetes da Administração Regional e de Membros do Governo e peço-lhe mais uma vez que não se esconda atrás da forma abstracta como fez essa acusação e peço-lhe que a concretize.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Presidência *(André Bradford):* Muito bem!

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sabe a resposta!

Deputado João Costa *(PSD):* Peça ao Governo!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro):* Agora vai ser assim!

Deputado Berto Messias *(PS):* Acho isso abominável. Uma falta de coragem!

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu já percebi a conta do Sr. Deputado (finalmente percebi!): em 2009 gastou-se X, em 2010 gastou-se Y; em 2011, Z e para 2012 estima-se que será isto. Portanto, é uma estimativa.

Agora, Sr. Deputado Duarte Freitas, o Sr. Deputado Berto Messias pode saber quem gastou esses milhares de euros em telefone. Eu não sei!

Deputado Berto Messias *(PS):* Eu também não sei!

O Orador: Gostaria de saber e os açorianos que estão em casa gostariam de saber.

Portanto, 4 mil euros que se gastou em telefone. Eu gostaria de saber quem é que gasta 4 mil euros de telefone num mês.

Eu gostaria de ser esclarecido.

Eu não sei quem é, Sr. Deputado Duarte Freitas, não sei!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições.

Tenho?

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

Secretário Regional da Economia *(Vasco Cordeiro):* É uma falta de coragem!

(*) **Deputado Berto Messias** *(PS):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Afinal a história repete-se!

Faz agora um ano que discutimos aqui o Plano e o Orçamento para 2011, discussão essa que potenciou urgentes mudanças na direcção da bancada do PSD.

Curiosamente tudo mudou para que tudo ficasse na mesma.

Deputado José Lima *(PS):* Muito bem!

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Aí mudou e desapareceu!

Onde está o senhor que se sentava aí antes?

O Orador: Os mesmos erros, as mesmas fragilidades e as mesmas omissões.

Ao longo dos últimos tempos e das últimas semanas ouvimos insistentemente os dirigentes do PSD, o Sr. Deputado Duarte Freitas, a Dra. Berta Cabral a afirmar que queriam reduzir as supostas “gorduras”, que afinal eram “peles”, da

Administração Regional e que teriam propostas que previam reduções na ordem dos 20 milhões de euros.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Como já foi provado!

O Orador: Qual não é o nosso espanto que dá entrada no Parlamento uma proposta que já foi lida pelo Sr. Vice-Presidente e refere-se a reduções na ordem dos 5,5 milhões de euros.

Deputado João Costa *(PSD):* Só não percebe quem não quer!

Devem pensar que os açorianos são estúpidos! Deixe estar que os açorianos vão percebendo!

O Orador: Não foram esclarecidas ao longo dos últimos dias de debate.

Esperávamos que fossem esclarecidas na intervenção final…

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Mais ainda?

O Orador: … do Sr. Deputado Duarte Freitas, mas não foram.

Esperávamos que fossem esclarecidas agora no âmbito da discussão na especialidade deste Orçamento e mais uma vez não foram.

Mais uma vez constata-se que o maior partido da oposição nos Açores não sabe fazer contas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Costa *(PSD):* E os senhores fazem contas de sumir!

O Orador: Termino registando que o Sr. Deputado Duarte Freitas fez, no âmbito da sua intervenção, uma acusação sobre alegados gastos excessivos de telemóvel num gabinete de um Membro do Governo …

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Está quase a dizer quem é!

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Não disse membro do Governo! Está a ver como sabe?!

Deputado João Costa *(PSD):* Olhe como o senhor sabe!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…

Sr. Deputado Berto Messias faça favor de continuar.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

… supostamente no valor de 4 mil euros.

Já lhe perguntei duas vezes, já lhe pedi duas vezes para concretizar essa afirmação e o Sr. Deputado Duarte Freitas esquiva-se a concretizá-la.
Deixe-me dizer-lhe que essa postura é profundamente lamentável.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.
(*) **Deputado Duarte Freitas** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:
Só para terminar.
Como já ficou aqui bem claro, todos já percebemos do que é que se está a falar e todos já percebemos qual é a tentativa recorrente do Partido Socialista e do Governo em relação às propostas do PSD.
Hoje mesmo citei que das cento e tal propostas que o PS e o Governo apresentaram nesta legislatura, o PSD viabilizou mais de 80.
Das 52 que o PSD apresentou, o PS viabilizou 12.
De novo, qualquer que seja a proposta que o PSD apresente a tentativa é desmontá-la, é desmoroná-la.
Deputada Isabel Rodrigues *(PS):* Que vítimas!
O Orador: Fica aqui claro que quem executou em 2010, 38 milhões de euros em deslocações, comunicações, publicidade, seminários, exposições e similares, quem gastou 3 milhões de euros, administradores do Sector Público Empresarial, certamente pode fazer um esforço até 50% de cortes e com isso salvar 20 milhões de euros e colocá-los nos açorianos que mais precisam.
Deputados António Marinho e Clélio Meneses *(PSD):* Muito bem!
Deputado João Costa *(PSD):* Muito bem! O tempo vai-nos dar razão
Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Mostre que têm razão no debate!
Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Sérgio Ávila):* O tempo vai dar-nos razão!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

Deputado Berto Messias *(PS):* Prescindo!

O Orador: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** *(Sérgio Ávila):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Chegando ao final deste debate sobre esta matéria fica claríssimo que o PSD apresenta uma proposta de redução de "outras despesas correntes" de 5,5 milhões de euros e não os 20 milhões anunciados.

Permitam-me que vos explique como é que os senhores chegaram à conta que chegaram e qual foi o erro que cometeram…

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Não foi erro nenhum!

O Orador: ... e se se reduzisse os 50% que os senhores propunham, quais eram as consequências.

Ao contrário do que o Sr. Deputado diz, não é: o orçamento aprova 18 milhões de euros dessas despesas e depois, a Conta, gasta 38.

Sabe onde é que cometeram o erro?

Na Conta somaram as despesas decorrentes destas áreas do Orçamento da Região e de funcionamento, com as despesas decorrentes de investimentos da Região.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Inventou mais uma agora!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados…

O Orador: Aí é que está. O erro foi vosso.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* O Tribunal de Contas já disse isso há muito tempo!

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Olhem a malabarice!

O Orador: A proposta que os senhores fizeram – por isso é que os senhores não conseguiram…

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…

O Orador: A questão base é que os senhores enganaram-se redondamente, por isso é que os senhores não conseguem apresentar a proposta correspondente ao que anunciaram, porque misturaram as coisas.

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Quem misturou foi o senhor, foi o Governo!

O Orador: Se reduzíssemos 50% desses 38 milhões de euros que refere, estaríamos automaticamente a reduzir as dotações que estão no plano de investimento em 50% para todos os projectos de investimento da Região,…

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Para telemóveis!

O Orador: … que são contabilisticamente classificados como estudos e pareceres. Ou seja, tínhamos que fazer metade das escolas, metade dos centros de saúde, metade das estradas, metade dos portos, metade dos aeroportos, porque os senhores estão a propor reduzir os projectos para metade, logo as obras terão que ser metade. Foi isso que os senhores não tinham percebido até agora.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Mais grave do que isto:

Os senhores durante semanas andaram a dizer que o Governo devia apostar mais na promoção turística, que devia investir mais no turismo.

Como os senhores se enganaram e baralharam as coisas,…

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Pois, a gente é que baralha!

O Orador: … sem perceber a sua proposta, acabam de propor que se reduza para 50%, ou seja para metade, as campanhas publicitárias turísticas no próximo ano. Foi isso que os senhores propuseram sem saber e sem querer.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Costa *(PSD):* Afinal está tudo escondido em 18 milhões de euros!

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* Que trapalhada!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PS, do PSD e os Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está no uso da palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS/PP):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não desisto. Sou muito persistente. Hoje até consegui que o estudo para o "meu" avião cargueiro fosse aprovado.

Deputado Jorge Macedo *(PSD):* O estudo!

O Orador: Eu não desisto. Vamos lá ver uma coisa.

Sr. Deputado Duarte Freitas, ouça o que eu lhe vou dizer, se faz favor.

Sr. Deputado Duarte Freitas, aquele senhor disse que o senhor não tinha coragem. O Sr. Secretário André Bradford disse que o senhor não tem coragem. O Sr. Secretário da Economia disse que o senhor não tem coragem.

Deputado Berto Messias *(PS):* Eu fiz essa acusação!

O Orador: Vou dizer-lhe uma coisa: se aqueles senhores me dissessem uma única vez que eu não tinha coragem, já tinham levado a resposta. Eu estou à espera.

Eu acho que o senhor não devia admitir que, repetidamente, lhe digam que não tem coragem de afirmar qual o membro do Governo (pelos vistos!) que gastou 4 mil euros num telemóvel. Isto tem de ser esclarecido.

Se o senhor sabe tem a obrigação ética e moral de dizer a esta casa quem, do Governo, gastou 4 mil euros num telemóvel.

Depois dizerem que o senhor não tem coragem para o dizer… Sinceramente, não sei o que é que falta mais eles dizerem.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas** *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Vice-Presidente do Governo acabou de reconhecer há bocadinho que de facto há muitas despesas correntes que saem por verbas de investimento.

Deputados Clélio Meneses e João Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: O Tribunal de Contas já diz isso há muito tempo. Aquilo que é colocado no Orçamento como despesas correntes é largamente ultrapassado.

O Sr. Vice-Presidente do Governo sabe que o mapa que citou é o mapa que retirámos as verbas da dotação provisional para aplicação naquilo que prevíamos para as autarquias e para o complemento de pensão. O senhor sabe isso muito bem.

E sabe também muito bem, tecnicamente, que aquilo que propomos no artigo 20º, 20º-A e 20º-B, é uma recomendação que é perfeitamente possível de executar cortando nesses gastos supérfluos e libertando essas verbas para aquilo que é essencial neste momento.

Deputado Francisco César *(PS):* A vossa proposta vai paralisar a Região!

O Orador: Em relação ao restante não quero aqui fulanizar questões. Quem quiser saber mais, faça requerimentos.

Deputados Clélio Meneses e António Marinho *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Secretário Regional da Economia tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Economia** *(Vasco Cordeiro):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tenho uma ideia muito própria daquilo que é a frontalidade e a coragem no debate político e tenho uma ideia sobretudo que deve ser comum à maior parte das Sras. e dos Srs. Deputados daquela que é a dignidade desta casa.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Há pouco quando se gerou a discussão sobre quem seria esse membro da administração regional que teria esta conta de telemóvel, em apartes, percebi (mal certamente), que o Sr. Deputado Duarte Freitas se estaria a referir a mim.

Deputado Duarte Freitas *(PSD)*: Percebeu mal!

O Orador: Eu gostaria *on the record*, para que conste, de perguntar ao Sr. Deputado Duarte Freitas se é a mim que se está a referir.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

Deputado Berto Messias *(PS):* Prescindo. Espero pela resposta!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…

(Pausa)

Sr. Deputado Berto Messias…

(*) **Deputado Berto Messias** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que está a acontecer aqui e a resposta que obtivemos há pouco sobre a sugestão de fazermos um requerimento se quiséssemos saber as acusações que o Sr. Deputado Duarte Freitas fez, é profundamente lamentável para esta casa e para os agentes do sistema político regional.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Duarte Freitas, vamos ver se à terceira, porque depois eu ter feito a pergunta segunda vez, o senhor já pediu a palavra duas vezes e continuou sem responder.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Já disse!

O Orador: Eu peço-lhe que não fuja a esta pergunta e que mais uma vez concretize a acusação que fez, porque estamos no órgão máximo da Autonomia. Julgo que essas acusações devem ser materializadas e concretizadas aqui, porque também não esperamos ser surpreendidos a curto prazo num qualquer órgão de comunicação social com esse tipo de questões.

Portanto, continuamos a aguardar que concretize essa acusação.

Deputada Benilde Oliveira *(PS):* Muito bem!

O Orador: Devo dizer também o seguinte:

Quem sou eu para lhe dar conselhos?

Não estou de todo ao nível do seu percurso político, mas por favor não embarace a sua bancada mantendo esta proposta.

Peço-lhe que a retire.

Secretário Regional da Presidência *(André Bradford):* Muito bem!

Presidente: Sr. Secretário Regional da Economia tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Economia** *(Vasco Cordeiro):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se uma pergunta não foi suficiente eu apelo à réstia de coragem e de dignidade…

Deputado José San-Bento *(PS):* Não existe!

O Orador: … que pode existir no Grupo Parlamentar do PSD para responder a esta pergunta:…

Deputada Benilde Oliveira *(PS):* Muito bem!

O Orador: Era a mim que o Sr. Deputado Duarte Freitas se estava a referir?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Não mencionei ninguém, nem vou mencionar!

(Pausa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…

Sr. Secretário Regional da Economia tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Economia** *(Vasco Cordeiro):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se um apelo não é suficiente eu desafio o Grupo Parlamentar do PSD, eu desafio o Sr. Deputado Duarte Freitas…

Deputado José San-Bento *(PS):* Muito bem!

O Orador: … a dizer se era a mim que se estava a referir.

Deputado Berto Messias *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas** *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Economia, não me referi a ninguém em particular.

Deputado Berto Messias *(PS):* Em aparte referiu sim senhor!

O Orador: Não fulanizei.

Deputado Berto Messias *(PS):* Toda a gente ouviu!

O Orador: Não sei por que é que o senhor enfiou a carapuça!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Disse em aparte!

O Orador: Não me referi a ninguém em particular. Não fulanizei! Não sei por que é que o senhor enfiou a carapuça, não sei por que é que está tão nervoso com isto tudo, desde o princípio.

Não fulanizei esta questão nem vou fulanizar.

Disse e repito: há excessos, enormes excessos de gastos nestas matérias na Administração Regional.

Disse e repito: não fulanizei, nem vou fulanizar porque acho que não deve ser isso que se deve fazer aqui.

O que se deve fazer aqui é compreender que face a esses excessos é possível poupar, e muito, neste momento, porque essas verbas são precisas para salvar empregos, para salvar famílias e para salvar empresas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Secretário Regional da Economia tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Economia** *(Vasco Cordeiro):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas, eu não enterrei carapuça nenhuma. Eu em aparte percebi…

Deputado Duarte Freitas *(PS):* Percebeu mal!

O Orador: … que o senhor se estava a referir a mim.

E o que eu quero é que o senhor diga para a acta se era a mim que se estava a referir.

Eu tenho direito a esta explicação!

Esta câmara tem direito a esta explicação!

As açorianas e os açorianos que nos ouvem têm direito a esse respeito.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas *(PS):* Já respondi e mesmo não tenho mais tempo!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…

Sr. Secretário Regional da Economia tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Economia** *(Vasco Cordeiro):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Que neste debate haja coragem.

A coragem que o Sr. Deputado Duarte Freitas não teve, quero eu tê-la, hoje, aqui, perante esta câmara.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A coragem que o Sr. Deputado Duarte Freitas não teve, mancha esta Assembleia, mancha a dignidade desta casa, mancha o mandato e a confiança que foi confiada ao Sr. Deputado Duarte Freitas pelas açorianas e pelos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É pena que seja assim!

É pena que não tenha a coragem de concretizar aquilo que quis insinuar.

Deputado Francisco César *(PS):* Muito bem!

O Orador: Isso é vergonhoso! É lamentável!

Sr. Deputado Duarte Freitas, a coragem que o senhor não teve tenho-a eu!

Não é em relação ao mês de Junho, Sr. Deputado.

No mês de Junho, a factura do gabinete do Secretário Regional da Economia, não são 4 mil euros.

O senhor está enganado!

Não é no mês de Agosto! Não é no mês de Julho!

É no mês de Abril!

A conta de telefone que o Sr. Deputado não teve a coragem de se referir, consta da factura nº 434.652.592, emitida a 8 de Abril do corrente ano pela operadora que então assegurava as comunicações do Governo Regional e é relativa aos consumos do mês de Março deste ano.

Dessa factura consta o valor de 52 euros e 20 cêntimos referentes a comunicações nacionais; 45 cêntimos referentes a comunicações internacionais; 3.330 euros e 96 cêntimos referente a *roaming (roaming!).*

Efectivamente, no mês a que se refere a factura (Março) o Secretário Regional da Economia deslocou-se à Alemanha em serviço oficial para, no âmbito da feira ITB, contactar com diversos operadores turísticos e outras entidades com relevância para o turismo dos Açores.

Nessa deslocação, foi através do seu telemóvel que não só realizou as comunicações telefónicas de voz necessárias como também o utilizou, como meio de acesso à internet, para consulta do seu correio electrónico e descarga de vários documentos que se tornaram necessários no âmbito dos contactos que aí realizava.

Não obstante e por considerar que o valor em causa era desajustado, foram dadas indicações para que o gabinete desencadeasse de imediato os procedimentos necessários à alteração do plano de tarifário desse telemóvel para corrigir essa situação.

Esse foi assim um mês excepcional em relação à média dos meses de consumo.

A título informativo e que comprova o afirmado anteriormente, a média de custo mensal, sem IVA, do telemóvel do Secretário da Economia é de 107 euros, em 2008 e em 2009 (estão contabilizados aqui os meses de Novembro e de Dezembro de 2008), e de 88 euros em 2010.

Tenho comigo todas as facturas de telemóvel desde que tomei posse como Secretário da Economia. Estou disponível para onde, quando e como o Sr. Deputado Duarte Freitas, o Grupo Parlamentar do PSD, esta câmara ou qualquer entidade fiscalizadora do Governo quiser prestar os esclarecimentos que forem necessários.

Deputado José San-Bento *(PS):* Muito bem!

O Orador: Este assunto, a forma como ele veio a esta Assembleia, não diz nada sobre as despesas do Secretário Regional da Economia, mas diz tudo…

Deputado Berto Messias *(PS):* Sobre o PSD!

O Orador: … quanto ao carácter do Sr. Deputado Duarte Freitas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas** *(PSD):* Para defesa da honra.

Presidente: Sim senhor. Tem 3 minutos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Defesa da honra? Qual defesa da honra?

Deputada Isabel Rodrigues *(PS):* Acabou de fazer uma tentativa de enxovalhar uma pessoa e vem defender a honra?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…

Deputado António Marinho *(PSD):* Não sejam baixos!

(*) **Deputado Duarte Freitas** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Defesa da honra porque o Sr. Secretário da Economia fez uma acusação em relação ao meu carácter.

Eu não citei aqui qualquer nome. Acabei de saber que a informação que tinha era correcta e era de V. Exa., Sr. Secretário.

Deputada Isabel Rodrigues *(PS):* Tenha vergonha!

(Protestos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…

O Orador: Já explicou aqui, perante esta casa e perante os açorianos.

Mas digo mais:

Quem não quer poupar 50% destas matérias é quem em 2010 gastou 4 milhões de euros em comunicação e em 2009 gastou 4 milhões e 600 mil euros em comunicações.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Secretário Regional da Economia tem a palavra. Tem 3 minutos.

(*) **Secretário Regional da Economia** *(Vasco Cordeiro):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas, o senhor nem sequer sabe fazer contas, porque, sabe, aquilo que o senhor julga que é meu, do meu telemóvel, nem sequer é.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Eu não sabia!

Mas pelos visto é verdade!

O Orador: Sabe porquê? Porque a tal factura de 4 mil euros refere-se ao consumo de 11 telemóveis.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Reduzir isso um bocadinho, ajuda!

O Orador: Vou até dizer-lhe mais.

Se o senhor quer saber (não é se o senhor quer saber; o senhor vai ter de saber!) o consumo de comunicações telefónicas móveis do Gabinete do Secretário Regional da Economia foi de 29 mil, 409 euros e 87 cêntimos em 2009.

Os 11 telemóveis gastaram, em 2009, 29.409 euros e 87 cêntimos.

E em 2010 esse valor foi de 21 mil, 650 euros e 83 cêntimos. São os 11 telemóveis.

Sr. Deputado Duarte Freitas, que o senhor não tivesse a coragem de dizer o meu nome aqui…

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Não sabia!

O Orador: ... é difícil de aceitar, mas eu até compreenderia.

Que o senhor com o cinismo (com o cinismo!) para cima de 57 Deputados, ou 56, porque excluo-o a si, a dizer que afinal não sabia… olhe, passou a saber!

Isso aí não é lamentável. É vergonhoso!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS, da Deputada Zuraida Soares, do Deputado Artur Lima e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo PSD para o artigo 20º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima *(CDS/PP):* Sr. Presidente, para pedir um intervalo de 15 minutos.

Deputado Aníbal Pires *(PCP):* Sr. Presidente, uma declaração de voto relativamente a este artigo.

Presidente: Não pode Sr. Deputado, porque já não tem tempo. O que combinámos em Conferência de Líderes é que só as declarações de voto finais não contam para esta contabilidade.

Portanto, poderá fazer uma declaração de voto final.

Retomamos os nossos trabalhos às 2 horas e 25 minutos.

Eram 2 horas e 10 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que reocupassem os vossos lugares.

Eram 2 horas e 30 minutos

Vamos reiniciar o nosso trabalho continuando com a votação.

Acabámos de votar a proposta de alteração para o artigo 20º, apresentada pelo PSD.

Vamos votar agora a proposta de alteração do Bloco de Esquerda para o mesmo artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 votos contra do CDS/PP e 16 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar o artigo 20º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 17 abstenções do PSD, 5 votos abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento do PSD de um artigo 20º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o nº 1 da proposta de aditamento apresentada pelo PSD para o artigo 20º-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o nº 2 da proposta de aditamento apresentada pelo PSD para o artigo 20º-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar o artigo 21º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo 21º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de aditamento apresentada pelo BE para o artigo 21º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de aditamento apresentada pelo PS para o artigo 21º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de aditamento apresentada pelo PS para o artigo 21º-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo BE para o artigo 22º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 22º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Os artigos 23º e 24º podem ser colocados à votação em conjunto? Assim faremos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PCP para o artigo 25º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar o artigo 25º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração ao artigo 26º, apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo PCP para o artigo 26º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 17 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 26º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração para o artigo 27º, apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar o artigo 27º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de aditamento do artigo 28º-A da autoria do PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Artigo 28º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar o artigo 29º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do BE.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração apresentada pelo BE para o artigo 30º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração para o artigo 30º, apresentada pelo CDS/PP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos votar o artigo 30º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 31º e 32º não são objecto de qualquer proposta de alteração. Posso colocá-los à votação em conjunto?

Separado, Sr. Deputado Artur Lima?

Então vamos votar o artigo 31º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar o artigo 32º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Havia uma proposta de aditamento, apresentada pelo PSD, para o artigo 32º-A, nºs 1, 2, 3 e 4, que ficou prejudicada com a aprovação do Plano.

Vamos então votar a proposta de aditamento apresentada pelo BE para o artigo 32º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento do artigo 32º-A, cujo tema nada tem a ver com o anterior, apresentada pelo CDS/PP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 16 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento do artigo 32º-A, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Temos uma proposta de aditamento do PSD para o artigo 32º-B, apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento do artigo 32º-B, apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 16 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar o artigo 33º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para o artigo 34º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: A proposta anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar o artigo 34º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Havia alterações para o mapa IV, mas todas elas ficaram prejudicadas.

Assim sendo, não vale a pena votarmos os mapas.

Vamos proceder à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 16 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires** *(PCP):* Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As razões que levaram a Representação Parlamentar do PCP a votar contra este Orçamento são conhecidas. De qualquer forma gostaria de as reafirmar neste momento em que encerramos o Orçamento.

Elas prendem-se, no essencial, com o facto de considerarmos que as melhores opções seriam aquelas que colocariam dinheiro na mão dos cidadãos para que a economia regional pudesse não sofrer os efeitos que na Região são certamente duplamente penalizadores, efeitos esses que decorrem por um lado do Memorando de Entendimento, mas que foram sobretudo agravadas pelo Governo do PSD e do CDS/PP e que, aqui, na Região, o Governo do Partido Socialista não teve coragem de contrariar.

No entanto, antes de acabar esta declaração de voto, não poderia deixar de fazer uma referência ao incidente que, digamos, de alguma maneira aconteceu aqui há pouco e que tem a ver com as propostas do PSD.

Eu não posso deixar de lamentar que um partido político que tem um Grupo Parlamentar com 18 Deputados tenha apresentado propostas que posso caracterizar como indigentes.

Quero dizer-lhes o seguinte, caros senhores e caros colegas:

Eu tinha no meu mapa de votação, relativamente às alterações que V. Exas. estavam a propor para os artigos 20º, 20º-A e 20º-B um voto favorável. Mas, afinal de contas, não souberam pelos vistos fazer as contas. Mais: traziam associado a essa proposta uma estratégia política, ou melhor, política não, porque eu não entendo assim a política.

Deputado José San-Bento *(PS):* Muito bem!

O Orador: V. Exas. para além de demonstrarem indigência, mostraram aqui uma forma de fazer política que só descredibiliza os políticos. Eu não quero fazer parte desse grupo de políticos, por isso mesmo estou a fazer esta declaração de voto.

Já agora lembrar-vos, e lembrar as açorianas e os açorianos, que 18 Deputados do Partido Social Democrata fizeram apenas uma proposta de alteração para o

Plano e fizeram meia dúzia de propostas de alteração, ou melhor, tantas quantas fez a Representação, que é singular, do PCP, para o Orçamento.

É lamentável!

Caracteriza bem a indigência desse grupo parlamentar e o contributo que V. Exas. hoje deram para a descredibilização da actividade política é lamentável e deixa-nos a todos envergonhados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares *(BE):* Para uma declaração de voto, Sr. Presidente.

Presidente: Com certeza.

(*) **Deputada Zuraida Soares** *(BE):* Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostava de retomar um diálogo ocorrido há pouco, já durante a nossa noite de debate para dizer o seguinte:

Eu não gostava de viver noutro país e muito menos ainda gostaria de viver noutra região, mas o Bloco de Esquerda gostaria que numa região governada pelo Partido Socialista a rúbrica que mais desce e que mais perde não fosse a rúbrica dos salários.

O Bloco de Esquerda também gostaria que o PS cumprisse nesta Região aquilo que defende a nível nacional, que garantisse a retribuição de um subsídio daqueles dois que vão ser confiscados aos nossos trabalhadores no próximo ano. Pelo menos um!

O pedido não é estranho! A sugestão não é estranha!

Foi aceitar aquilo que os senhores têm vindo a defender há um mês no Continente, isto é, para o país.

O Bloco de Esquerda também gostaria que as políticas da Troika, da Troica mais do PSD e do CDS, não contribuíssem para empobrecer uma região já de si pobre, porque consideramos que esta é a pior maneira de acudir e de responder às dificuldades que todos nós estamos mergulhados e que a maioria do povo açoriano está mergulhada.

Finalmente lamento ter que o dizer, em nome do Bloco de Esquerda, mas o Partido Socialista faltou à esquerda exactamente quando a esquerda precisava de ser mais forte nesta Região e neste País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Mário Moniz *(BE):* Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão…

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sr. Presidente, é para uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Este Orçamento e este Plano vão trazer ao povo açoriano um grande conjunto de sofrimento.

Este conjunto de sofrimento e de limitações vão ter uma maior abrangência dada a configuração geográfica e a estrutura económica e produtiva desta Região.

O Partido Socialista, o partido do Governo, podia ter evitado que o Orçamento tivesse esta configuração e que o Orçamento tivesse estas consequências para a vida das pessoas.

Para isso bastava que tivesse assumido as suas responsabilidades, que tivesse tido a coragem de colocar, em primeiro lugar, em relação a qualquer outro cálculo político, o Estatuto Político-Administrativo da Região e ter governado de acordo com aquelas que são as competências que estão previstas no nosso Estatuto Político-Administrativo que foi conquistado democraticamente ao longo destes últimos anos na Democracia Portuguesa.

O Partido Socialista e este Governo não tiveram essa coragem e não podem nos próximos meses e no ano eleitoral que se aproxima chutar essa responsabilidade para o Governo da República, porque os senhores podiam ter feito diferente.

Não venham mais tarde, à boleia do Partido Socialista da República, dizer que os subsídios afinal são inconstitucionais como está hoje nas primeiras páginas dos jornais, no Jornal Público ou no Diário de Notícias, se tiverem oportunidade

de abrir agora esses jornais. Os Deputados do Partido Socialista na Assembleia da República já estão a fazer essa análise.

E que não venha o Partido Socialista e o Governo Regional subscrever estas teses daqui a uns meses, quando se aproximar a conjuntura eleitoral, porque eu estarei aqui para vos chamar a atenção, para vos dizer que os senhores tiveram toda esta responsabilidade, porque os senhores tiveram medo de enfrentar a conjuntura nacional. Os senhores, nesta conjuntura em que era uma exigência, que tivessem coragem, altruísmo…

(Aparte inaudível do Deputado José San-Bento)

O Orador: Diga, Sr. Deputado.

Secretário Regional da Presidência *(André Bradford):* Não! Diga o senhor! Vá lá!

O Orador: Posso terminar?

Deputado José San-Bento *(PS):* Fale à vontade!

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Posso terminar?

Secretário Regional da Presidência *(André Bradford):* Ó senhor, termine! A melhor maneira de terminar é falar.

O Orador: A melhor coisa é os senhores me deixarem falar.

Secretário Regional da Presidência *(André Bradford):* A gente deixa!

O Orador: O que estou aqui a dizer (e estou a falar de coragem, há pouco falou-se aqui de coragem e de altruísmo), e não posso deixar de aqui afirmar é que os senhores deveriam ter tido a coragem política de proteger os trabalhadores açorianos.

Quero dizer-vos e reiterar-vos esta posição: os senhores têm esta gravíssima responsabilidade e tenho a certeza que daqui a uns meses vão dizer que afinal a culpa não é vossa, que foram obrigados, que a conjuntura era muito difícil, mas é importante que fique esta ideia que os senhores não têm a coragem de rebater aqui.

Neste momento desafio o Governo e o Partido Socialista a virem a terreiro e a dizerem que, de facto, o Estatuto não lhes permite pagar o subsídio de Férias e de Natal.

Deputado José San-Bento *(PS):* O senhor tem que dizer isso é a esses senhores! Diga isso ao PSD!

O Orador: Eu lanço-vos esse desafio. Venham aqui dizer que o Estatuto não vos permite pagar o subsídio de Férias e de Natal.

Não é o Estatuto! É a falta de coragem.

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos *(José Contente):* 1640 já foi há muitos anos!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS/PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS veio para esta discussão do Plano e do Orçamento sem dogmas nem preconceitos partidários.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Coragem nunca passa!

O Orador: Colocamos acima dos interesses partidários os interesses dos açorianos.

Foi com esse espírito que para aqui viemos. Apresentámos as nossas propostas. Apresentámo-las com humildade, com a humildade de merecer a aprovação desta casa.

Foi isso que aconteceu, felizmente, para as famílias e empresas dos Açores.

Temos propostas que foram aprovadas muito úteis e começo por destacar a existência ao longo de 3 anos de legislatura de vermos finalmente aprovado um estudo…

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores *(Sérgio Ávila):* Mais um estudo!

O Orador: … que permita a esta Região comprar eventualmente um avião cargueiro que possa escoar com facilidade o produto da pesca ou outros

produtos da agricultura e com rapidez e celeridade para aumentar o valor do nosso pescado e dos nossos produtos agrícolas.

Destaco também de muito importante (e reconheço os partidos que aprovaram esta proposta, estranhamente o PSD não se quis associar, tendo o Presidente da JSD no seu Grupo Parlamentar), o desconto de 50% na tarifa do Cartão Interjovem para os jovens açorianos viajarem nos Açores.

Destaco também o reforço de quase 300 mil euros para a agricultura. Aumentámos o plano para a agricultura e um reforço de 100 mil euros para o Vale Saúde.

São tudo propostas importantes. Mas também mais uma de apoio às famílias: 150 mil euros para o apoio aos cidadãos portadores deficiência. É importantíssima essa proposta.

Permitam-me terminar com uma simbólica, mas de grande simbolismo para estas ilhas do Faial e do Pico, e atrever-me-ia a dizer para todos os açorianos: um estudo com vista a recuperar um ícone destas ilhas, a Espalamaca!

Bem merece ser recuperada e com certeza os nossos filhos e os nossos netos hão-de um dia estar-nos agradecidos por naquela embarcação poderem ver um pouco da nossa cultura e da nossa história.

Muito obrigado.

Deputados Paulo Rosa e Luís Silveria *(CDS/PP):* Muito bem!

Presidente: Creio não haver mais declarações de voto. Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, passamos para o ponto seguinte da nossa Agenda: **Proposta de Resolução n.º 5/2011 – "primeira revisão do Orçamento Ordinário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2012".**

Creio não haver intervenções.

Assim sendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A Proposta foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projecto de Resolução n.º 62/2011 – "prorrogação do prazo para a apresentação do relatório final por parte da Comissão Eventual para o estudo e elaboração das propostas legislativas necessárias ao desenvolvimento e operacionalização da terceira revisão do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores".**

Podemos, creio eu, passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à substância e ao Projecto de Resolução.

Também creio que podemos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, antes de acabarmos, permitam-me que vos lembre aquilo que talvez já saibam.

É esta a última vez, pelo menos tanto quanto é previsível, que depois de longos 15 anos o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa está entre nós. Efectivamente ele entregou-me em mão a sua renúncia ao mandato a partir do dia 2 de Dezembro.

Eu tenho a certeza que interpreto o sentimento unânime da Câmara se recordar que o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, pela sua fina inteligência, pela sua capacidade de trabalho, pelos cargos que desempenhou, designadamente Presidente da CAPAT e relator da Comissão Eventual para a Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, foi um

Deputado de mão cheia, honrou e dignificou esta Casa e é com pena que o vemos partir.
Naturalmente desejamos-lhe as maiores felicidades pessoais e porque (tenho a certeza) o cidadão Manuel Herberto à cidadania não renunciará, até sempre…
Até sempre, Sr. Deputado.
Muito obrigado.

(Aplausos de pé da Câmara)

Presidente: Última proposta de deliberação (assim o espero) da noite:
"A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Novembro."
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.
Secretário: A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.
Presidente: Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, resto de boa noite, um bom regresso a vossas casas e até sempre.

Eram 3 horas e 5 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:
Partido Socialista (PS)
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Partido Social Democrata (PSD)
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

(*) Texto não revisto pelo Orador

1 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: Produção de Carne de Bovino nos Açores - IGP

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.25

Referência: 54.03.00 – N.º 517/IX;

Assunto: Golfe

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.11.28

Referência: 54.04.00 – N.º 424/IX.

2 – Relatório e Parecer:

Assunto: Proposta de Resolução n.º 5/2011 – Primeira Revisão do Orçamento Ordinário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2012.

Data de entrada: 2011 – NOVEMBRO – 29

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

A Redactora: Maria da Conceição Fraga Branco